

GUILHERME DE SOUZA MACIEL

*O Recriador Mineiro* (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como exigência parcial para obtenção do grau de mestre.

**Área de concentração:** História Social da Cultura

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais

2005

Dissertação defendida no dia 08 de setembro de 2005 e aprovada pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta  
(FAFICH/UFMG)

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Mota  
(FAFICH/UFMG)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Azevedo Abreu  
(IEL/UNICAMP)

Para meus pais, Deraldino e Lucília.

## AGRADECIMENTOS

O caminho foi longo até chegar aqui. Algumas pessoas foram muito importantes para a concretização dessa tarefa e gostaria muito de agradecê-las. Primeiramente, meus pais, pessoas fundamentais na minha vida, a quem dedico esse trabalho. Também ao Prof. Dr. Leopoldo Comitti, que me apresentou o periódico *O Recreador Mineiro* e me incentivou a pesquisá-lo. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Mollo, minha orientadora durante o bacharelado.

A todas as pessoas que me acolheram em Belo Horizonte, durante o tempo em que cursei as disciplinas do programa de mestrado: Nem e Nilson, Janice, Tia Margarida, Vitor, Marcelo e Iracema. Agradeço também à Carla, por todo o seu incentivo, carinho e atenção nesses últimos meses.

Por fim, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, pela confiança, pela excelente orientação, tranqüila e cheia de bom humor.

*O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional.

## SUMÁRIO

Resumo .....	7
Introdução .....	8
1- Breve Histórico da Imprensa Mineira .....	22
1.1- Gênese, desenvolvimento e transformação: 1823-1848 .....	22
1.2- Imprensa periódica e formação da opinião pública .....	41
2- “Contextura de um periódico popular” .....	54
2.1- Apresentando <i>O Recreador Mineiro</i> .....	55
2.2- Bernardo Xavier Pinto de Souza: um livreiro-editor .....	57
2.3- “Ao Público” .....	64
2.4- Apropriações do Iluminismo em <i>O Recreador Mineiro</i> .....	76
2.4.1- Ilustração e Instrução .....	78
2.4.2- A Ilustração e “O Sentimento Religioso” .....	92
2.5- Apropriações do Liberalismo em <i>O Recreador Mineiro</i> .....	99
2.5.1- Propriedade, capital e trabalho .....	113
3- História, Literatura e Identidade Nacional .....	129
3.1- Algumas reflexões acerca da construção da nacionalidade .....	129

3.2- A elite letrada Imperial e o enfoque sobre o nacionalismo na primeira metade do século XIX .....	130
3.3- Relação entre Literatura e História .....	136
3.4- Estrangeirismo e Identidade .....	164
4- Considerações Finais .....	184
5- Fontes .....	186
6- Bibliografia .....	186

## RESUMO

No contexto da consolidação do Estado Nacional brasileiro, na primeira metade do século XIX, a construção de uma identidade para o país foi levada a cabo pela elite letrada imperial que, dentre outras ações, criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, através das páginas de sua revista, engendrou a idéia de uma nacionalidade brasileira através do discurso histórico. Da mesma maneira, porém, com perspectivas políticas distintas, o grupo sócio-político ligado ao periódico literário *O Recreador Mineiro*, em Ouro Preto, identificado com os princípios liberais e ilustrados, procurou forjar uma identidade para o país. A proposta deste trabalho parte das referências teórico-metodológicas do campo da História Cultural e toma alguns de seus conceitos, a saber: representação e apropriação. Dessa forma, procurar-se-á analisar como o grupo sócio-político ligado ao *Recreador Mineiro*, inserido no contexto de sua época, apropriou-se de determinados elementos da Ilustração e do Liberalismo e os representou na seção intitulada Memória/História, no sentido de conferir uma identidade para o Brasil e para os brasileiros.

## INTRODUÇÃO

Ao iniciar, ainda na graduação, uma pesquisa sobre a história da imprensa em Minas Gerais no século XIX, o periódico literário ouropretano *O Recreador Mineiro* chamou-me a atenção de forma particular<sup>1</sup>. Intitulado *Periódico Literário*, publicava matérias cujo tom se mostrava mais ameno em relação às ásperas discussões políticas presentes na maioria absoluta dos jornais já consultados<sup>2</sup>. Esse periódico revela, por outro lado, a preocupação de formar um público leitor mais crítico e mais consciente no que tange ao seu papel na sociedade, recorrendo à difusão de um conjunto de valores, os quais foram disseminados ao longo das edições. A partir desse primeiro contato, o trabalho de pesquisa sofreu uma reviravolta significativa e focou-se quase que inteiramente sobre essa fonte, tendo como objetivo desvendar alguns dos pontos indicados de maneira geral neste parágrafo.

---

Nota: Atualizei a grafia dos documentos de época, mantendo, entretanto, as letras maiúsculas e a pontuação. Só no início do século XX houve o estabelecimento de regras ortográficas. Assim sendo, as letras maiúsculas davam importância aos fatos e às pessoas. Hoje em dia, elas nos ajudam a interpretar documentos daquele período. Na época, grafavam-se em maiúscula não só os nomes próprios; designações de locais, países e pontos cardeais; títulos honoríficos e postos; instituições e peças legislativas e jurídicas, etc., mas também tudo o que se queria ressaltar. Era comum, por exemplo, antes das designações dos reis e autoridades, fazê-las anteceder por palavras iniciadas por maiúsculas, bem como registrar da mesma maneira os termos imediatamente seguintes, dando sinais explícitos de valorização, respeito e obediência.

<sup>1</sup> Fiz parte do Centro de Estudos Literários Luso-Brasileiros do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, coordenado pelo prof. Dr. Leopoldo Comitti, durante os anos de 1999 e 2000. Nesse grupo de estudos, fui bolsista dos projetos PIP/UFOP e PIBIC/CNPq, sob a orientação do Prof. Comitti, com as pesquisas “Acervos Literários (parte 2)” e “Vida Literária em Minas Gerais – Século XIX”, respectivamente.

<sup>2</sup> No primeiro momento, tive contato com os periódicos do século XIX existentes no acervo da Casa do Pilar, em Ouro Preto, e que conta com um número reduzido de exemplares. A maioria deles é da década de 1840 e 1850 e estão com suas coleções incompletas. São eles:

Jornal	Localidade	Anos	Número de exemplares
O Correio de Minas	Ouro Preto	1841	1
Correspondência	Ouro Preto	1841	1
O Despertador Mineiro	São João Del Rei	1841-1842	11
O Guarda Nacional	Ouro Preto	1841-1842	13
O Universal	Ouro Preto	1842	2
O Recreador Mineiro	Ouro Preto	1845-1848	12
O Itamontano	Ouro Preto	1847-1851	2
O Conciliador	Ouro Preto	1851	4



Realizei o levantamento de uma bibliografia sobre o contexto político, social e cultural do período no qual circulou o *Recreador Mineiro* e, especificamente, sobre o próprio periódico. Logo cheguei à conclusão de que as referências bibliográficas sobre esse periódico eram escassas. No conjunto das Histórias da Literatura e da Imprensa Mineira, praticamente desconhece-se o *Recreador Mineiro*, excetuando-se o texto de José Pedro Xavier da Veiga, intitulado *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*<sup>3</sup>, publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro* de 1898, trazendo poucas informações sobre o mesmo (os quais não vão além do trivial), assim como Martins de Oliveira, em *História da Literatura Mineira*<sup>4</sup>, que apenas o cita na sua lista dos jornais mineiros. Também encontrei uma breve referência ao *Recreador* no *Dicionário Biográfico: Imprensa Mineira*, de André Carvalho e Waldemar de Almeida Barbosa, que diz sucintamente: “*Recreador Mineiro* – Periódico de Ouro Preto, circulou de 1845 a 1848. Com o mesmo nome, apareceu na antiga capital mineira, em 1878, uma revista literária fundada por José Belarmino. Redator: Bernardo Guimarães.”<sup>5</sup> Os autores relatam a existência de outro periódico com o mesmo nome na cidade de Itapeirica, que circulou no ano de 1880<sup>6</sup>.

Uma importante referência foi, sem dúvida alguma, a dissertação de mestrado de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond, intitulada: *O Recreador Mineiro (1845-48): Rastros do Leitor e da Leitura na Primeira Revista Literária de Minas Gerais*<sup>7</sup>. Nesse trabalho, Drummond se propõe a encontrar os sinais de uma *leitura* que é prescrita pelos

---

<sup>3</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, n°.III, pp.164-203, 1898.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.

<sup>5</sup> CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Biográfico: Imprensa Mineira*. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 1994. p.218.

<sup>6</sup> Idem. *Ibidem*. p.218.

<sup>7</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. *O Recreador Mineiro (1845-48): Rastros do Leitor e da Leitura na Primeira Revista Literária de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1995. 134 p. Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura. Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais.

redatores do periódico e os sinais do *leitor* a quem eles se dirigem. Apoiada em Roland Barthes, Drummond tenta realizar “(...) uma *leitura* investigadora a fim de identificar o tempo do texto e sua virtualidade em conjugação com o leitor ao mesmo tempo real e virtual, isto é, o que participa do trabalho de *linguagem*.”<sup>8</sup> Assim, ela busca revelar o movimento de transição no qual se inseriu o periódico, na “superação da herança neoclássica, que a Razão comandava com primazia, e a passagem para a nova tradição ditada pelo Romantismo, na qual se sobrepõe a Imaginação.”<sup>9</sup> Em suma, Drummond procura, em sua dissertação, tomar as referências literárias e extra-literárias impressas nas páginas do *Recreador* como signos, isto é, conjugando-as para a identificação do *sentido* que a leitura possuía naquela época.

De fato, essa dissertação foi importante para o meu trabalho de pesquisa, sobretudo porque fornece informações sobre a história da imprensa periódica em Minas Gerais no século XIX, bem como sobre o contexto cultural no qual se inseriu *O Recreador Mineiro*. As referências teórico-metodológicas adotadas por Maria Francelina Drummond despertaram-me para considerações a respeito da mediação entre o texto e o leitor, ficando claro que o texto é também o produto de uma leitura a ser construída pelo leitor e não apenas o conteúdo formal embutido em seu corpo, esgotado ali das suas possibilidades. No entanto, cabe aqui esclarecer que o objetivo da dissertação de Maria Francelina Drummond relaciona-se mais especificamente com o campo da teoria da literatura e da semiótica, identificando, a partir desses campos, os signos estabelecidos pela leitura e recepção do periódico. Assim, julgo legítimo e original observar com maior detalhamento a forma pela qual, no *Recreador Mineiro*, foi veiculada uma visão particular de história e como a

---

<sup>8</sup> Idem. Ibidem. p.13.

<sup>9</sup> Idem. Ibidem. p.15.

história foi representada em suas páginas como guia no caminho estabelecido para atingir os seus vários objetivos, dentre eles, o de se construir uma identidade para o Brasil e para os brasileiros.

Em abril deste ano foi defendida outra dissertação de mestrado na Faculdade de Letras da UFMG que teve como objeto e fonte o periódico *O Recriador Mineiro*. O trabalho de Luciano de Oliveira Fernandes, intitulado *O Recriador Mineiro (1845-1848): liberalismo e romance-folhetim na imprensa mineira do século XIX*<sup>10</sup> possui uma proximidade muito grande em relação ao que proponho nesta dissertação. Apoiado no referencial teórico que tem como chave o conceito de polifonia, advindo de Oswald Ducrot e Mikhail Bakhtin, Fernandes procura demonstrar a multiplicidade de formas pelas quais os discursos proferidos nas páginas do *Recriador* caminharam no sentido de difundir a doutrina liberal e utilizou-se da literatura como instrumento do processo de renovação política, ideológica e cultural em Minas Gerais, no período compreendido entre 1845 e 1848. De forma análoga, intento também acompanhar os discursos proferidos através das páginas desse periódico, buscando analisar de que forma as apropriações e representações de valores ilustrados e liberais foram realizadas pelo grupo sócio-político ligado ao *Recriador*, para, a partir daí, construir uma idéia de nação para o Brasil, tendo como referência a “Cultura Histórica” daquele período<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> FERNANDES, Luciano de Oliveira. *O Recriador Mineiro (1845-1848): liberalismo e romance-folhetim na imprensa mineira do século XIX*. Belo Horizonte, 2005. 137 p. dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. FALE/UFMG.

<sup>11</sup> Jacques Le Goff conceitua Cultura Histórica como a relação que uma sociedade mantém com o seu “passado”, não somente a história, mas também, a literatura, a arte, a geografia, os usos e costumes populares e todo um variado conjunto de símbolos que estabelecem relações com o “tempo”. Assim, os historiadores podem ser considerados os principais formuladores da Cultura Histórica de uma sociedade em um determinado momento, mas outros agentes atuam nesse campo, mesmo sendo homens que freqüentam outras esferas disciplinares ou outras funções sociais fora do campo intelectual. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª. ed. Trad. Irene Ferreira. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. pp.45-50.

A bibliografia concernente à questão da formação/construção da nacionalidade postula que, nos momentos de grande esforço de implementação de importantes projetos políticos, a atenção daqueles que, de alguma forma, estão ligados ao Estado, volta-se para o passado, buscando construir seu “lugar na história” e legitimar sua existência<sup>12</sup>. O papel do grupo social ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no que tange a esta perspectiva foi brilhantemente abordado por Manoel Luis Salgado Guimarães<sup>13</sup>, destacando, dentre outros pontos, que a consolidação do Estado Nacional Brasileiro na década de 1840 impôs à elite letrada imperial a tarefa de delinear um perfil para a “Nação brasileira”, garantindo-lhe uma identidade própria. Foi pensando em novos parâmetros para se escrever a história do Brasil que este grupo procurou forjar uma nacionalidade brasileira, criando, através do discurso histórico, a noção de que o Brasil seria fruto de uma tradição civilizadora advinda da Europa, e, por isso, caberia a essa elite a missão de dar continuidade nessa tradição, a qual estava indissociada da idéia de progresso.

O texto de Guimarães é tomado, nesta dissertação, como ponto de partida para se pensar de que forma o período de construção do Estado nacional brasileiro, simultâneo à época em que foi pensada uma escrita da história do Brasil pela elite ligada ao IHGB, foi também um momento fértil para esse tipo de reflexão no âmbito das Províncias. Como foi dito anteriormente, esse é o principal enfoque desta pesquisa. Para tanto, tomo também como referência a dissertação escrita por Karl Friedrich Philipp von Martius, oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicada na *Revista* desse mesmo instituto no

---

<sup>12</sup> Estas observações partem da apreensão feita a partir da leitura das seguintes obras: OSZLAK, Oscar. *Formacion historica de Estado em America Latina: Elementos Teoricos-Methodologicos para su Estudio*. Buenos Aires: CEDES, 1981. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A Política Cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. In: *Estudos Históricos*. n.1, 1988. pp.5-27.

ano de 1845<sup>14</sup>. Na obra de Martius, foram esboçados os parâmetros para se escrever a história do Brasil, os quais repercutiram de forma eficaz dentro do IHGB<sup>15</sup>. *O Recreador Mineiro* será utilizado como fonte para essa contraposição, a qual julgo pertinente, não pelo fato de que as idéias de Martius se concretizaram de forma clara e objetiva em suas páginas, ou por ser este um veículo de comunicação diretamente ligado ao poder imperial, de forma análoga à revista do IHGB. *O Recreador Mineiro* é interessante porque constitui-se num *locus* privilegiado para a elite letrada mineira divulgar formas de conhecimento e de expressões culturais que dialogavam com o universo de referências conceituais que faziam parte de sua Cultura Histórica. Analisar a visão de história veiculada nas páginas de *O Recreador Mineiro* torna-se objeto de grande interesse porque ele surgiu no momento crucial de definição de uma ordenação política mais estável entre a província de Minas Gerais e a Corte, momento esse determinante em relação à forma de se pensar e de se escrever a história do Brasil. O periódico em questão é compreendido como parte integrante de um “sistema”, nos termos de Antônio Cândido, no qual coexistiram determinados denominadores comuns que revelam algumas das principais características da historiografia brasileira daquele período, tais como: a existência de um conjunto de produtores de textos (os redatores e demais colaboradores) mais ou menos conscientes de seu papel; da mesma forma, um conjunto de receptores, formando diferentes tipos de público e sem os quais uma obra não vive; e, finalmente, a existência de um mecanismo transmissor (uma língua em comum, além da própria imprensa periódica), que liga uns a

---

<sup>14</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil.” In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403. Jan. 1845.

<sup>15</sup> Segundo Manoel Luis S. Guimarães: “Em seu projeto de leitura da história do Brasil, von Martius curiosamente vai apontando caminhos e destacando aspectos que posteriormente encontrarão eco nas interpretações de um Varnhagen.” GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Op. cit. p.17.

outros<sup>16</sup>. Esses denominadores, além de suas características internas (língua, temas, imagens), que organizam os elementos da natureza social e psíquica, manifestam-se dentro desse sistema e fazem da literatura e da história aspectos orgânicos da civilização<sup>17</sup>.

A referência metodológica da pesquisa pauta-se, sobretudo, nas análises realizadas por Roger Chartier acerca dos objetos e das categorias de análise procedentes do campo da História Cultural<sup>18</sup>. Segundo o autor, a História Cultural tem como um dos seus principais objetivos identificar o modo como, em diferentes momentos e lugares, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler<sup>19</sup>. Esse autor adverte que, para tanto, os caminhos são diversos e um importante meio para esse tipo de apreensão está na assimilação que o conceito de representação adquire dentro dessa perspectiva. Chartier descreve o que implica o significado desse conceito, dizendo que as representações estão vinculadas ao processo de produção de sentido, seja através de elementos materiais (texto, imagem, objeto), corporais ou físicos, eletrônicos e orais<sup>20</sup>. Para que essa produção de sentido ocorra, um determinado grupo social deve lançar mão de certos instrumentos (classificações, divisões e delimitações) que organizam a apreensão do mundo social e que constituem categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Certos grupos criam variáveis próprias de acordo com as disposições dos elementos que compõem o mundo

---

<sup>16</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos Decisivos. 6ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.I. p.25.

<sup>17</sup> Idem. *Ibidem*. p.13.

<sup>18</sup> As obras de Chartier que utilizo como base para as referências metodológicas são, basicamente: CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Difel/Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, 1990. \_\_\_\_\_. *Cultura Escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

<sup>19</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Op. cit. pp.16-17.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Op. cit. p.29.

social e que, incorporados por estes homens, tornam-se inteligíveis, e os sinais que disso decorre tornam-se passíveis de serem decifrados aos olhos do historiador<sup>21</sup>.

De uma maneira geral, um determinado grupo, ao criar suas representações do mundo social, almeja fazer valer, legitimar, posicionar-se e ser reconhecido pelos demais grupos, de forma a ressaltar a sua legitimidade baseando-se nos princípios da universalidade da razão, mas que, ao cabo, são sempre determinadas pelos interesses desse grupo, do que decorre a necessidade de uma interlocução entre os discursos proferidos relacionando-os com a posição de quem os utiliza<sup>22</sup>.

Esse “jogo de representações”, ou discursos socialmente construídos, gera estratégias e práticas que pretendem impor uma autoridade à custa de outros. Sendo assim, deve-se investigar esses discursos, essas representações, colocando-as o tempo todo “num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.”<sup>23</sup> De acordo com Chartier, as “lutas” entre representações são tão importantes para a investigação historiográfica quanto as lutas econômicas, e sua compreensão pode oferecer subsídios para a verificação de como um determinado grupo social impõe, tenta impor (ou procura defender-se), uma concepção de mundo, os valores que são seus e o seu domínio. O estudo sobre as representações e tudo aquilo que lhe diz respeito, seus discursos, símbolos, veiculação etc., deve, portanto, induzir os historiadores a considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, particulares a cada grupo ou meio social, como verdadeiras instituições sociais. Em função disso, delimitam ou levam esses mesmos estudiosos a refletir acerca dessas representações, relacionando-as

---

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Op. cit. p.17.

<sup>22</sup> Idem. *Ibidem*. p.17.

<sup>23</sup> Idem. *Ibidem*. p.17.

como elementos demarcadores da própria organização social<sup>24</sup>. Verifico, como uma das principais funções da representação – o que especifica a forma como ela está sendo utilizada neste texto – na capacidade que os grupos sociais adquirem, através dela, para atribuírem um significado ao mundo social e, portanto, definirem as identidades, tanto a dos outros como as próprias. Fica claro que esse é um aspecto crucial do desdobramento das especificidades da História Cultural, qual seja, levar em consideração as representações como elementos importantes no jogo de ordenação, portanto, na hierarquização da própria estrutura social.

É, portanto, dessa maneira que o conceito de representação será trabalhado nessa dissertação, considerando o periódico *O Recreador Mineiro* como um espaço privilegiado para as representações do mundo social pelo grupo sócio-político ao qual ele pertenceu e no interior do qual circulou, configurando-se como um veículo criador de discursos que procuraram legitimar seus valores e condutas. Para tanto, será realizado um trabalho que parte da análise dos textos produzidos pelos próprios redatores daquele periódico, relacionando e procurando identificá-los com os anseios e o posicionamento de seu grupo social frente às questões de seu tempo.

Outro conceito fundamental que constitui ferramenta de grande valia para o alargamento das possibilidades de investigação no campo da História Cultural é o de apropriação, também tomado de empréstimo das já referidas obras de Chartier<sup>25</sup>. Nesta dissertação, o uso desse conceito levará em consideração não como os leitores leram, compreenderam e interiorizaram os textos publicados no *Recreador* – e suas respectivas representações –, sobretudo porque não existem documentos suficientes para a realização

---

<sup>24</sup> Idem. Ibidem. p.18.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Op. cit. CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Op. cit.



desse tipo de análise como, por exemplo, quantidades consideráveis de cartas de leitores publicadas no próprio periódico. O que se pretende é perceber de que forma determinados textos foram “transplantados” pelos editores para suas páginas, haja visto que muitos deles constituíram traduções do inglês e do francês para a língua portuguesa. Esses textos carregavam consigo todo um conjunto de valores, normas de conduta e signos repletos de referências às manifestações políticas e filosóficas advindas dessas outras culturas<sup>26</sup>, apresentadas aos leitores como princípios dotados de civilidade, justamente porque eram “produtos” do “mundo europeu”, alicerçados, portanto, nas matrizes da ciência e da razão. Os editores, por fim, objetivavam conduzir seus leitores a identificarem-se com tais princípios. Esse tipo de reflexão baseia-se na tarefa de compreender a historicidade das apropriações, o que corrobora a afirmativa de que matrizes culturais podem ser utilizadas com fins diversificados pelos mais diversos grupos sociais. Nas palavras de Chartier: “As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder.”<sup>27</sup>

Decerto, é impossível afirmar que todos os conteúdos presentes nos artigos do *Recreador* foram absorvidos de forma homogênea pelos seus leitores, tanto porque a questão sobre a multiplicidade das apropriações que um texto possibilita ou que se cria é

---

<sup>26</sup> O conceito de cultura que aqui se utiliza é tomado como um conjunto de sistemas simbólicos criados pelos homens e que são passíveis de interpretação à procura de significados. De acordo com Clifford Geertz: “(...) a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ele é um contexto, algo do qual eles podem ser descritos de forma inteligível”. Em outras palavras, a análise cultural é, na verdade, um prognóstico dos significados pelo qual se traça um conjunto de conclusões explanatórias, tomando como ponto de partida a análise do contexto que compõe o universo do objeto estudado. O objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta é exatamente alargar o universo do discurso humano, a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento do homem. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.10.

<sup>27</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Op. cit. p.23.

adotada nesta pesquisa como um pressuposto metodológico determinante<sup>28</sup>. Pode-se, então, pensar *O Recriador Mineiro* como um instrumento que propiciou a constituição de um espaço que revela a pluralidade das formas pelas quais os textos e, ao mesmo tempo, todo o conjunto de valores nele impregnados foram empregados de formas distintas por um determinado grupo social, assim como antevê-lo como elemento aberto a múltiplas leituras. Tais características são curiosamente apresentadas pelos próprios redatores do periódico, os quais atribuíam à leitura o papel de livre exercício de apropriações: “Os RR.<sup>29</sup> acreditam com fé explícita que uma parte dos leitores lê na letra do escritor; a outra lê no seu espírito.”<sup>30</sup>

Este trabalho, portanto, pauta-se na análise do processo pelo qual é historicamente produzido um sentido – o qual se deu através da apropriação de determinados valores e princípios político-filosóficos de matriz européia considerados legítimos pelo grupo ligado ao *Recriador* – e construída uma significação – na forma como esses elementos foram representados sob a forma de texto – a fim de se projetar uma imagem de nação para o Brasil e os brasileiros. Dessa maneira, pode-se ter uma apreensão de como se processou, na rede social pela qual o periódico circulou, a constituição de uma cultura histórica e perceber o que, especificamente, aqueles homens pensaram a respeito da história e, que lugar foi destinado à história naquela sociedade para a construção de uma identidade para o

---

<sup>28</sup> Segundo Chartier: “Os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que os suportam como receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemo-lhes ‘tipográficos’ no caso dos textos impressos – que são os seus.” Assim, diante dessa perspectiva, o que procuro é também realizar uma análise que enfoca a produção do sentido: (...) a ‘aplicação’ do texto ao leitor como uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade de sua leitura (silenciosa ou oral, sacralizada, elementar ou virtuosa, popular ou letrada etc.)” Idem. *Ibidem*. pp.25-26.

<sup>29</sup> Redatores. *O Recriador Mineiro*. Tomo VII. n.º.84, 15/06/1848. p.1157.

<sup>30</sup> *Ibidem*. Tomo VII. n.º.84, 15/06/1848. p.1157.

país. Para tanto, será necessário identificar os principais símbolos utilizados pelo grupo sócio-político ligado ao *Recreador Mineiro*, que remetem à sua forma de compreensão da organização conceptual do mundo, seja ele natural ou social, visando reconhecer identidades sociais, atribuindo-lhes simbolicamente um estatuto e uma posição, construindo, assim a sua realidade apreendida e comunicada.

É importante salientar que, ao propor estabelecer uma relação entre o grupo de colaboradores do *Recreador Mineiro* com o objeto cultural produzido, não o considero como um simples produto de um contexto político ou econômico. O ponto fundamental é determinar os diversos tipos de textos publicados no periódico como criadores de significados, que o transformam, ao mesmo tempo, em integrante e criador de um contexto político, social e cultural. A partir disso, acredito ser possível identificar e interpretar comportamentos sociais ou a “visão de mundo”<sup>31</sup> daquele grupo sócio-político e suas formas de atuação. Assim, proponho compreender alguns aspectos da cultura histórica brasileira no século XIX, especialmente aquela pensada em Minas Gerais, e sua relação com o desenvolvimento cultural do país, a elaboração do pensamento político, econômico, social, jornalístico, em última instância, o seu pensamento histórico.

O desenvolvimento da dissertação trará, no primeiro capítulo, uma análise que visa apreender o processo pelo qual passou a imprensa periódica mineira na primeira metade do século XIX, inicialmente marcada pelo forte teor político-doutrinário decorrente das discussões que agitaram o cenário político brasileiro no Primeiro Reinado, passando pelo conturbado período das Regências, até o momento posterior à Revolução Liberal de 1842,

---

<sup>31</sup> Conceito que Chartier define como o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo e os opõe aos outros grupos. Esse conceito permite-nos atribuir um significado e uma posição social aos textos literários e filosóficos, discriminar no interior de uma obra individual os textos “essenciais” constituídos como um todo coerente, com o qual cada obra singular deve ser relacionada. CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Op. cit. p.47.

chegando ao período chave de 1845 a 1848, durante o qual a província mineira se mostrou em sintonia com as determinações políticas do Estado Imperial e quando procurou-se forjar uma idéia de nação, alicerçada nos ideais liberais e Ilustrados, caros ao grupo liberal dessa província. Buscarei igualmente refletir acerca do papel da imprensa periódica na formação da opinião pública no Brasil, com o intuito de mostrar que esta se consolidou como um instrumento de legitimação política, estando ou não ligada ao Estado Imperial.

O capítulo segundo dá um enfoque geral sobre o *Recreador*, buscando delimitar sobre quais bases sociais, políticas e filosóficas ele se constituiu. Nesse capítulo serão apresentados os dados gerais sobre a constituição física e logística do periódico. Uma atenção especial será dada à figura de seu editor, Bernardo Xavier Pinto de Souza, não se tratando, evidentemente, de uma apresentação biográfica completa, mas do acompanhamento de sua ação como livreiro, escritor, tipógrafo, editor, enfim, como homem público. Outro enfoque será dado sobre o grupo sócio-político ligado a esse periódico, relacionando as posturas políticas defendidas por eles com as formas pelas quais os redatores se apropriaram e representaram determinados aspectos da Ilustração e do Liberalismo político e econômico como legítimos e garantidores de um futuro próspero para o Brasil.

O último capítulo trata do contexto de formação da nacionalidade brasileira a partir do momento em que o Brasil adquiriu completa autonomia em relação a Portugal e fez-se presente o projeto de se pensar e delinear uma identidade para a nação, no conjunto mais amplo de países. Assim, busco a referência do IHGB, instituto que marcou a forma de se pensar e de se escrever a história no Brasil do século XIX, procurando analisar sobre quais aspectos a história é tomada símbolo maior da representação da nacionalidade de um país

no contexto do século XIX, refletindo sobre quais aspectos a história adquire esse *status* nas páginas de *O Recreador Mineiro*.

Em função da relevância dada nas páginas do *Recreador* à literatura como elemento fundamental na construção da nacionalidade brasileira, uma atenção particular será depositada sobre essa questão ao longo do terceiro capítulo, verificando a opinião dos redatores em relação ao assunto, buscando maiores esclarecimentos nos textos literários e históricos publicados, bem como identificando com que tipo específico de literatura seus folhetins dialogaram.

## CAPÍTULO 1

### BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA MINEIRA

#### 1.1 Gênese, desenvolvimento e transformação: 1823-1848.

Na história da imprensa periódica de Minas Gerais, Ouro Preto configurou-se como a principal praça para a circulação de jornais da província durante todo o século XIX. Estima-se que 49,2% desses jornais foram editados e publicados em Ouro Preto<sup>32</sup>.

O início da imprensa periódica em Minas Gerais deu-se com a circulação do jornal *Compilador Mineiro*, em 13 de outubro de 1823<sup>33</sup>. Contudo, este não foi o marco primeiro da impressão nessa província. Já em 1807, antes mesmo da liberação da criação de tipografias no Brasil por D. João VI, a qual foi decretada em 13 de maio de 1808 com a criação da Impressão Régia<sup>34</sup>, foi publicado em Vila Rica, pelo padre Joaquim Viegas de Menezes, um opúsculo de 18 páginas, dentre as quais 15 eram impressas, contendo ainda uma gravura<sup>35</sup>. Esse padre, que já havia residido na Europa, trouxe para Minas os conhecimentos necessários para a construção das chapas, que serviram de molde para os tipos, provavelmente de cobre, contendo letras e desenhos abertos a buril<sup>36</sup>. Aquele opúsculo era, na verdade, um poema laudatório escrito por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, intitulado *Canto Encomiástico*, dedicado ao então Governador e Capitão

---

<sup>32</sup> REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na imprensa mineira (1850-1888). In: *LPH, Revista de História*. v.2, Nº.1. Ouro Preto: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto, 1990. pp.222-229.

<sup>33</sup> COSTA FILHO, Miguel. *A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro [s.n.], 1955. 62p. (Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas).

<sup>34</sup> RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p.170.

<sup>35</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. Ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.35.

<sup>36</sup> AZEVEDO, Djalma Alves de. *A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

General da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo<sup>37</sup>. Em 1820, o próprio padre Joaquim Viegas de Meneses, em função dos conhecimentos especializados que possuía, dirigiu a construção da primeira tipografia brasileira, realizada em Ouro Preto, juntamente com o artífice português Manuel José Barbosa Pimenta e Sal e alguns operários<sup>38</sup>.

O *Compilador Mineiro* não foi além do seu 29º número e veio a desaparecer em 9 de janeiro de 1824<sup>39</sup>. Sua existência girou em torno das discussões dos princípios constitucionais que agitaram o cenário político de então, quando apresentou-se favorável à adoção de um sistema de governo representativo, edificado sobre as bases de uma monarquia constitucional<sup>40</sup>. Apenas três dias após o seu desaparecimento, surgiu, impresso na mesma tipografia e com o objetivo expresso de substituir o *Compilador*, o periódico *A Abelha do Itaculumy* (1824-1825)<sup>41</sup>. Esse, mesmo fazendo alusão à igualdade de sua postura em relação ao seu antecessor, assumiu uma posição diferente, de tendência mais conservadora e apoiou o Imperador D. Pedro I na outorga da Carta Constitucional (1824).

A importância de Ouro Preto na história da imprensa periódica em Minas Gerais deve-se, é claro, ao fato dessa localidade ter se constituído como um importantíssimo núcleo minerador desde os primórdios do século XVIII, além de ter sido o centro administrativo da província até o ano de 1897. Isso possibilitou o rápido aparecimento de inúmeros outros periódicos nessa cidade ao longo de todo o século XIX, os quais, no entanto, tiveram uma duração efêmera, característica, aliás, da imprensa brasileira de

---

<sup>37</sup> Idem. Ibidem.

<sup>38</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. p.6.

<sup>39</sup> Idem. Ibidem. p.10.

<sup>40</sup> RODRIGUES, José Carlos. Idéias Políticas e Filosóficas em Minas Gerais. 1ª metade do século XIX. Uma avaliação. In: *III Seminário de Cultura Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983. p.190.

<sup>41</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. p.10.

então<sup>42</sup>. O próprio *Compilador*, que circulou por apenas três meses (de 13/10/1823 a 09/01/1824), foi substituído pelo *Abelha do Itaculomy*, que teve duração de mais de um ano (de 12/01/1824 a 11/07/1825). Tão logo foram encerradas suas atividades, surgiram no ano de 1825 mais quatro novos periódicos naquela cidade: *O Universal*, *O Companheiro do Conselho*, *O Patriota Mineiro* e *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*<sup>43</sup>.

Ao redor de Ouro Preto, vários outros núcleos populacionais se formaram, os quais, de uma forma ou de outra, possuíram algum tipo de ligação. Dentre elas, as localidades de Mariana, Sabará, Pitangui, São João Del Rei, Tiradentes e Barbacena. Essa última exerceu ainda influência sobre núcleos menores, tais como: Oliveira, Ponte Nova e Lavras, além de vários outros pequenos conglomerados urbanos que surgiram ao redor dessa área mais ao centro de Minas Gerais<sup>44</sup>. Tais localidades contaram com a publicação de periódicos no decorrer de quase todo o século XIX<sup>45</sup>. Apenas dois anos após o nascimento da imprensa periódica em Ouro Preto, surgiu no interior da província uma quantidade considerável de periódicos, com destaque para os jornais: *O Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, criados em 1825, na cidade de São João Del-Rei. Também em localidades bem distantes de Ouro Preto e que possuíam uma significativa dinâmica econômica e populacional, a imprensa periódica fez-se presente. Já em 1830, observaram-se, por exemplo, a criação de jornais em Pouso Alegre e o surgimento de importantes jornais na região do Alto Jequitinhonha, como *O Eco do Serro*, que circulou em Diamantina a partir de 1828. Ocorreu, nesse mesmo

---

<sup>42</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.105.

<sup>43</sup> GONÇALVES, João Luis Traverso. *A Geografia da Imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da Província*. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. p.127.

<sup>44</sup> Idem. Ibidem. p.127.

<sup>45</sup> Idem. Ibidem. p.127. Ver tabela criada por Gonçalves que traz dados importantes como: as cidades que tiveram publicação de periódicos ao longo do século XIX em Minas Gerais, as datas em que houve circulação de jornais nessas localidades e o número de periódicos que circularam em cada localidade. pp.163 -164.



período, o início das atividades do renomado jornal *O Sentinela do Serro*, fundado por Teófilo Otoni em 4 de novembro de 1830, na Vila do Príncipe, atual cidade de Serro<sup>46</sup>.

No que se refere à temática adotada por esses periódicos, não só em Minas Gerais, mas em todo o país, verifica-se que a maioria deles priorizou o enfoque das questões político-partidárias. Ou seja, o debate dominante nos periódicos mineiros da primeira metade do século XIX está ligado às constantes discussões advindas das alterações políticas pelas quais passou o país durante aquele período.

Para Sodré, a autenticidade de nossa imprensa só foi alcançada no contexto da Independência, quando os redatores passaram a atuar mais livremente em relação ao seu papel primordial, qual seja, o de informar para formar a opinião pública<sup>47</sup>. Em meio às ferrenhas disputas que giraram em torno de facções políticas tão diversas (restauradores, radicais e moderados), exigiu-se um trabalho permanente de informação, esclarecimento e convencimento de suas respectivas posições perante a sociedade. Assim, questões como o apoio ou o abandono da postura política adotada por D. Pedro I ganharam destaque na pauta da maioria absoluta dos periódicos de todo o Brasil durante o Primeiro Reinado<sup>48</sup>.

Da mesma forma, as configurações dos rumos políticos do conturbado período das Regências foram discutidas nas folhas de todo o país, centrando-se sobremaneira na luta pelo poder entre liberais e conservadores. Sodré acentua o valor da imprensa periódica daquele período como um momento rico, no qual proliferaram inúmeros jornais, pasquins e folhetos<sup>49</sup>. Todos eles, apesar da utilização de uma linguagem virulenta que, por vezes, chegou às raias da ofensa pessoal, possuíam uma fecundidade literária e um progresso na

---

<sup>46</sup> GONÇALVES, João Luis Traverso. Op. cit. p.127.

<sup>47</sup> SODRÉ Nelson Werneck. Op. cit.

<sup>48</sup> Idem. Ibidem. p.53.

<sup>49</sup> Idem. Ibidem. p.95

formação e no esclarecimento da opinião pública, o que não deixou de refletir-se num avanço próprio da capacidade técnica das tipografias, as quais se espalharam rapidamente pelo Brasil<sup>50</sup>.

Em Minas Gerais não foi diferente. Todos esses acontecimentos políticos ganharam dimensão, suscitando acirradas polêmicas, vigorosamente presentes nos seus principais jornais. A evidência da natureza político-partidária dos periódicos mineiros suplantou qualquer tendência literária que se ousou implantar. Na historiografia sobre a imprensa mineira, os periódicos *O Universal* e *O Sentinela do Serro* ganharam destaque pelo papel que desempenharam no campo da política<sup>51</sup>.

*O Universal*, periódico que durante a maior parte de sua existência foi dirigido pelo polêmico político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, ganhou destaque dentro dos estudos sobre a história da imprensa em Minas Gerais como um dos mais, senão o mais importante jornal mineiro daquela fase, figurando como um dos baluartes da luta contra o absolutismo monárquico, destacando-se também pela sua longa duração em relação aos demais periódicos que lhe foram contemporâneos<sup>52</sup>. Sodré cita por diversas vezes a opinião dos redatores dos jornais conservadores da Corte sobre o *Universal*, o qual foi considerado muitas vezes como “jacobino” e “anárquico”<sup>53</sup>. Silva Lisboa, redator de vários periódicos de tendência conservadora, ou simplesmente governistas, dentre eles *Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astréia Espadachina* (1828), atacou não somente o *Universal*,

---

<sup>50</sup> Idem. Ibidem. p.95.

<sup>51</sup> As obras com as quais me apoio para realizar essa afirmativa são: AZEVEDO, Djalma Alves de. Op. cit. COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. GONÇALVES, João Luis Traverso. Op. cit. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. Op. cit.

<sup>52</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. p.17.

<sup>53</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit.

mas igualmente o *Astro de Minas*, de São João Del-Rei, também de tendência liberal, bem como todos aqueles que fizeram voz em defesa dos princípios liberais de então.

Miguel Costa Filho, por sua vez, dedica inúmeras páginas de seu trabalho procurando caracterizar *O Universal*, sempre destacando-o de forma laudatória no que se refere ao combate travado em suas páginas contra o absolutismo e à defesa do liberalismo<sup>54</sup>. No entanto, ele também não deixa de revelar que, por diversas vezes, a atitude dos redatores daquele periódico, em relação a determinadas posições políticas adotadas em momentos específicos, acabou desvirtuando o seu posicionamento inicial. E justifica:

“É sabido que, por esta ou aquela razão, se procurava resguardar a pessoa do Imperador, aliás, constitucionalmente sagrada e inviolável. Por incompreensão ou má informação ou por cálculo, fazia-se vista grossa à realidade da ação despótica de Pedro I, oscilando entre o constitucionalismo, que apregoava e ao qual às vezes se cingia, e ao despotismo, tão ao sabor do seu temperamento.”<sup>55</sup>

Tem-se, como exemplo de um posicionamento político contraditório daqueles ligados ao *Universal*, a defesa que os redatores daquele periódico fizeram da dissolução da Assembléia Constituinte, dizendo que os mineiros estariam dispostos a respeitar e serem fiéis a Pedro I, o qual foi chamado de “ídolo dos brasileiros”<sup>56</sup>. Costa Filho diz que isso foi “uma evidente descaída” e lamenta o fato repudiando-o, dizendo que o que imperava era um “(...) mau gosto literário de artigos como esse, mau gosto, aliás, predominante nas folhas dessa época.”<sup>57</sup> Esse autor ainda procura justificar de outras formas a ação tomada pelo *Universal*, tentando de todas as maneiras tirar essa “mancha” daquele que foi um dos

---

<sup>54</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit

<sup>55</sup> Idem. Ibidem. pp.18-19.

<sup>56</sup> Idem. Ibidem. p.24.

<sup>57</sup> Idem. Ibidem. p.24.

mais importantes “bastiões do liberalismo nas Alterosas.”<sup>58</sup> Costa Filho salienta: “Já vimos que bateu palmas à dissolução da Constituinte. Fê-lo talvez por tática, não por errônea interpretação do grave acontecimento, diante do qual, conforme disse Vergueiro, a nação capitulara, sentindo-se derrotada.”<sup>59</sup>

Ao jornal *Sentinela do Serro*, que circulou entre os anos de 1830 a 1834, é conferida a primazia na preparação do movimento que gerou as primeiras conseqüências da Abdicação de D. Pedro I. Sodré faz menção ao *Sentinela do Serro* situando-o como partidário do liberalismo político e revela que seu fundador, Teófilo Otoni, fora expulso da Academia de Marinha, perseguido por suas idéias liberais<sup>60</sup>. Já Gonçalves, coloca-o como o grande jornal liberal da Província de Minas Gerais<sup>61</sup>. Entretanto, aquele que atribui maior importância e intensifica o caráter liberal do *Sentinela do Serro* é Costa Filho.

Esse autor também se refere ao *Sentinela* com um tom laudatório, mencionando-o como o mais importante jornal dentre os demais periódicos liberais de seu tempo:

“Risonho parecia ser também o futuro dessa folha serrana que, no dizer de Basílio de Magalhães, ‘ofuscou os outros raros periódicos da província’. O adjetivo aí empregado pelo ilustre professor mineiro só se justifica do ponto de vista absoluto, porque, em comparação com mais províncias, Minas não ficava em posição que a desdobrasse, senão que era das melhores aquinhoadas, quanto ao número de jornais em circulação.”<sup>62</sup>

De acordo com Costa Filho, o grande momento do *Sentinela do Serro* deu-se em princípios de abril de 1831, quando chagaram naquela cidade as notícias dos acontecimentos políticos que tiveram lugar no Rio de Janeiro, depois que D. Pedro I

---

<sup>58</sup> Idem. Ibidem. p.17.

<sup>59</sup> Idem. Ibidem. p.25.

<sup>60</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.68.

<sup>61</sup> GONÇALVES, João Luis Traverso. Op. cit. p.128.

<sup>62</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. pp.56-57.

retornou de sua viagem à Província de Minas Gerais<sup>63</sup>. Segundo o autor, Teófilo Otoni incitou os serranos a pegarem em armas para lutar contra o flagelo da tirania, através das páginas da *Sentinela*<sup>64</sup>. Assim, no dia seguinte, a população atendeu ao apelo de Otoni, apresentou-se em armas na praça principal daquela cidade: “Foi esse, ocorrido no dia 4 de abril de 1831, o primeiro levante popular inspirado e dirigido por Teófilo Otoni e, podemos acrescentar, pelo seu jornal, a valente *Sentinela do Serro*, uma das glórias da imprensa montanhesa.”<sup>65</sup>

Na leitura dessa bibliografia, tem-se a impressão de que a imprensa mineira voltou-se sobremaneira à defesa dos interesses liberais, e que nela os princípios partidários de cunho conservador não obtiveram um raio de ação significativo. Tanto Sodré<sup>66</sup> quanto Viana<sup>67</sup> enfatizaram a postura liberal da imprensa mineira no Primeiro Reinado e durante as Regências, destacando o papel e a força que os dois jornais acima mencionados tiveram na vida política e social de Minas Gerais. Além disso, o destaque histórico que os periódicos da província mineira ganharam, através de interpretações como as acima mencionadas, revela, de certa forma, uma idéia de que a imprensa mineira foi liberal em sua essência.

A abordagem de Costa Filho, nesse sentido, é ainda mais significativa. Referindo-se à criação do primeiro jornal publicado na cidade de Mariana, de título *A Estrela Marianense*, o autor faz uma generalização, atribuindo à imprensa periódica de Minas um caráter majoritariamente liberal: “Aparecendo a 3 de maio de 1830, veio engrossar as fileiras dos órgãos liberais de Minas, os quais, como se sabe, predominavam em número e

---

<sup>63</sup> Idem. Ibidem. p.57.

<sup>64</sup> Idem. Ibidem. p.57.

<sup>65</sup> Idem. Ibidem. p.57.

<sup>66</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit.

<sup>67</sup> VAIANA, Hélio. Op. cit.

no sentimento da maioria dos filhos da província.”<sup>68</sup> Da mesma forma, Costa Filho atribui um caráter liberal por excelência a essa província, como se somente fosse possível “ouvir a voz dos liberais” nas páginas dos periódicos mineiros:

“A imprensa, naqueles tempos de duras lutas, de paixões virulentas, que tudo estava a mostrar que se avizinhavam choques decisivos, por isto mesmo que era uma trincheira da liberdade brasileira e do sistema constitucional, tinha de enfrentar ataques cerrados dos inimigos do liberalismo, da Constituição e da própria independência nacional.”<sup>69</sup>

E ainda:

“A lição da imprensa mineira, no que poderíamos chamar a sua primeira fase, coincidindo com quase todo o primeiro reinado, como um período em que se afirmou a vontade de independência do povo brasileiro, em que se realizou e revigorou a afirmação da personalidade nacional do Brasil, é, pois, a de um liberalismo moderado, de um constitucionalismo esclarecido e firme, de um nativismo sem xenofobia, de um nacionalismo que denotava não só a consciência dos direitos do Brasil à soberania, a uma completa separação de Portugal (...).”<sup>70</sup>

De fato, durante o período Regencial (1831-1837), poucos jornais de caráter conservador foram publicados em Minas Gerais, o que se deu, certamente, em decorrência da primazia dos partidários do liberalismo, então no poder da província, o que fez com que as folhas conservadoras fossem suprimidas. Fim semelhante tiveram os jornais liberais exaltados, os quais constituem peças ainda mais raras no acervo da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand.

Contudo, isso não quer dizer que não existiram periódicos de caráter conservador durante o período em foco. O acervo de jornais mineiros disponíveis na Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand oferece pistas a respeito dessa grande visibilidade dada pela

<sup>68</sup> COSTA FILHO, Miguel. Op. cit. p.48.

<sup>69</sup> Idem. Ibidem. p.49

<sup>70</sup> Idem. Ibidem. p.58.

historiografia em relação ao caráter liberal da imprensa mineira para o período regencial. Luciano da Silva Moreira destaca que o acervo da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand (HPAC)<sup>71</sup> foi formado a partir do desmembramento da seção de periódicos existentes no Arquivo Público Mineiro<sup>72</sup>. Esse instituto foi criado no final do século XIX com o objetivo de recolher testemunhos históricos, sobretudo registros escritos referentes ao passado mineiro, a fim de empreender uma busca dos elementos de sua história, definir a identidade desse povo através do resgate e da valorização de seu passado<sup>73</sup>.

Nesse sentido, foi doado ao Arquivo Público Mineiro<sup>74</sup>, pelos seus correspondentes, um conjunto enorme de periódicos do século XIX. No entanto, as doações de jornais do período regencial foram pequenas e se referem a alguns poucos exemplares de determinados periódicos. Os jornais ditos conservadores como *O Unitário* e o *Telégrafo* são minoria nesse acervo e contam apenas com algumas edições avulsas. Já *O Universal* e o *Correio de Minas* possuem coleção completa para o período. Isso se deveu à prática específica e fundamental da administração pública de publicar nos jornais, sobretudo aqueles que estavam em consonância com a política da situação, os atos do governo, editais e sessões da Assembléia Legislativa<sup>75</sup>. A hipótese que Moreira lança, e que é aqui levada em consideração, é de que a coleção completa dos periódicos *O Universal* (1825-1842) e *Correio de Minas* (1838-1844), que contaram com a publicação continuada dos atos do governo provincial, tem origem na documentação que compôs o denominado fundo

---

<sup>71</sup> Doravante, a Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand será representada pela sigla HPAC.

<sup>72</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. A formação do acervo de jornais mineiros publicados no Período Regencial sob a guarda da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. In: *Anais*. XIV Encontro Regional de História (2004 jul. 25-30: Juiz de Fora, MG). Caminhos da História: desafios da Historiografia em Minas Gerais. Silvana Mota Barbosa, Alexandre Mansur Barata, Robert Daibert Jr., (orgs.). Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2004. p.2.

<sup>73</sup> Idem. Ibidem. p.2

<sup>74</sup> Doravante, o Arquivo Público Mineiro será representado pela sigla APM.

<sup>75</sup> MOREIRA, Luciano do Silva. Op. cit. p.4.

Presidência da Província<sup>76</sup>, ou seja, são jornais que integraram o acervo arquivado pela Secretaria da Presidência<sup>77</sup>. Assim, pode-se deduzir que existiu uma relação estreita entre a circulação de jornais, durante o período Regencial e nos anos subseqüentes, com a Presidência da Província.

Como foi observado, a escolha desses jornais pelo governo ligou-se à tendência política adotada pelos mesmos. De 1831 a 1837, considerado um momento de predomínio liberal, o escolhido pelo governo foi o jornal *O Universal*. O fato de Bernardo Pereira de Vasconcelos transferir a direção do *Universal* para outro proprietário em 1835, momento em que ele se inclinou para a orientação regressista, demonstra a forte ligação simbólica desse periódico com o grupo liberal da província. Em 1836, com o Regresso Conservador, *O Correio de Minas*, partidário dessa tendência, passou a publicar os atos e ofícios da administração provincial juntamente com *O Universal*<sup>78</sup>. Após 1842, *O Correio de Minas* assumiu o posto de principal folha da província, justamente pelo fato dos liberais terem sido derrotados na rebelião armada que eles próprios incitaram e que ficou conhecida como Revolução Liberal de 1842. É interessante perceber, portanto, o quanto essa questão política influenciou a publicação e a circulação de periódicos na província de Minas durante o período considerado.

No ano de 1833, havia cerca de 18 títulos em circulação, porém, após 1834, esse número caiu de forma progressiva até atingir, em 1837, o número de 3 títulos apenas, para toda a província<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> O fundo Presidência da Província é parte integrante da documentação da Seção Provincial do APM. Refere-se aos documentos arrolados pelo poder executivo. Idem. Ibidem. p.5.

<sup>77</sup> Idem. Ibidem. p.5.

<sup>78</sup> Idem. Ibidem p.6.

<sup>79</sup> Idem. Ibidem. p.9.



A inclinação liberal atribuída pela historiografia à imprensa mineira, enfim, não foi um acaso: a coleção de jornais existentes num dos principais arquivos do Estado é nada mais nada menos do que indício do resultado do jogo político travado entre liberais e conservadores. O APM foi fundamental nesse processo de reconstrução histórica da trajetória da imprensa mineira. Ao mesmo tempo, a constituição desse acervo foi decisiva para a representação do “mineiro” na memória de seu povo e dentro da memória da própria nação; memória essa que destacou o seu caráter combativo, ao mesmo tempo conciliador. Essa memória que se apresenta nos arquivos da HPAC é, na verdade, a memória do governo de Minas durante o período regencial, o qual procurou calar as vozes discordantes de forma incisiva.

Como contrapartida dos debates políticos que tomaram conta das páginas dos principais jornais de Minas Gerais, como de todo o Brasil durante o Primeiro Reinado e as Regências, surgiram, sobretudo na Corte, alguns pouco periódicos de cunho literário. Sodré esclarece a situação dessas iniciativas no período imediatamente anterior à Maioridade, deixando transparecer também o seu pequeno apreço em relação a esse tipo de periodismo:

“Tal como *O Beija Flor*, cuja epígrafe estava de acordo com o título: ‘No meio de disputas tão azedadas e que todas versam sobre a política, os leves divertimentos de mera literatura não cativam suficientemente a atenção’. Não podiam mesmo cativar. Essa maneira fútil, palavrosa, arrebicada, ornamental de escrever, essa superficialidade de assuntos e de finalidades, num meio agitado, ornamentado, tumultuoso, como poderia despertar atenção?”<sup>80</sup>

Após a Maioridade (1840), ocorreu uma diferenciação entre a imprensa áulica e a imprensa literária. A combatividade política da imprensa foi, aos poucos, arrefecendo-se

---

<sup>80</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.186.

diante da supremacia de uma política cada vez mais conservadora<sup>81</sup>. Nesse contexto, surgiram alguns periódicos literários de extrema importância para a história da literatura brasileira, como a revista *Minerva Brasiliense*, que circulou na Corte entre os anos de 1843-1845, e principalmente a *Guanabara*, que circulou entre 1851-1855<sup>82</sup>.

Esse movimento de emergência de periódicos de cunho literário deu-se na Província de Minas Gerais, de forma análoga, a partir de 1842, na medida em que os anseios dos liberais foram desmobilizados pela derrota por eles sofrida na Revolução Liberal. A atuação do Partido Liberal foi, aos poucos, sendo absorvida pelos conservadores ao longo da década de 1840. Essa diferenciação entre os discursos político-doutrinário e literário efetivou-se de maneira mais incisiva a partir de 1843, quando surgiu o primeiro periódico literário de Minas Gerais, o *Ateneu Popular*<sup>83</sup>, editado pelo Padre Antônio de Souza Braga e redigido por Bernardo Xavier Pinto de Souza, posteriormente fundador e editor do periódico *O Recreador Mineiro*.

Existe apenas uma edição do *Ateneu Popular* na HPAC. Como está inscrito no próprio título, esse periódico se auto-intitulou: “Periódico Literário”<sup>84</sup>. Na verdade, não se trata de um impresso que divulgava textos literários identificados com alguma possível tendência literária. Pelo que se pode observar, as questões políticas não são abordadas da mesma forma, como a maioria absoluta dos periódicos daquele período. Na sua maioria, os textos ali existentes revelam um conjunto de valores morais cristãos, escritos sob a forma de narrativa ficcional.

---

<sup>81</sup> Idem. Ibidem. p.213.

<sup>82</sup> Idem. Ibidem. p.211.

<sup>83</sup> *O Ateneu Popular*. Código: J.O.P. Vol. 72. HPAC.

<sup>84</sup> Ibidem. n.º.3, 18 de novembro de 1843. p.1. J.O.P. Vol. 72. HPAC.

Nessa edição do *Ateneu*, o artigo mais interessante é, sem dúvida, “A Inconfidência de Minas – Ano de 1790”, texto de autoria não identificada, continuação do número antecedente. Fazer menção a esse emblemático episódio da história de Minas Gerais é bem significativo, na medida em que revela a forma como os homens daquele período “leram” o próprio passado e conferiram um sentido ao seu discurso de forma a legitimar esse passado como “seu”, o que não deixa de significar uma certa consciência histórica e, por conseguinte, nacional.

Ao findar a transcrição de um longuíssimo trecho dos “Autos de Devassa”<sup>85</sup> referente à condenação dos acusados, o autor desse artigo faz apontamentos sobre o caráter de sua pesquisa. Primeiro, revela que o assunto “Inconfidência” era tratado naquela época (1843) de maneira díspar: “(...) fato de pouca importância hoje na opinião de uns, e gravíssimo segundo outros.”<sup>86</sup> É curioso observar que esse episódio, polêmico em sua essência, proporcionou uma disparidade de opiniões entre os homens daquele período, o que, de fato, ainda hoje não deixa de acontecer nas acaloradas discussões acadêmicas de que é objeto. Essa questão devia suscitar debates ainda mais entusiasmados naquele período, dada a proximidade com os acontecimentos e seus desdobramentos políticos e econômicos que provavelmente ainda se faziam sentir na Província de Minas Gerais.

Nesse artigo o autor revela detalhes em relação à sua metodologia de pesquisa e acerca do ofício do historiador. A própria utilização dos “Autos de Devassa” como fonte que certifica as afirmações realizadas ao longo do texto demonstra que as tendências da historiografia européia de então faziam-se presentes no Brasil, como é também o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que instituiu como uma de suas práticas

---

<sup>85</sup>Ibidem. pp. 3-5.

<sup>86</sup>Ibidem. p.6.

fundamentais de pesquisa histórica, o uso de fontes<sup>87</sup>. Assim, o autor do referido artigo explica:

“Nós não nos atrevemos a levantar a cortina do tempo e com a ilustrada pena do analítico traçar notas esclarecidas sobre esse quadro. Daquele tempo em que tudo se fazia com o maior sigilo, em que quase tudo era mistério, por que o braço do déspota erguido desfechava o golpe de punição antes de verificada a culpa, poucos documentos nos restam por onde nós possamos bem certificar de tais acontecimentos.”<sup>88</sup>

No entanto, ele não deixa de revelar a sua simpatia pelo movimento e expõe toda a sua concepção acerca do sentimento de patriotismo atribuído à ação dos Inconfidentes. Ao fim do texto, reputa-se à atitude dos Inconfidentes como uma prévia do que viria acontecer em 07 de setembro de 1822, conferindo-lhes a primazia na luta contra o despotismo e a sanha pela busca da liberdade no Brasil:

“É porém bem certo que aquele plano, por tantas e bem significantes notabilidades concertado, não podia ser uma *criança* como dizem. Despedindo-se da dependência metropolitana, queriam os Brasileiros erigir um trono, em que se sentasse talvez a Monarquia, mas em roda do qual esvoaçasse risonha e benéfica liberdade; e expedindo comissários a diversos Países, buscaram a proteção dos mesmos. Tais foram, entre outros, os Estados Unidos, como diz o próprio Jefferson. Foi horrível o desfecho da tentativa, mas ela serviu de estímulo a que novos *Inconfidentes*, empregando mais úteis meios, firmassem sua independência no rico Império de St. Cruz, aos 7 de setembro de 1821(sic.). Ah! Se os Brasileiros tivessem aproveitado o tempo que corre daquela data ao dia de hoje, ano 1843, o que não teria feito um povo livre, rico e habilidoso durante o espaço de vinte e dois anos!!!”<sup>89</sup> (grifos do autor).

Nota-se, nesse texto, uma associação entre a Inconfidência e a monarquia, ou seja, apagou-se o caráter republicano defendido por alguns dos Inconfidentes quando falavam

<sup>87</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Os Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000. p.62.

<sup>88</sup> *O Ateneu Popular*. n.º.3, 18/11/1843. p.6.

<sup>89</sup> *Ibidem*. p.6.

em estabelecer uma nova ordem. Disso, pode-se depreender duas coisas: naquele período não se fazia a associação dos Inconfidentes com posturas republicanas; existia uma contemporização dos redatores daquele periódico com a dinastia dos Bragança. O fato do redator do *Ateneu* ter sido Bernardo Xavier Pinto de Souza, futuro redator de *O Recriador Mineiro*, leva-me a considerar a segunda hipótese mais pertinente em função da postura política adotada nas páginas daquele periódico, aspecto que será abordado no próximo capítulo.

Retomando o foco sobre a imprensa brasileira e mineira, novamente farei referência a Sodré. Ele estabelece uma dicotomia na imprensa brasileira de uma forma geral, determinando o período anterior à Maioridade (1840) como o mais vigoroso da sua história, em contraposição à época marcada pelo fim das revoltas provinciais e dos conflitos do início do Segundo Reinado, que teve como marco a Revolução Praieira (1848)<sup>90</sup>. Segundo esse autor, a partir desse movimento ocorreu um esmorecimento da iniciativa combativa da imprensa de uma forma geral, o que se refletiu num decréscimo da qualidade desses periódicos como um todo. Para ele, foi nesse contexto que a imprensa literária começou a fundir-se com a imprensa política, de forma que isso aconteceu não apenas na Corte, mas também nas províncias<sup>91</sup>, momento esse que ele caracterizou como de “consolidação do domínio do latifúndio”<sup>92</sup>. Portanto, na medida em que as revoltas provinciais cessaram e os grupos dirigentes de cada província se “apaziguaram” com a política da Corte, a imprensa local teria deixado de lado o seu caráter combativo. No entanto, no caso específico de Minas Gerais, essa “fusão” não se deu de imediato à Revolução Liberal de 1842. Contradizendo o que ele mesmo procurou demonstrar, esse autor cita como um dos

---

<sup>90</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.184.

<sup>91</sup> Idem. Ibidem. p.184.

<sup>92</sup> Idem. Ibidem. p.183.

derradeiros impulsos para a rebeldia impressa os jornais mineiros *O Itamontano* (1848-49) e *O Apóstolo* (1850-52) – esse último foi provavelmente o primeiro jornal republicano da província –, ambos de propriedade de Domingos Soares Ferreira Pena<sup>93</sup>.

De fato, pelo que pude observar, a combatividade política dos jornais mineiros permaneceu intensa mesmo após a Revolução de 1842, exteriorizando a tensão existente, no seio da Assembléia Provincial, entre liberais e conservadores ao longo de toda a primeira metade do século XIX. Observa-se essa militância política, por exemplo, no jornal *O Itacolomy*, um dos porta-vozes dos liberais em Minas naquele período. No artigo *Boa fé e convicções da oposição*<sup>94</sup>, procurou-se enfatizar a diferença na atuação política dos partidos liberal e conservador de então. Nesse artigo, o periódico em questão, ligado ao partido liberal, estando numa posição confortável, porque no poder, trata das atitudes do partido opositor e de suas contradições políticas em momentos distintos: dentro e fora do poder. Deve ser ressaltado, entretanto, que as bases da nacionalidade pregada pelo grupo supracitado não se distanciavam da monarquia constitucional, que fora pregada desde os primórdios pela imprensa periódica mineira, com o *Compilador Mineiro*. Dizia o artigo em exame:

“O monarquismo dos nossos adversários existe unicamente enquanto estão no poder; fora dele, as desvantagens da situação os transforma logo em partidistas de idéias opostas, e é assim, que os vemos defender aquilo mesmo que não há muito combatiam e cuja paternidade nos atribuíam; é assim, que os vemos abraçar e aplaudir as crenças dos mesmíssimos jornais a quem, quando governantes perseguiram com repetidos processos, somente por que essa perseguição atroz era imperiosamente exigida pela hipocrisia, com que vinham mascarados, e de que se serviam para vender os olhos do monarca e da nação.

Confronte-se o estado e o sistema da imprensa da facção, em hostilidade ao gabinete atual, com o estado e o sistema da mesma

<sup>93</sup> Idem. Ibidem. p.186.

<sup>94</sup> *O Itacolomy*. n.º.25, 25/03/1845. pp.2-3. J.O.P. Vol.72. HPAC.

imprensa quando era o apoio dos governos arbitrários e opressores, quando endeusava a tirania no poder, e não nutrimos o mínimo receio de que em resultados sejamos apanhados em falsidade.”<sup>95</sup>

Em contraposição, o grupo conservador também exteriorizou o seu ponto de vista através da imprensa, atacando ferozmente os seus adversários. Isso demonstra que, de fato, não houve uma estagnação da imprensa periódica política em Minas Gerais após a Revolução de 1842. No jornal *O Publicador Mineiro*, em artigo de 31 de janeiro de 1846, o autor criticou duramente a atitude dos liberais no governo e ironizou a postura adotada por alguns deles, os quais, segundo consta no artigo, se sentiam os “donos da verdade”:

“Dissemos que não havia no país *estabilidade de princípios, nem permanência de idéias*. O *Constitucional* engraçado e espirituoso, como de ordinário são todas as folhas da polícia, responde-nos muito lampeiro – ah! Sim, os princípios não são estáveis, nem as idéias permanentes, porque o sr. Francisco Diogo não é mais chefe de polícia desta província, nem o sr. Firmino juiz de direito da comarca do Paraibuna. A vista de tão valentona argumentação, é força recuarmos, e fazer a mais terminante retratação. Agora diremos – o país se acha em estado normal, o sistema representativo em toda a sua pureza, as eleições feitas livremente porque o sr. cônego Marinho é deputado geral, brigadeiro e procurador fiscal com seus nove mil cruzados, o sr. Antão deputado geral, inspetor da tesouraria com seus onze mil cruzados e o sr. Quintiliano presidente da província com seus dez mil cruzados. Não há dúvida: o *Constitucional das dúzias* tem razão, o Brasil vai medrar.”<sup>96</sup>

Sobre a incoerência na conduta dos liberais no poder são tecidas mais críticas:

“Se foi o carrasco, como é que se não realizaram os princípios da manifestação de julho, nada se fez a bem da *descentralização*, continuaram os impostos, apesar de extinta a guerra do Rio Grande! Se foram as vítimas, como ainda ousam chamar-se liberais? Não srs. do *Constitucional*, nem todos os homens do dia 10 de junho intervieram no mercado de opróbrio que fizestes com a Joana. O *couro d’anta* não cobre ainda todas as fisionomias.”<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> Ibidem. pp.2-3.

<sup>96</sup> *O Publicador Mineiro*. 31/01/1846. p.4. J.O.P. Vol.76. HPAC

<sup>97</sup> Ibidem. p.4.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que, mesmo após o declínio do jornalismo político, período esse estipulado por Sodré a partir da Maioridade (1840)<sup>98</sup>, a imprensa mineira se manteve vigorosa, com o surgimento da maior parte dos 864 periódicos publicados nessa província ao longo do século XIX, nas 118 localidades em que eles foram criados<sup>99</sup>. Desses 864 periódicos, somente 65 surgiram antes de 1840<sup>100</sup>. Diante disso, temos que 799 periódicos foram criados em Minas Gerais num período em que as questões políticas sofreram um “abrandamento”, como foi o caso do período conhecido como Conciliação (1850-64), porém, de intenso “revivamento” político a partir da Guerra do Paraguai (1864-70) e antes da precipitação do processo republicano (1870-89)<sup>101</sup>.

A partir de 1845, com o *Recreador Mineiro*, a literatura, bem como a história, passaram a constituir um foco mais específico na imprensa mineira e isso, ressalte-se, sem perder de vista a política e, sobretudo, tendo em mira contribuir para edificar uma nação, uma nação “civilizada”. Seguindo as tendências da imprensa da Corte, a imprensa de Minas instituiu a circulação periódica do texto literário e histórico, de uma cultura histórica, enfim, fazendo com que esses fossem divulgados e popularizados, num explícito projeto de formação e ampliação do número de leitores. Como será demonstrado mais adiante, nesse periódico, as dimensões política e literária não foram tratadas como categorias excludentes. Muito pelo contrário, filiado à matriz Ilustrada, valorizou tanto uma quanto a outra e trouxe à tona um desejo de estender ao máximo os benefícios da instrução ao público, condição *sine qua non* para que a autonomia intelectual e a liberdade de consciência pudessem ser adquiridas. Os folhetins publicados no *Recreador*, qualificados pelos redatores sob o

---

<sup>98</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.183.

<sup>99</sup> GONÇALVES, João Luis Traverso. Op. cit. p.138.

<sup>100</sup> Idem. Ibidem. p.138.

<sup>101</sup> IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. tomo II, v.3, cap.I.



epíteto de **Romances**, expressam a dimensão política inerente à literatura adotada nas suas páginas. No último capítulo dessa dissertação, as relações entre História e Romance (Literatura) estabelecidas naquele periódico serão melhor delineadas de forma a se fazer clara a importância dada a cada uma delas no cumprimento dos objetivos estipulados pelo grupo sócio-político ligado ao *Recreador*.

## 1.2 – Imprensa periódica e formação da opinião pública.

O desenvolvimento da imprensa e suas influências na vida política e sociocultural das sociedades modernas estão intimamente ligados à questão da formação da opinião pública como prerrogativa básica no processo de desenvolvimento político das nações.

Uma das coisas mais interessantes que ocorreu com a criação e o desenvolvimento da imprensa foi a transformação do homem da cultura oral e manuscrita para o homem da cultura tipográfica moderna. Isso teve implicações no que tange à delimitação dos espaços públicos e privados que caracterizam a sociedade contemporânea, ou seja: o surgimento público do Estado, da esfera do mundo privado e das civilizações ou Estados Nacionais<sup>102</sup>.

A invenção da imprensa criou um novo tipo de consciência social importantíssimo no processo de transição do feudalismo para o capitalismo (da Idade Média para a Moderna): o público<sup>103</sup>. A palavra manuscrita não foi capaz de criar públicos em escalas nacionais, muito em parte pelo seu estreito poder de circulação. O advento do Estado Nacional Moderno foi dinamizado pela difusão da cultura impressa, que difundiu a autoconsciência orientada, tanto do indivíduo quanto dos grupos sociais. A partir da criação

---

<sup>102</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Op. cit. p.64.

<sup>103</sup> McLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutemberg: a formação do homem tipográfico*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho e Aluísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1972.

da tipografia, determinados grupos puderam se reunir em prol de seus interesses e se fazerem representar.

A dicotomização entre leitura em voz alta e leitura silenciosa caminhou *pari passu* com todo esse processo de constituição dos Estados Modernos, do desenvolvimento do capitalismo, do fim do absolutismo, da democratização da sociedade e do surgimento do nacionalismo. A leitura dos manuscritos na Antigüidade e na Idade Média era essencialmente em voz alta, devido a suas utilidades funcionais básicas: rituais (louvação a Deus ou aos Deuses, e outras cerimônias religiosas e reais), informativas (medidas administrativas ou notícias gerais que deviam ser compartilhadas com o resto da população devido à baixa taxa de alfabetização), recreativas (leitura de textos em voz alta: poesias, contos, festejos, etc.). Existia, nesse processo, certa relação de dinamismo entre a cultura do manuscrito e a esfera pública da existência, porém, muito restrita aos que possuíam acesso a ela, ou seja, àqueles que conviviam nas aglomerações urbanas. Isso excluiu, e muito, a maior parte da população, a qual vivia no campo. Por outro lado, a invenção da imprensa possibilitou um maior acesso à cultura escrita pelos grupos sociais que tradicionalmente estavam fora do mundo do escrito, justamente por sua difusão em larga escala, atingindo de forma eficaz uma parte considerável da população, por meio de faixas, placas, anúncios, panfletos, visando à regularização formal dos rituais cívicos e religiosos, mesmo sendo a maioria dessas pessoas incapazes de ler. A difusão da cultura impressa disseminou uma gama variadíssima de textos, modificando lentamente o hábito de leitura, que se configurou, cada vez mais, como uma prática silenciosa. Dessa forma, a leitura foi se

tornando individualizada, e isso diz muito se lembrarmos que a valorização da individualidade foi uma das características básicas do Humanismo Renascentista<sup>104</sup>.

No entanto, é bom ressaltar que, mesmo com a redução da “palavra falada”, em decorrência do êxito dos impressos, a prática de verbalizar textos, sermões e orações não deixaram de existir e, com o advento da impressão, ganhou uma nova dimensão, beneficiando àqueles que se utilizaram desse novo instrumento, aumentando o seu carisma pessoal através da palavra impressa<sup>105</sup>. Decerto, a tipografia possibilitou o surgimento de uma cultura literária que foi difundida por meio das representações teatrais ou círculos de leitura poética, sendo consumida, na sua maioria, por um público ouvinte, decorrência do enorme número de analfabetos que existia na maioria das sociedades até o século XIX<sup>106</sup>.

Ao mesmo tempo, constituíram-se novas formas de sociabilidade por meio da criação de novos espaços públicos (cafés, clubes, salões e sociedades literárias etc.), onde se discutiam assuntos de interesse público (o Estado e a autoridade em geral) e onde os sujeitos privados faziam uso público de sua própria razão crítica. Essa forma de sociabilidade é a que considero como expressão da opinião pública, a qual foi adquirida a partir do advento do pensamento Ilustrado.

Para Kant, o traço fundamental da opinião pública é que os sujeitos, dotados de sua capacidade racional, podem constituir-se como público sem que as pessoas estejam necessariamente no mesmo lugar, em mútua proximidade, ou seja, estejam inseridas no âmbito de sua esfera privada de existência. De acordo com aquele filósofo, o Iluminismo se caracterizava pelo uso público da razão com o objetivo de desenvolver o espírito crítico

---

<sup>104</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Op. cit. p.64.

<sup>105</sup> EISENSTEIN, Elisabeth L. *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998. p.110.

<sup>106</sup> Idem. *Ibidem*. p.110.

para que as pessoas tivessem, cada vez mais, acesso aos instrumentos que pudessem levá-las a esse fim: a escrita e a leitura dos textos impressos. Com isso, seriam capazes de discernir aquilo que fosse bom ou ruim para suas vidas<sup>107</sup>. Enfim, a individualização do homem e a construção de um espaço público, onde ele procuraria fazer valer a sua voz, tornou-se uma das características fundamentais do homem contemporâneo, sendo a cultura do impresso um agente fundamental nesse processo.

Retomando o foco de análise para o Brasil e, mais particularmente Minas Gerais na primeira metade do século XIX, penso que a referência à opinião pública ganha especial interesse devido ao papel preponderante que a imprensa periódica obteve na sua formação, observando que foi por meio desse tipo de imprensa que os grandes temas nacionais e locais foram apresentados. De fato, a imprensa periódica brasileira da primeira metade do século XIX cumpriu, com oscilações no nível de qualidade e alguns deslizes de ordem ética, as quatro funções fundamentais que classicamente lhe são atribuídas: política, econômica, educativa e de entretenimento<sup>108</sup>. Dentre essas quatro funções, aquela com a qual a imprensa brasileira se ocupou, como se sabe, foi prioritariamente política. Por função política, entende-se a ação dos meios de informação como instrumento de intervenção nos negócios públicos e como órgãos de expressão e de controle da opinião pública. Isso não quer dizer que a imprensa não se ocupou com as outras funções que lhe são próprias, divulgando notícias e conhecimentos para o desenvolvimento econômico e social. O periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, criado em 1833 no Rio de Janeiro, ofereceu-nos um bom exemplo desse tipo de empreendimento jornalístico. Autodenominado

---

<sup>107</sup> KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? (1784). In: \_\_\_\_\_. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995. p.13. Apud CANO, Jefferson. Apresentação. In: *Cadernos AEL. Literatura e Imprensa no século XIX*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, V.9, n.16/17, 2002. p.7.

<sup>108</sup> GONÇALVES, João Luis Traverso. Op. cit. p.95.

“Revista Econômica”, redigido por Januário da Cunha Barbosa, sintetiza bem o que foi acima explicitado: “(...) publicava memórias sobre o café, açúcar, mandioca, fabricação de produtos vegetal e animal, velas, sebo, tabaco, conservação de utensílios etc.”<sup>109</sup> Da mesma forma e na mesma edição, realizava um balanço crítico da situação político-social do país:

“No vasto, rico e importantíssimo Império do Brasil, que por felicidade nossa habitamos, uma máquina é exótica; não existe uma estrada perfeita; não se navega por um canal; e isto porque ainda não resolvemos a associar os pouco meios de cada um para, com o coletivo de todos, obtermos os resultados que os capitais reunidos fazem todos os dias surgir naqueles países onde o espírito de associação comanda a natureza bruta e a força a apresentar nova face polida, tudo efeito, tudo ora da reunião de indivíduos.”<sup>110</sup>

Periódicos como esse foram comuns também na província mineira, como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, criado em 1832, o qual se ocupou de forma incisiva da promoção da educação e da defesa dos benefícios da instrução, divulgando inclusive o projeto de criação da primeira biblioteca pública de Ouro Preto<sup>111</sup>.

Pode-se dizer que esses jornais traduziam e divulgavam a vida de suas comunidades, mostrando o seu dia-a-dia, as suas realizações, os seus anseios, as suas reivindicações, a sua vida social, a sua arte e a sua cultura. Nas edições de 1º. de Abril e 1º. de Julho de 1845, respectivamente, do *Recreador Mineiro*, existem duas poesias homônimas, denominadas “A visita das priminhas”, que ilustram o cotidiano da sociedade ouropretana. Nessas poesias estão expressas, sob a forma de diálogo, as várias facetas dessa sociedade, explicitando uma preocupação com a exteriorização dos princípios de civilidade de matriz européia, como na passagem:

“– *Vidinha*, você desculpe  
Que ando muito atrapalhada;

<sup>109</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.141.

<sup>110</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833. Apud SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p.141.

<sup>111</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim Silami. Op. cit. p.18.

Não vê como estou desfeita?  
 Até já nem como nada.  
 – Mas que trabalhos são estes,  
 Por que razão não me informa?  
 – Você ainda não sabe  
 Que estou aprendendo a Norma?  
 – Pois por isso é que se enfada,  
 Deixando até de comer?  
 Que a tem posto nesse estado,  
 Que a tem feito emagrecer!  
 – Eu ouvi na Casta diva  
 Exclamarem belo ... belo  
 Quando tocou no piano  
 Aninha filha do Mello.  
 Formei eu logo tenção  
 De estudar a Norma inteira;  
 Pois eu quero lá que em música  
 Me tome ela dianteira?”<sup>112</sup>

Nessas poesias faz-se menção à própria imprensa, revelando uma preocupação com a leitura, a consciência de seus benefícios, bem como com a extensão da imprensa periódica na formação da opinião pública:

“Se eu disser uma coisa  
 Dirá que sou toleirona;  
 Mas a prima tem vaidade,  
 quer passar por sabichona.  
 – Vá ver nos dicionários  
 Que tal nome encontrará;  
 E depois se falei bem  
 A priminha saberá.  
 Consulte *Constâncio*, prima,  
 Veja no *Fonseca* então,  
 Ou busque na fonte limpa  
*Moraes* de quinta edição.  
 – Prima leu no *Recreador*  
 O número que passou?  
 As charadas que ele trouxe  
 Você todas decifrou?  
 – Pois se eu gosto de charadas  
 Deixaria de o fazer?  
 Algumas me tem tirado

<sup>112</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.7, 01/04/1845. p.110.

A vontade de comer.”<sup>113</sup>

Outro ponto a ser destacado – e que se relaciona, ao mesmo tempo, com a força que a imprensa periódica tinha na formação da opinião pública e o caráter partidário dessas publicações – está na constante intervenção dos grupos políticos hegemônicos para que correntes políticas opostas obtivessem menor expressividade na imprensa ou até mesmo não pudessem se expressar, como já foi esclarecido no tópico anterior. Como também é sabido, cada grupo político tinha o seu representante na imprensa de forma que, através dela, esses grupos se tornavam passíveis de diferenciação e identificação por parte do público. Pessoas das mais recônditas localidades podiam se fazer ouvir através de cartas e encetar discussões até mesmo com pessoas e facções políticas distintas. Por meio dessas cartas ou comunicados enviados às redações dos jornais, formaram-se grupos relativamente impessoais, de forma que a natureza do homem como ser político foi se transformando ao longo do século XIX, deixando cada vez mais a tribuna e a praça pública para dedicar-se intensamente ao ofício de escrever folhetins, informativos e cartas às gazetas e jornais.

A profusão de cartas de leitores dirigidas aos periódicos é o melhor exemplo de que a função de formar a opinião pública foi efetivada com êxito pelos mesmos. Um trabalho magnífico foi realizado por Barbosa e Lopes<sup>114</sup>, contendo uma coletânea de cartas de leitores e de redatores de periódicos brasileiros de todo o século XIX, divididas por províncias. Esse material, ainda não publicado, constitui objeto de consulta para um grupo de estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro denominado: *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB). Numa gama variadíssima de tipos e estilos de carta,

---

<sup>113</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.11, 01/06/1845. p.174.

<sup>114</sup> BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia. *Críticas, Queixumes e Bajulações na Imprensa Brasileira do Século XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. UFRJ: Rio de Janeiro. [s.n.], 2002.

destaco aquelas que fazem menção à leitura ou à existência de outros periódicos, revelando a circulação das idéias, em suma, a formação da opinião pública:

“Senhor Redator. Por toda a parte se pergunta: que é esse Companheiro do Conselho? Já morreu, porque se acabou a metralha do Despertador Constitucional? Se não escreve por esse motivo, diga-me que lhe mandarei algum mantimento daquele gênero. E se ele já de todo acabou, faça-lhes os ofícios de Cristão, porque ele é animal homem e bem precisa de sufrágios. Tenha paciência, quebre seus protestos, imprima esta no seu Periódico, e declare, que ganhará alvissaras quem descobrir o basofobia (sic.) do Companheiro. *O Despertador do Companheiro.*”<sup>115</sup>

Muito significativas também são as cartas que extrapolam o comunicado aos redatores dos periódicos, demonstram certeza da leitura desses jornais por muitos e de que determinadas matérias eram objetos de vívida discussão entre os leitores:

“*Senhor Redator do Universal.* Muito me tem penalizado as suas reflexões a respeito da Loteria do *Reverendíssimo Senhor Padre Mestre Manoel Joaquim Ribeiro*, vendo eu o quanto aquele digno Sacerdote é merecedor da Pública estima, e como sou um dos habitantes da Freguesia do Antônio Dias desta cidade julgo que tão bem me devo contemplar no número dos elogiados nesse Soneto que lhe remeto, e espero me faça o obséquio de o inserir no seu Periódico para que todos saibam o motivo, porque sou seu apaixonado: este Soneto é extraído fielmente das Obras Poéticas, que este *Senhor* mandou imprimir em Lisboa em 1806, é extraído dessa famosa Obra, que tanto honra ao insigne Poeta que o compôs, e que bem nos convence do quanto a Moral Cristã se acha pura no seu coração, e que é sem contestação uma obra digníssima da pena de um Eclesiástico. Saiba *Senhor Redator*, que tenho por brasão se *O Agradecido. Post Scriptum.* Não pensem os do Ouro Preto, que ficarão sem algum Soneto na despedida; igual sorte a dos Marianenses devem todos esperar.”<sup>116</sup> (grifos do autor).

Por vezes, os redatores desses periódicos deixavam suas impressões acerca do papel da imprensa, sobre a importância de seu ofício e o seu alcance no meio social:

<sup>115</sup> *O Universal*. n.º.2, 20 de julho de 1825 Apud BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia. Carta n.º.117. In: Op. cit.

<sup>116</sup> *O Universal*. n.º.69, 23 de dezembro de 1825. Apud BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia. Carta n.º. 120. In: Op. cit.



“A presente geração, mais feliz do que vós, pode pertencer a imortalidade de cada uma de suas ações e de cada um de seus pensamentos, e a imprensa é o penhor deste novo gênero de imortal duração; seria necessário pois para destruí-lo destruir o mundo com todos os seus habitantes, com tudo o que encerra e com tudo o que se agita na superfície. *A imprensa foi suficiente para mudar o mundo (...).*”<sup>117</sup> (grifos meus).

A demanda pela publicação de cartas e demais comunicados no *Recreador Mineiro* era tão grande que, na edição de 1º. de setembro de 1845, foi divulgada a criação de um periódico que seria publicado paralelamente, em dias indeterminados, somente para a publicação dessas correspondências, o que atesta o poder de alcance desse periódico junto ao público:

“Havemo-nos recusado à publicação de artigos que nos tem sido dirigidos por alguns de nossos assinantes, a quem aliás devemos urbanidade e atenções, por isso que o seu objeto se não acha compreendido em números das matérias que nos propusemos tratar no *Recreador Mineiro*. Para conciliar, porém, o desejo que temos de servi-los com o dever, que nos impõe o programa desta folha, criamos outra com o título de – *Correspondente* – à qual publicada em dias indeterminados, e se distribuirá gratuitamente pelos srs. Assinantes do *Recreador*. Nela transcreveremos unicamente os anúncios, comunicados e correspondências de interesse público e particular, que nos forem remetidas, uma vez que venham legalmente reconhecidas.”<sup>118</sup> (grifos do autor).

Prática muito comum entre os periódicos daquele período era aceitar a subscrição de assinantes. Aliás, o número de assinantes que cada periódico possuía era argumento de primeira grandeza para atestar qual grupo político teria a aceitação do público, ou seja, que melhor representaria a opinião pública. Dessa forma, no cabeçalho da maioria dos periódicos grafava-se o valor da subscrição e o local onde elas poderiam ser efetivadas, geralmente as tipografias onde eram impressos os jornais. Por vezes, nos próprios periódicos eram publicadas as listas de assinantes, a título de publicidade e de auto-

<sup>117</sup> *O Itamontano*. n.º.47, 29 de abril de 1848. J.O.P; volume: 75. HPAC.

<sup>118</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º. 17, 01/09/1845. p.272.

identificação, como no caso do *Recreador Mineiro*, que lançava mão desse artifício periodicamente. Já em janeiro de 1846 esse periódico contava com 723 assinantes, entre homens e mulheres de várias localidades de Minas e do país, além de assinantes em Lisboa e Paris, assim como, é claro, de leitores avulsos<sup>119</sup>.

Esses leitores e “contribuidores” de periódicos, mesmo com o enfraquecimento dos vínculos locais (que é um dos resultados da criação da imprensa), puderam aderir silenciosamente às causas que lhes convinham, mesmo que distantes de suas “paróquias” ou contrários à opinião de seus patronos, porque a eles estava aberta a possibilidade de se vincular a um outro grupo, perfeitamente visível. Portanto, a adesão de um maior ou menor número de pessoas fortalecia ou enfraquecia determinados grupos políticos.

Assim sendo, esses homens públicos lançaram mão da imprensa para alcançar uma projeção maior na consciência da população. O próprio Imperador ou aqueles eram seus partidários fizeram uso desse artifício, veiculando nos periódicos de todo o país notícias, estampas, referências às festividades cívicas, procissões reais e demais datas comemorativas do séquito real, de modo que as pessoas alheias a esse universo pudessem gozar, pelo menos em parte, da experiência das festividades públicas. O artigo “Felicitações”, publicado no jornal ouropretano *O Itacolomy* de 25 de março de 1845, é um bom exemplo de como isso se processou. Esse artigo é uma felicitação da Assembléia Provincial mineira, realizada pela pessoa do deputado Firmino Rodrigues Silva felicitando o Imperador pelo nascimento de seu filho primogênito. Nesse artigo, atribui-se uma grande alegria de toda a população em consequência dessa “graça”, relatando que diversas corporações oficiais saíram em cortejo pela cidade, por onde foram recitados os sentimentos de destacadas figuras da administração pública e da sociedade como um todo.

---

<sup>119</sup> Uma análise mais acurada sobre a categoria social desses leitores será realizada no próximo capítulo.

Essa oração é também o testemunho de como, naquele momento, o sentimento de unidade nacional estava diretamente condicionado à aceitação da monarquia constitucional e de que essa, por sua vez, não estava totalmente dissociada da idéia de divindade, como se observa nas seguintes passagens:

“Posto que a assembléia provincial já se houvesse apressado em levar à presença augusta de S. M. I. as demonstrações cordiais de seu júbilo pelo nascimento daquele cujo berço a Divina Providência colocara sobre um Trono, e a quem no alvorecer da vida confiara a missão gloriosa de empunhar no futuro um cetro, um símbolo radiante e imortal da unidade de um vasto império, esteio o mais firme e duradouro das liberdades de uma grande nação, nem por isso se julga dispensada de enviar uma deputação de seu seio a confundir seu júbilo (...).”<sup>120</sup>

Sobre a relação dos habitantes da província com a monarquia, o artigo destaca:

“Legítima representante de uma província tão distinta pela lealdade de sua adesão à Coroa e pela sinceridade de suas afeições à Dinastia do fundador do império, fora a assembléia legislativa provincial infiel aos instintos de sua origem, se não procurasse todos os meios a seu alcance de demonstrar o quanto partilha adesão tão leal, afeições tão profundamente sinceras.”<sup>121</sup>

Naquele período, como poderá ser observado mais adiante, existia uma certa adesão dos partidários do liberalismo político de Minas Gerais em relação ao sistema monárquico constitucional. O exemplo que aqui se toma é o do *Recreador Mineiro*. Este, por meio dos artigos da seção Memória/História, explicita uma ligação coincidente entre as instituições imperiais e a história da província mineira, forjando um vínculo entre esses dois “lugares”, no qual se destacam as virtudes cívicas, a fidelidade e o amor à nação, bem como os sucessos de suas indústrias. Contudo, seus redatores não deixavam de criticar os aspectos dessa história com os quais não concordavam, exteriorizando uma “visão de mundo” filiada

<sup>120</sup> *O Itacolomy*. n.º.25, 25/03/1845. p.1. J.O.P. Vol.72. HPAC.

<sup>121</sup> *Ibidem*. p.1.

a valores liberais e Ilustrados, portanto, contrária ao Absolutismo, e por meio do qual buscavam conferir um sentido à construção da nacionalidade brasileira.

Assim, pode-se dizer que a circulação dos impressos fez com que grupos políticos impusessem, de um modo novo, uma presença pessoal sobre o cotidiano das pessoas. A noção de opinião pública, associada a novas formas de organização política advindas da formação dos Estados Modernos, constituiu-se numa forte arma de representação partidária, funcionado, por vezes, contra ou a favor ao poder absolutista, porém, sempre atrelada ao desenvolvimento de um público letrado, o qual, fazendo uso da razão, constituiu leis morais, abstratas e gerais, que envolviam a defesa de posições e consolidavam uma nova legitimidade política.

Os periódicos e todos aqueles que faziam parte de seu universo – redatores, contribuidores, assinantes – agiam como verdadeiros “agentes de apoio” dos homens públicos na sua busca por um lugar em meio ao mundo da política. No Brasil, esses periódicos, muitas vezes, eram ligados direta ou indiretamente aos chefes políticos locais, donos de terras e de escravos, interessados em divulgar suas idéias, defender suas opiniões favoráveis ou contrárias à situação política, social e econômica do país e das províncias. Foi por meio desse importante veículo de informação que esses homens se fizeram “ouvir”, perderam ou ganharam força e representatividade.

Era comum que redatores e contribuidores de periódicos adquirissem prestígio social pela defesa de certos interesses políticos e, não raro, transformavam-se em políticos, chegando a ocupar cargos públicos de relevada importância. Portanto, pode-se dizer que o mundo do jornalismo brasileiro assistiu à emergência de uma esfera pública política, que se formou e se fortaleceu a partir de uma esfera pública literária. E, de fato, muitos literatos

como, por exemplo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e José de Alencar, obtiveram projeção política a partir de seu lugar nas letras.

Em suma, neste capítulo buscou-se compreender o papel que a imprensa teve na formação da opinião pública na primeira metade do século XIX, entendendo opinião pública como invenção política. Sua força política advinha não só da eficácia do sistema representativo, mas também por uma série de carreiras que aí se abriam aos grupos letrados, caminho de ascensão política e social<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> CANO, Jefferson. Áticos e beócios na República das Letras: aspectos da opinião pública no rio de Janeiro (1836-1837). pp.11-56. In: *Cadernos AEL*. Literatura e Imprensa no século XIX. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, V.9, n.16/17, 2002. p.52.

## CAPÍTULO 2

### “CONTEXTURA DE UM PERIÓDICO POPULAR”

*O Recreador Mineiro* constituiu um desses elementos formadores da opinião pública em Minas Gerais devido às suas especificidades como elemento da cultura impressa que, durante anos, fez circular dados, informações e opiniões variadas, possibilitando a criação de uma esfera pública de debate, de discussão, de crítica: elementos que definem o espaço público. Essa tarefa se cumpriu, primeiramente, na divulgação de espaços específicos de sociabilidade, de encontros entre pessoas privadas como, por exemplo, a livraria e a tipografia na qual esse periódico foi impresso, ambas de propriedade de Bernardo Xavier Pinto de Souza, redator do *Recreador*<sup>123</sup>. Depois, por ter sido um veículo de produção, circulação e apropriação do escrito, advindos tanto da parte de seu redator, quanto dos seus inúmeros colaboradores e assinantes. Dessa forma, pode-se dizer que esse veículo de comunicação ensejou a criação de uma “rede de relações” entre as pessoas que fizeram parte de seu universo e abriu caminho para a incorporação de práticas culturais específicas, de um grupo sócio-político também específico, contribuindo assim para a formação de um público leitor mais crítico e potencialmente capaz de intervir no espaço público em função da “instrução” transmitida em suas páginas.

---

<sup>123</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 1, 01/01/1845. p.1

## 2.1 - Apresentando *O Recreador Mineiro*.

A circulação de *O Recreador Mineiro* teve seu início no dia 1º de janeiro de 1845, em Ouro Preto, na Rua do Jiló (atual Rua Paraná) número 9, onde se encontrava a *Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza*<sup>124</sup>, sendo ele o único homem anunciado como redator daquele periódico ao longo de toda a sua existência. Com circulação quinzenal ininterrupta até a data de 15 de junho de 1848, foram publicados, ao todo, 84 números, num total de mais de 1180 páginas. *O Recreador* era publicado sempre nos dias 1º e 15 de cada mês, contendo cerca de 16 páginas em cada edição, no formato *in-quarto* e dimensões 14x20 cm. O conjunto de 12 edições formava um tomo, sendo sete tomos ao todo, com numeração contínua.

Era vendido sob assinatura anual ou semestral, custando, respectivamente, 6 e 3 mil réis. O preço dos números avulsos variava entre 400 réis e 1200 réis, quando incluía estampas. Sua subscrição podia ser realizada na própria tipografia, também aceitando assinantes de outras localidades, o que podia ser efetivado via correspondência.

Procurando sair da condição de efêmero, tão comum aos jornais e demais periódicos do século XIX<sup>125</sup>, editava os fascículos de modo a serem colecionáveis e, ao fim de cada tomo, publicava os índices respectivos contendo o programa realizado ao longo do semestre. Conteúdos permanentes no *Recreador*, os folhetins e relatos de viagens eram, por vezes, divididos em capítulos que permitiam a organização e o acompanhamento do público leitor. As gravuras, figurando como destaques publicitários, eram anunciadas com antecedência. Outra coisa desse periódico que chama muita atenção é que cada tomo podia ser comprado no fim de cada semestre, devidamente encadernado, ao custo total de 4 mil

---

<sup>124</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.16.

<sup>125</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Op. Cit. p.129.

réis. Esse dado revela a busca, por parte de seu editor, de um vínculo com a tradição e o prestígio livresco, característico dos periódicos latino-americanos do século XIX<sup>126</sup>. Esses, também podiam ser encadernados à maneira de um livro, justamente porque suas matérias não estavam vinculadas à publicação de eventos da atualidade como a política, a vida cotidiana, o fato e a notícia; mas, sim, as opiniões, os comentários, os exemplos históricos, matérias de cunho filosófico e literário<sup>127</sup>. É exatamente isso que os redatores procuraram fazer nesse periódico.

Autodenominado “Periódico Literário”<sup>128</sup> e inspirado pelas matrizes Liberal e Ilustrada, seu principal objetivo foi dar instrução e formação crítica ao público através da divulgação dos saberes sob uma forma muito próxima àquela levada a cabo por meio do conhecimento enciclopédico, englobando objetos muito diversificados, dentre eles:

“(…) a filosofia, a moral, a crítica, os planos de melhoramento para a instrução pública (e estes por determinação do Exmo. Governo da Província), a filologia, os princípios de pedagogia, a ciência geográfica, a corografia, a topografia (...) a arqueologia de antigos monumentos do Brasil, etc. Quando estes frutos da humana inteligência se transportam à luz pública, a filosofia recebe homenagens, honras a literatura.”<sup>129</sup>

Outro ponto importante a ser destacado é a defesa, realizada nesse periódico, da difusão do conhecimento de maneira irrestrita a toda a população, o que salienta ainda mais sua perspectiva política e filosófica liberal e ilustrada, como se observa na passagem: “(…) convém trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma,

---

<sup>126</sup> Idem. Ibidem. p. 129.

<sup>127</sup> Idem. Ibidem. p.129.

<sup>128</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.1

<sup>129</sup> Ibidem. Tomo VII. n.º. 84, 15/06/1848. pp.1156-1157.



derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade.”<sup>130</sup>

## 2.2 - Bernardo Xavier Pinto de Souza: um livreiro-editor.

Como foi dito, Bernardo Xavier Pinto de Souza figurou como o único responsável pela fundação, direção e edição do *Recreador* em todo o seu percurso, além de ter sido o proprietário da tipografia na qual foi impresso. Apesar disso, tudo indica que Souza não foi o único que escreveu para o *Recreador*. Em primeiro lugar, porque a forma textual habitualmente utilizada para se estabelecer uma comunicação com os leitores seguiu invariavelmente a forma: “Os Redatores do *Recreador Mineiro* (...)”. Segundo, porque inúmeras matérias traziam as iniciais dos seus respectivos autores, o que indica a autoria diferenciada de colaboradores, os quais se fizeram sempre presentes ao longo das publicações. Por fim, uma simples apreciação de todo esse material é o bastante para se deduzir que a produção e organização desse periódico necessitavam de um esforço descomunal, impossível de ser realizado por uma só pessoa, no trabalho de recolher e reproduzir tamanha variedade de assuntos e imensa quantidade de informações em um período de tempo relativamente curto (15 dias). Soma-se a isso a tradução, quase sempre mencionada, de matérias, relatos de viagem e de folhetins que mereceram destaque e que foram objeto de reflexão em um artigo específico chamado: *Traduções: crítica sobre esse assunto*<sup>131</sup>.

O que se pretende realizar aqui não é exatamente uma apresentação biográfica de Bernardo Xavier Pinto de Souza, mas o acompanhamento de sua ação como livreiro,

---

<sup>130</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17.

<sup>131</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 5, 01/03/1845. p.65-66.

escritor, tipógrafo, editor, enfim, como homem público que vivenciou uma fase anterior à divisão das tarefas e à institucionalização das associações de tipógrafos e gráficos em geral, fato que só ocorreu no Brasil por volta da década de 1850<sup>132</sup>.

De acordo com Maria Francelina Drummond<sup>133</sup>, Bernardo Xavier Pinto de Souza foi um português que se naturalizou brasileiro em 1839, quando nomeado Primeiro Oficial da Secretaria do Governo Provincial de Minas Gerais. Souza exonerou-se do cargo pouco tempo depois e passou a dedicar-se à arte tipográfica, atuando também como redator e livreiro<sup>134</sup>.

Antes da institucionalização da profissão dos tipógrafos, o ofício de editor se confundiu com o negócio de livreiro, com o trabalho do impressor, mas também se aproximou dos afazeres dos editores contemporâneos: na relação com os autores, na escolha dos textos, na solução das formas dos livros<sup>135</sup>. O livreiro-editor foi a grande figura e o protagonista central da arte da edição, desde a invenção de Gutemberg até o começo do século XIX<sup>136</sup>. Ele foi um agente que estreitou a ligação entre os textos impressos e os leitores, e o capital mercantil foi fundamental para a realização de tal tarefa, pois definiu o alcance desses homens dentro do mundo da cultura impressa, na medida em que eles deveriam dispor de uma oficina tipográfica e todos os elementos que a compõem, além, é claro, de esquemas de propaganda e distribuição de seus produtos<sup>137</sup>. Caso contrário, esses homens deveriam dar seus livros para um outro impressor compor, o que também exigiria a disposição de recursos financeiros. É perfeitamente cabível considerar Souza como um homem pertencente a essa categoria intelectual e profissional, cuja relevância esteve

---

<sup>132</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Op. cit. p.28.

<sup>133</sup> Idem. Ibidem. p.30.

<sup>134</sup> Idem. Ibidem. p.30

<sup>135</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Op. cit. p.45.

<sup>136</sup> Idem. Ibidem. p.45

<sup>137</sup> Idem. Ibidem. p.45.

associada à disponibilidade de capitais – quando a função de editor era deduzida da função de livreiro –, mas também porque sua atividade ligou-se a uma função intelectual, na escolha de textos para compor livros e periódicos.

Sua estréia como divulgador da literatura se deu em 1843, como redator de *O Ateneu Popular*<sup>138</sup>, e firmou-se quando criou a *Tipografia Imparcial* em 1844<sup>139</sup>. Antes disso, Souza escreveu um pequeno texto de quarenta e seis páginas, intitulado: *História da revolução em Minas Gerais em 1842, exposta em um quadro cronológico, organizado de peças oficiais das autoridades legítimas, dos atos revolucionários da liga oficiosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente, e de outros documentos sobre a mesma revolução*. Essa obra foi publicada no Rio de Janeiro em 1843, na *Tipografia de Barroso e Companhia*, reeditada no ano seguinte na sua tipografia na cidade de Ouro Preto, com o nome: *Quadro Cronológico das Peças Mais Importantes da Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*.

Na *Tipografia Imparcial*, sua atividade como livreiro-editor foi muito intensa. Além de editar e publicar o *Recreador* durante três anos e meio, realizou um sem número de trabalhos nessa área, como a edição do *Almanaque dos Eleitores da Província*, em 1845<sup>140</sup>. Criou também outro periódico no ano de 1845, *O Correspondente*, simultaneamente à edição do *Recreador*. Outros materiais impressos foram publicados naquela tipografia e anunciados no *Recreador*, como:

“(...) folhetos necessários aos alunos que freqüentam as escolas de instrução primária; o almanaque dos eleitores da província; mapas e livros impressos de nascimentos, casamentos e óbitos; mapas da

<sup>138</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Op. cit. p.30.

<sup>139</sup> IGLESIAS, Francisco. O Cônego Marinho e a Revolução de 1842. In: MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. p.35.

<sup>140</sup> Idem. *Ibidem*. p.35.

Guarda Nacional e de Professores; passaportes, procurações; livros e cadernos em branco, etc, etc.”<sup>141</sup>

Em 1846, Souza passou a guardar em sua casa os livros da Biblioteca Pública de Ouro Preto, criada em 1831 e então em abandono<sup>142</sup>. Ele também foi o proprietário de uma livraria, anunciando no *Recreador* o conjunto dos livros e demais mercadorias que estavam à disposição dos fregueses interessados em adquiri-los:

“À Livraria de Bernardo Xavier Pinto de Souza, estabelecida nesta cidade, acaba de chegar um grande sortimento de todas as obras já anunciadas, sobre Legislação – História – Agricultura – Indústria – Religião – Poesia – Medicina – Comédias – Romances e também recebeu grande porção de finíssimas estampas, traslados, livros em branco, e muitos objetos de escritório.”<sup>143</sup>

Os anúncios de sua livraria também foram publicados em outros jornais como *O Conciliador*, em 1851, data em que o *Recreador* já não mais existia<sup>144</sup>.

Outra característica desse periódico foi o diálogo relativamente intenso com outros periódicos. O *Recreador* teve artigo e gravura transcritos na íntegra pelo periódico *Ostensor Brasileiro*, com indicação de número e de página de tal publicação<sup>145</sup>. Também se

---

<sup>141</sup> *O Recreador Mineiro*: índice do Tomo II, p.VII. Existe, na edição de 15 de maio de 1845, a seguinte comunicação, dirigida aos párocos da Província de Minas Gerais, escrita em tom publicitário: “O trabalho que demanda o riscarem-se com perfeição os mapas dos nascimentos, casamentos e óbitos dos srs. párocos devem remeter semestralmente à secretaria do governo, em virtude do que recomenda a lei provincial nº46 e outras disposições posteriores, tem feito com que muitos dos mesmos srs., que se não dão ao incomodo fé fazê-los, ou encarreguem desta comissão pessoas que a não desempenham satisfatoriamente, motivo por que muitas vezes são recambiados por aquela repartição, deixando assim de lhes ser abonada a gratificação respectiva; ou nunca apresentem semelhantes mapas com prejuízo dos seus interesses, e detrimento do serviço público. Estes inconvenientes porém, acabam de ser completamente removidos; e nesta tipografia terão os srs. vigários pela diminuta quantia de 320 rs. Cada um dos três mencionados mapas, impressos em grande formato, e feitos com escrúpulos exatidão em face dos modelos anexos ao regimento nº8, de maneira que apenas lhes resta encherem as competentes casas com os algarismos devidos, e autenticarem-nos com a sua assinatura. Os que desejarem que os referidos mapas lhes sejam enviados pelo correio, o que fará importar todos 3 na quantia de mil réis, queiram dirigir-se por cartas ao diretor da Tipografia Imparcial. – no Ouro Preto”. In: *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 10, 15/05/1845. p.160.

<sup>142</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Op. cit. p.30.

<sup>143</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. nº. 77, 15/02/1848. p.1040.

<sup>144</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Op. cit. p.31.

<sup>145</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. nº. 83. 01/06/1848. p.1155.

correspondeu com revistas e jornais literários, como *O Carapuceiro* e *Museu Universal*, dos quais transcreveu matérias<sup>146</sup>.

Também se destaca em suas páginas o conhecimento sobre a produção de periódicos em outras partes do mundo, como pode ser observado no artigo *América: Estados Unidos. – Tipografia*: “Há nos Estados Unidos 1552 imprensas tipográficas, que ocupam 15 a 16000 operários. O número de grandes estabelecimentos de encadernação monta a 500. (*Annuaire Historique*).”<sup>147</sup>

A tradução mencionada de artigos de periódicos estrangeiros também foi muito freqüente no *Recreador*<sup>148</sup>. Numa dessas traduções, anunciou com um certo tom de orgulho a seguinte notícia:

“Do Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil, publicado em Paris no ano próximo passado extraímos o seguinte Quadro Literário: Lista dos Jornais que atualmente se publicam nas Províncias e na Capital do Império.”<sup>149</sup>

Nessa lista, os periódicos brasileiros foram divididos em diversas categorias e o *Recreador* foi classificado como sendo “Político (literário)”. Não existe nessa matéria qualquer comentário sobre essa qualificação dada ao *Recreador* pelo referido periódico francês, o que significa que, provavelmente, seus redatores se identificavam como tal.

É interessante observar que, no *Recreador*, as referências ao mundo estrangeiro, particularmente à Europa e aos Estados Unidos (em menor proporção), são feitas de forma positiva, louvando e destacando as qualidades intelectuais, artísticas, morais e materiais desses povos, além de apontar para a integração harmônica de seus cidadãos com o Estado,

<sup>146</sup> Ibidem. Tomo VII. nº. 83. 01/06/1848. p.155.

<sup>147</sup> Ibidem. Tomo II. nº. 24, 15/12/1845. p.383

<sup>148</sup> A título de exemplo, destaco o artigo, *Aviso aos que tomam tabaco*, matéria traduzida do jornal francês *Courier Cosmopolite*. In: *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº 3, 01/02/1845. p.47.

<sup>149</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. n. 84, 15/06/1848. p.1179.

destacando os aspectos de “civilidade” desses povos. Mais interessante que isso é verificar que os redatores do *Recreador Mineiro* se consideravam pertencentes a esse universo, dentre outras coisas porque afirmavam participar da *Literária República*<sup>150</sup>. De acordo com Peter Burke<sup>151</sup>, do século XV ao XVIII, os literários acadêmicos se referiam a si mesmos como cidadãos da *Republica Literária*, o que expressava a sensação de pertencimento a uma comunidade que transcendia as fronteiras nacionais, e, sem dúvida, a imprensa periódica foi um elemento que incentivou a difusão, coesão e poder dessa comunidade imaginada. Simbolicamente, isso representava muito para os brasileiros na primeira metade do século XIX, no seu afã pela construção de sua nacionalidade, na medida em que constituir-se como um Estado Nacional era, antes de qualquer coisa, configurar-se como um Estado civilizado<sup>152</sup>.

Em 15 de junho de 1848, após a publicação de um escólio relativo a toda sua produção intelectual, artística, política e filosófica, os redatores do *Recreador*, sem maiores explicações, mencionam o término de suas atividades. No entanto, o tom do artigo revela uma preocupação excessiva em defender os objetivos por eles trilhados ao longo de sua existência, quais sejam: o de disseminar as luzes do saber através da literatura, das ciências, da história, da filosofia e das jocosidades literárias<sup>153</sup>. Isso quer dizer que pode ter havido um descompasso na pauta dos redatores em relação aos anseios e opiniões dos leitores, ou até mesmo que críticas de grupos rivais possam ter incomodado, o que caracteriza uma

---

<sup>150</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.1.

<sup>151</sup> BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento*. De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p.26.

<sup>152</sup> MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994. p.116-117.

<sup>153</sup> Nesse artigo, verifica-se a defesa irresoluta do gênero literário definido pelos redatores como *Romance*, como um elemento importantíssimo para a efetivação de seus objetivos. Mais adiante será realizada uma reflexão acerca das relações desse periódico com a literatura, momento no qual serão mencionados os pontos defendidos por esses redatores no que se refere à literatura, tomando esse artigo supracitado como uma referência fundamental.

falha dos seus responsáveis no elo com a esfera pública de debate e, portanto, na formação da opinião pública.

Souza ainda continuou atuando como livreiro em Ouro Preto até 1851 e, posteriormente, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro em data indeterminada<sup>154</sup>. Lá, continuou exercendo suas atividades de livreiro-editor, escreveu e publicou vários textos em sua nova tipografia, dentre eles: *Meios de não perder nas loterias* (1853), *Memórias da viagem de Suas Majestades Imperiais à Província de Pernambuco* (1854)<sup>155</sup>. Editou e publicou traduções e poemas de Beatriz Francisca de Assis Brandão: *Saudação à Dona Violante Atabalipa de Ximenes de Bivar e Velasco* (1859) e *Romance imitado a Gesner* (s/d)<sup>156</sup>.

Retomando o foco para o *Recreador Mineiro*, percebo que durante toda sua existência, os redatores se referiram ao público de forma bastante clara e direta, sem qualquer tipo de subterfúgios, de modo que os leitores aparecem como um personagem concreto. Pode-se dizer que os redatores pretenderam instituir uma interlocução com os leitores, por vezes, tratado-os sob a designação genérica de “Público”, dando a impressão de que seu desenvolvimento crítico e intelectual estivesse sendo virtualmente desenvolvido através dos textos publicados ao longo das edições.

As intenções dos redatores em relação ao público leitor caminharam nesse sentido, num esforço que visava fazer do *Recreador* um espaço público para o exercício intelectual e a difusão do saber, como pode ser observado no seguinte trecho do artigo *Ao Público*:

---

<sup>154</sup> Maria Francelina Drummond apenas faz menção à existência de sua livraria na rua São José, em frente à Casa dos Contos, dizendo que, no *Conciliador* de 25 de novembro de 1851, foram inventariados os livros que estavam à venda em seu estabelecimento. DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Op. cit. p.31.

<sup>155</sup> Idem. Ibidem. p.30.

<sup>156</sup> Idem. Ibidem. p.30.

“Ninguém se subtrairá e concederá que a passagem para os alvíos da alma, ou a transferência para o prazer dos sentidos é esse veículo grato e jucundo da serenidade da vida. Contudo nós, somente nos consagramos com as nossas vigílias e com os nossos votos aos meios recreadores do espírito, quais os pomos dulcíssimos das Artes, da Literatura e da Filosofia.”<sup>157</sup>

### 2.3- “Ao Público”.

Esses leitores ou, simplesmente, “Público”, como foram em geral designados, também figuraram nominalmente nas páginas do *Recreador*, por meio das listas de assinantes, as quais foram periodicamente publicadas. Através de uma análise dessas listas, pode-se ter uma noção da abrangência do círculo social no qual esse periódico se difundiu. Isso é possível graças à publicação do nome completo, cidade e, por vezes, da profissão dos assinantes nessas listas<sup>158</sup>. Na lista de 1846, um ano após sua criação, figuraram 349 assinantes das mais variadas partes de Minas Gerais, além de pessoas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Lisboa e Paris.

A publicação dessas listas trazia consigo uma intenção publicitária, para cuja satisfação eram destacados os nomes de pessoas de elevado prestígio político e social. Isso também revela que havia um auto-reconhecimento do grupo que participava desse espaço de sociabilidade, incitando, por sua vez, uma identificação dessas pessoas com os valores defendidos por esse grupo, criando, portanto, uma identidade para essas pessoas.

Na primeira lista, publicada em 1º de julho de 1845, contando com 237 assinantes, destacam-se as subscrições de Quintiliano José da Silva, presidente da Província de Minas Gerais, e Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana. Logo em seguida, foram

<sup>157</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.1

<sup>158</sup> Estas, se limitaram a designar apenas as profissões de: padre, vigário e doutor. Ao todo, nessa primeira lista, foram enumerados 13 padres, 18 vigários e 10 doutores, lembrando que essa última categoria possuía uma nomenclatura bastante genérica para o período, podendo contemplar médicos, advogados, magistrados ou políticos. *O Recreador Mineiro*. Tomo II. nº.13, 01/07/1845.



publicados, também em destaque, os nomes de nove “Ilustríssimas Senhoras” – lembrando aqui que as mulheres representaram um novo e crescente público leitor no Brasil desde o início do século XIX<sup>159</sup>. Outras personalidades ganharam destaque nessa lista, como é o caso do Marechal de Campo João Paulo dos Santos Barreto, morador da cidade do Rio de Janeiro e também do presidente da Província do Espírito Santo, Herculano Ferreira Pena.

Procurei identificar os demais assinantes dessa primeira lista a fim de traçar um perfil geral desse público. Essa pesquisa foi feita, primeiramente, de maneira a identificar esses nomes através das leituras realizadas sobre o contexto político, social e cultural daquele período<sup>160</sup>. Os trabalhos que mais me utilizei para essa identificação foram: as *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga<sup>161</sup> e também no texto *Famílias Governamentais de Minas Gerais*, de Cid Rebelo Horta<sup>162</sup>.

No conjunto dos assinantes identificados, alguns aspectos os aproximavam: todos eram integrantes da elite política e intelectual da província de Minas e eram liberais ou advieram de famílias tradicionalmente liberais. Digo isso porque, dentre eles, estavam presidentes e ex-presidentes de províncias considerados como tais; o superintendente do ensino público de Minas Gerais, deputados, senadores, oficiais de alta patente, signatários da Lista de Independência, muitos participantes da Revolução Liberal de 1842, incluindo aí

---

<sup>159</sup> DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim Silami. Op. cit. p.41.

<sup>160</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 2. São Paulo: Difel, 1967. CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Biográfico*: Imprensa Mineira. Belo Horizonte: Armazém da Idéias, 1994. DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro (278): 105-170, jan./mar., 1968. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Op. cit. RODRIGUES, José Carlos. Idéias políticas e filosóficas em Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1986. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império: idéias e lutas do partido conservador brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império* (Firmino Rodrigues Silva). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Coleção Brasileira. Vol.309, 1961.

<sup>161</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

<sup>162</sup> HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. In: *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956.

alguns de seus principais membros, além de desembargadores, médicos, advogados, padres e vigários. Cito aqui, dentre outros, José Pedro Dias de Carvalho, um dos chefes rebeldes da Revolução de 1842<sup>163</sup> e ex-presidente da Província de Minas Gerais<sup>164</sup>. Cito também outros participantes desse movimento político que integram essa lista, como: Antônio Gonçalves Chaves<sup>165</sup>, Padre Manoel Afonso Diniz<sup>166</sup>, Manoel de Mello Franco<sup>167</sup>, o ex-presidente da província de Minas Romualdo José Monteiro de Barros<sup>168</sup>, Tertuliano Antônio Alves Pires<sup>169</sup> e Valeriano Antônio Mascarenhas<sup>170</sup>. Cabe também mencionar o padre José de Souza e Silva Roussin, professor do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana na década de 1830, o qual foi perseguido por suas idéias liberais, destituído de sua cadeira de filosofia em 1841 pela legislatura do mesmo ano<sup>171</sup>.

Diante desses nomes e de vários outros pertencentes a esse mesmo grupo, concluo que o *Recreador Mineiro* ligou-se e dirigiu-se a essa elite que, além de letrada, esteve atrelada aos princípios liberais e ilustrados de forma bastante evidente. Contudo, não se pode desconsiderar algumas especificidades relativas às intenções desses redatores junto ao público, bem como às práticas de leitura no século XIX. De acordo com os redatores, esse periódico foi criado com o objetivo de estender a todos os grupos da sociedade as luzes do saber através da difusão de conhecimentos. A universalidade da cultura, a função pedagógica da literatura e da história como meios divulgadores da ciência e da técnica, a transmissão de idéias direcionadas à construção de uma nacionalidade e de um

---

<sup>163</sup> MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1977. p.211.

<sup>164</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. Op. cit. p.896.

<sup>165</sup> Primeiro chefe liberal de Montes Claros. In: HORTA, Cid Rebelo. Op. cit. pp.79-80.

<sup>166</sup> MARINHO, José Antônio. Op. cit. p.251.

<sup>167</sup> MASCARENHAS, Nelson Lage. Op. cit. p.107.

<sup>168</sup> HORTA, Cid Rebelo. Op. cit. p.82

<sup>169</sup> MARINHO, José Antônio. Op. cit. p.250.

<sup>170</sup> Idem. Ibidem. p.250.

<sup>171</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias políticas e filosóficas em Minas Gerais*. Op. cit. p.61.

posicionamento crítico perante a sociedade são valores defendidos pelos redatores e podem ser percebidos em vários dos artigos publicados no *Recreador*. Assim sendo, não faz sentido pensar que tais valores voltaram-se somente para aquele grupo específico das listas de assinantes. Procurando atingir seus objetivos, os redatores se propuseram a diferenciar os textos no que concerne aos seus conteúdos e grau de dificuldade, de acordo com as diferentes categorias de leitores por eles identificados. Na matéria *Contextura de um Periódico Popular*<sup>172</sup>, os leitores foram divididos em três categorias, de acordo com o grau de instrução de cada uma:

“1º - A dos que procuram unicamente as luzes da instrução considerada em si só; esta classe é pouco numerosa. 2º - A dos que amam a instrução recreando-se; esta classe é mais numerosa. 3º - A dos que buscam na leitura o tédio, que os domina, e que só se agradam de matérias frívolas, esta classe é com efeito de mórbida compleição e de difícil restabelecimento.”<sup>173</sup>

Ao longo do texto, essa posição é reafirmada na insistência de recuperação dessa última categoria de leitores:

“Contudo ela não é digna de desamparo; e talvez, que adquirindo o hábito da leitura, possa ganhar o amor dos conhecimentos sólidos, permutando o sólido pelo superficial.”<sup>174</sup>

Os redatores declaram, em seguida, que é impossível atingir as metas por eles estabelecidas se alguma dessas classes de leitores for desconsiderada. A conclusão revela o compromisso dos redatores do periódico de abarcar as três categorias de leitores, pois:

“(…) todo periódico consagrado à pública instrução sentirá a perda de seus esforços se, por ventura, abandona a graduada escala de inteligência que percorre somente a linha de um nível privativo.”<sup>175</sup>

<sup>172</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

<sup>173</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

<sup>174</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

<sup>175</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7.

Para os redatores, a efetivação dessa tarefa, no entanto, seria completa não somente através de textos literários ou científicos, mas a partir de uma gama variada de textos, os quais deveriam englobar múltiplos assuntos, veiculando todo tipo de informação:

“(...) *O Recreador Mineiro* convence-se da necessidade de seus passos, não só pelo domínio da literatura, como também pelas regiões do jocoseiro e da hilaridade.”<sup>176</sup>

Ao que tudo indica, os redatores tinham consciência de que os conteúdos e valores presentes nos textos não eram absorvidos de forma homogênea por todos os leitores, mesmo porque eles tinham a certeza de que o ato de ler é autônomo e que textos permitem apropriações que podem seguir rumos variados. Pode-se, então, pensar esse periódico como um espaço que se reconhecia aberto para múltiplas leituras. Tal característica foi apresentada pelos próprios redatores, os quais atribuíram à leitura um papel de exercício livre de apropriações, a partir de uma frase bastante significativa: “Os RR. Acreditam com fé explícita que uma parte dos leitores lê na letra do escritor; a outra lê no seu espírito.”<sup>177</sup>

O que se observa nessa passagem é uma relativização do ato de ler, ao considerar-se que os leitores podem tanto absorver o significado intrínseco dos textos de forma “eficaz”, como se a leitura desencadeasse um efeito automático produzido pela própria estratégia de escrita específica da obra, assim como pudesse também incitar uma prática criativa não redutível às intenções dos autores e dos textos.

Decerto, os textos publicados no *Recreador* estavam imbuídos de um conjunto de valores e de posicionamentos políticos ligados ao grupo do qual esse periódico se dizia representar. Assim, ele determina a possibilidade de uma leitura livre desses textos, porém, o que se realizou foi, na verdade, um conjunto de estratégias, algumas explícitas (por meio

<sup>176</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.1, 01/01/1845. p.7.

<sup>177</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. n.º. 84, 15/06/1848. p.1157.

de editoriais, comentários, notas etc.), outras implícitas (que transformaram esses textos em mecanismos que deveriam, necessariamente, impor uma compreensão considerada legítima) para produzir uma leitura ortodoxa e autorizada do texto. Enfim, não se desconsiderou a liberdade dos leitores, ao passo que se procurou inculcar neles os valores do grupo em questão por meio dos textos, o que não deixou de ser um ato doutrinador.

Partindo dessas premissas, pode-se identificar o público que os redatores quiseram atingir. Como foi dito, esse público pretendido englobava tanto os assinantes, membros de uma elite, quanto as outras camadas da sociedade. Acredito que a intenção desses redatores pode ter sido perfeitamente aplicável, na medida em que as práticas de leitura no Brasil do século XIX ainda estavam bastante arraigadas à oralidade devido à enorme quantidade de analfabetos, sendo também comum a leitura de jornais e revistas em voz alta para essas pessoas em locais públicos, eventos sociais e demais espaços de sociabilidade. Por isso, não se pode desconsiderar a hipótese de que a leitura desse periódico tivesse sido maior do que a simples circunscrição ao seu círculo de assinantes.

Torna-se de fundamental importância para a concretização dos objetivos deste trabalho procurar compreender como os redatores propuseram uma leitura autorizada dos textos editados no *Recreador Mineiro*. No caso das estratégias explícitas, destaco os textos publicados geralmente nas duas primeiras páginas, à maneira dos editoriais das revistas contemporâneas. Textos mais objetivos, eles estão delineados os alicerces políticos e filosóficos do *Recreador*. Esses textos enunciam de forma bastante clara os objetivos já apontados anteriormente, ou seja, é na singularidade desses textos que estão propostas as idéias caras ao grupo sócio-político ligado ao *Recreador*, partindo dos valores ilustrados e liberais. Já com relação às estratégias implícitas, destaco a publicação de folhetins e demais tipos de textos selecionados justamente para atender às demandas e cooptar um público

mais numeroso e, ao mesmo tempo, popular. Por isso, existe uma diversificação de temas e estilos de textos, dentre os quais as “jocosidades literárias”. Essas podem ser consideradas estratégias que visavam deixar mais acessível a mensagem dos redatores aos leitores ditos “inexperientes” ou atrair os mesmos para uma instrumentalização que poderia incitá-los à leitura de outros textos, após estarem mais familiarizados com a prática da leitura. Esse tipo de leitura pode ser caracterizado como uma prática que exige pontos de referências visíveis (como títulos preliminares, sinopses e até mesmo gravuras), seqüências breves, independentes, textos já conhecidos etc., de forma a funcionar como convenções de leitura ou artifícios mnemônicos. Pressupõe-se que a segunda e terceira categorias de leitores lêem de uma maneira descontínua e fragmentária, sendo, contudo, consideradas capazes de absorver, por meio de uma “qualificação” mediada pelos os preceitos defendidos no periódico, leituras inteligentes e bem informadas.

O *Recreador Mineiro* foi, para tanto, dividido por seus redatores em três seções que orientaram o seu percurso: Memória/História, Razão/Filosofia e, Imaginação/Poesia. Essa divisão aproxima-se daquela estabelecida por D’Alembert no Discurso Preliminar da *Enciclopédia*. Nesse discurso, D’Alembert determina o conhecimento como um atributo dos sentidos e que o grande orientador para adquiri-lo é a razão, que combina as informações dos sentidos trabalhando com as faculdades irmãs, memória e imaginação<sup>178</sup>. A descrição das matérias contidas em cada uma dessas seções e expostas no índice do primeiro tomo deixa clara a amplitude dos assuntos tratados em cada uma delas, bem como revela o caráter enfático com que os redatores buscaram cumprir seus objetivos, apoiando-se numa gama variada de textos, todos eles imbuídos de valores particulares ao seu grupo e

---

<sup>178</sup> DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1755-1880*. Tradução Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.18.

que, como foi dito anteriormente, foram destinados à leitura aberta de todos os tipos de pessoas.

A maior e mais diversificada das seções é a Memória/História. Nela encontra-se um grande número de artigos, subdivididos no primeiro tomo da seguinte maneira: descrição física e política, trigonometria, topografia, estatística, cronologia, crônica jurídica, história moderna, moral pela história, uso dos povos, biografia, historiografia, anedotas, etimologia histórica, medicina terapêutica, influxo moral, agricultura, belas artes, folhetins, fábulas. As demais seções se complementam e relacionam-se de forma a concretizar o objetivado. A seção Memória/História possui um caráter informativo e opinativo, pautando-se na transmissão de conteúdos com a função de construir sentidos para os leitores, dentre eles o de nacionalidade.

A seção Imaginação/Poesia possui um teor mais recreativo. Divulga poesias que são divididas entre os gêneros lírico e épico, além de cantigas, gravuras, charadas, epigramas, enigmas e adivinhações. Alguns poetas brasileiros da primeira fase do romantismo colaboram nas edições do *Recreador*, dentre eles destacam-se Salomé de Queiroga, Gonçalves de Magalhães e Felinto Elísio.

A seção Razão/Filosofia reitera a intenção formativa do periódico. Nela delineiam-se os alicerces políticos e filosóficos do grupo ligado ao *Recreador Mineiro*. Também subdivide-se em várias categorias, como consta no índice do primeiro tomo: moral, crítica, máximas, meditações, pedagogia, física, filologia, etimologia gramatical e decifrações. Todas essas seções contêm a “cultura histórica” que os redatores queriam defender.

Acredito que essa divisão esclarece as formas pelas quais os redatores buscaram cumprir seus objetivos. Porém, cabe aqui destacar que, com relação ao intuito de construir uma identidade para a nação brasileira, a atitude de incluir no seu programa uma seção

intitulada Memória/História possui um valor simbólico muito específico e que merece ser destacado.

O conceito de nação, a par de todas as definições criadas a partir do século XIX, esteve estreitamente vinculado a uma dimensão pragmática, cumprindo um papel decisivo para formar a base da organização política dos Estados territoriais<sup>179</sup>. No contexto daquele século, tanto na Europa como no Brasil, a história foi utilizada pelos homens ligados ao Estado e identificados com os projetos de sua institucionalização como um instrumento político capaz de disseminar, nos mais diversos grupos sociais, o sentimento nacional, legitimando-a como elemento de adesão e coesão social<sup>180</sup>.

No caso específico dos usos da história e da memória no *Recreador Mineiro*, deve-se levar em consideração que seus redatores não as consideraram como categorias idênticas – apesar de não existir reflexão acerca das especificidades conceituais de cada objeto ao longo das edições. No *Recreador*, a memória adquire um significado básico de rememoração de fatos e dados passíveis de serem guardados. A memória é tomada como a narração estática dos sucessos anteriores dos homens em sociedade, de seus hábitos, costumes e idéias. Já a história assume uma perspectiva atrelada à atividade crítica, dinâmica, julgadora do processo de mudança e de desenvolvimento da sociedade. Apesar dessa constatação, a prática historiográfica identificada por esses redatores como recorrente à época não seguia esse preceito básico, como se identifica na seguinte passagem: “O historiógrafo, todo ocupado com reis, mortos, incêndios e batalhas, apenas tem tempo de marcar-nos algumas datas para certos acontecimentos políticos (...).”<sup>181</sup> A história,

---

<sup>179</sup> HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.19.

<sup>180</sup> Idem. *Ibidem*. p.19.

<sup>181</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.20.



detectada e revelada aqui, foi, portanto, considerada monótona e enfadonha porque “(...) apresenta-nos sem graça um esqueleto, cujos ossos truncados, ligados à vontade, oferecem as saliências que o autor quis (...)”<sup>182</sup>, ao passo que sua real função deveria ser demonstrar “(...) as marcas da inserção dos músculos, trajeto de vasos e outras que verdadeiras são e realmente existem.”<sup>183</sup> Ou seja, na concepção daqueles homens, a função do historiador é mostrar com maior clareza o que realmente se passou com maior “profundidade” de forma a revelar a “fisionomia da nação”<sup>184</sup>.

Apesar dessa constatação, o que se verifica na seção Memória/História, muitas vezes, é mais um registro dos “acontecimentos” que deveriam exclusivamente constituir a memória da nação, de forma a dinamizar a relação entre o passado (originário) e o futuro (a constituir um Estado nacional “civilizado”) dos brasileiros. Assim, nessa seção, registram-se inúmeras passagens dos acontecimentos passíveis de serem lembrados em comemoração e que possuem relação direta com o Brasil, como, por exemplo: o nascimento do Príncipe Herdeiro<sup>185</sup>, o aniversário de D. Pedro II<sup>186</sup>, a Independência do Brasil<sup>187</sup>, a “formação” de Minas Gerais<sup>188</sup>, a relação de todos os ex-Capitães gerais e governos provisórios de Minas<sup>189</sup>, bem como de seus ex-presidentes e vice-presidentes de província, a criação da cidade do Rio de Janeiro<sup>190</sup>. Da mesma forma, outros eventos da história, agora não mais relacionados especificamente com o Brasil, foram abordados, como: registros da vida e

---

<sup>182</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.20

<sup>183</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.20

<sup>184</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.20.

<sup>185</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 13, 01/07/1845. p.193.

<sup>186</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 23, 02/12/1845. pp.353-354.

<sup>187</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 18, 15/09/1845. pp.273-275.

<sup>188</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.1, 01/01/1845. pp. 2-7.

<sup>189</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 13, 01/07/1845. p.199.

<sup>190</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 7, 01/04/1845. pp.97-100.

feitos de Napoleão Bonaparte<sup>191</sup>, a história da matemática<sup>192</sup>, história da produção agrícola na Europa<sup>193</sup>, relatos etnográficos de diversos povos<sup>194</sup>, citando apenas alguns exemplos.

Esse amplo repertório de referências tem a função de incutir nos leitores uma série de preceitos morais, políticos e técnicos, os quais poderiam ser absorvidos como exemplos úteis para os brasileiros porque advindos da civilização européia. Cabe aqui lembrar que, para a elite ilustrada imperial, constituir-se como uma nação portadora da civilização era, acima de tudo, constituir-se como um Estado Nacional<sup>195</sup>.

A referência à Europa foi constante no *Recreador Mineiro*, justamente por ter sido aquele continente o modelo de civilização no século XIX. Dessa forma, na maioria das vezes em que o Brasil e sua história são tratadas naquele periódico, transparece um discurso *sobre* o Brasil e não um discurso jornalístico brasileiro propriamente dito. Digo isso porque grande parte desses textos constitui-se de relatos de viagem de naturalistas estrangeiros e de textos que seguiram uma mesma estrutura estética<sup>196</sup>. Esse discurso jornalístico participa do fluxo do imaginário europeu sobre o Brasil que já vinha se organizando desde a descoberta do “Novo Mundo”. Esse falar sobre o Brasil, a partir desse “novo veículo de comunicação”, passou a integrar e, ao mesmo tempo, divulgar, o conjunto dos discursos (literários, etnológicos, políticos, religiosos etc.) que desde o século XVI vinham produzindo sentidos

---

<sup>191</sup> Ibidem. Tomo I. nº. 6. de 15/03/1845, p.77; nº. 7, de 01/04/1845, p. 100; nº. 8, de 15/04/1845, p.123, respectivamente.

<sup>192</sup> Ibidem. Tomo II. nº. 23, 02/12/1845. p.360.

<sup>193</sup> Ibidem. Tomo II. nº. 24, 15/12/1845. p.383.

<sup>194</sup> Ibidem. Tomo I. nº. 1, 01/01/1845. p.15; Tomo I. nº.12, 15/06/1845, p.189; Tomo II. nº.19, 01/10/1845, p.301, respectivamente.

<sup>195</sup> MATTOS, ILMAR Rohloff de. Op. cit. pp.116-117.

<sup>196</sup> No *Recreador* foram publicados diversos trechos dos relatos de viagem de Auguste de Saint Hilaire, nas páginas: 145, 161, 220, 241, 276, 321, 337; e outros relatos de determinadas regiões de Minas Gerais que seguiram um padrão descritivo muito próximo àqueles relatos, como nas páginas: 33, 209, 291, 305.

e instaurando memória entre os grupos de letrados e, de uma forma geral, da população “brasileira” como um todo<sup>197</sup>.

Os eventos históricos sobre o Brasil publicados naquele periódico retomam os sentidos constituídos no imaginário europeu e os reabilitam para os leitores brasileiros, ressaltando o “lugar comum” da imagem do país, mesmo porque destacam determinados aspectos, tais como: sua natureza exuberante e o sentido de progresso advindo com a colonização portuguesa.

Portanto, a função da seção Memória/História no *Recreador Mineiro* é oferecer subsídios aos leitores para que esses possam promover uma definição de suas características ou de sua identidade. O discurso engendrado toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos, passíveis de uma futura recordação. O seu papel visa fixar em seus leitores um sentido que desemboca na idéia de nacionalidade. Ou ainda, visto deste ângulo, à seção Memória/História estaria reservado o espaço da organização, da linearidade entre o passado, presente e futuro, isto é, a manutenção de uma coerência interna da diacronia de uma formação social<sup>198</sup>. Nas palavras dos redatores:

“Pelo método científico das divisões, e subdivisões, que organizam os seis índices clássicos de outros tantos tomos do *Recreador*, depreender-se-á quais as propriedades da matéria e doutrina deste Periódico Literário, onde fulguram tantos distintos tratados de agricultura, e de indústria, cintilando ditames de economia clássica, riqueza, e prosperidade provincial; mas a obra, cujo plano consagra determinadas seções à filosofia e à história, filhas da razão, e da ilustrada reminiscência dos homens, utiliza às massas sociais na identidade do presente e do porvir.”<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> MARIANI, Betânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso Fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes. 2001. p.32.

<sup>198</sup> Idem. Ibidem. p.41.

<sup>199</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. n.º. 84, 15/06/1848. p.1157.

Analisar esses discursos é um trabalho que deve ser desenvolvido considerando o ponto de vista do funcionamento do imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer prática discursiva) integra uma sociedade, sua história, e, por essa razão, é também capaz de revelar elementos particulares de uma determinada sociedade num contexto histórico qualquer.

Como foi dito, é na seção Razão/Filosofia que se delineiam os alicerces políticos e filosóficos do grupo social ligado ao *Recreador Mineiro*. O pensamento de matriz Ilustrada foi, sem dúvida, a base para a orientação desse grupo, o que se pode depreender a partir do conjunto dos textos publicados ao longo dos três anos e meio de sua circulação. Cabe aqui analisar com maior detalhamento quais foram esses preceitos, bem como investigar os aspectos sob os quais os valores postulados por esse grupo foram por eles apropriados e moldados, tendo-se na idéia de nacionalidade a ser construída algo essencial.

#### 2.4 - Apropriações do Iluminismo em *O Recreador Mineiro*.

Os textos da seção Razão/Filosofia parecem ser voltados para a primeira categoria de leitores, conforme os apontamentos feitos pelos redatores no texto *Contextura de um Periódico Popular*<sup>200</sup>, compreendendo uma forma textual mais complexa. Geralmente, esses textos encontram-se nas duas primeiras páginas de cada edição, configurando uma espécie de “editorial”, e revelando os valores políticos, religiosos e morais particulares do grupo sócio-político ligado ao *Recreador*. Para se ter uma melhor compreensão de como

---

<sup>200</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.7.

aquela sociedade vislumbrou uma idéia de nação, é necessário, primeiramente, observar sob quais aspectos os princípios Ilustrados foram por eles apropriados, levando em consideração o contexto político, social e cultural daquele período. A intenção dessa análise é verificar de que forma aqueles homens fizeram usos diferenciados dos mesmos bens culturais, dos mesmos textos e das mesmas idéias, no caso, as idéias da Ilustração<sup>201</sup>. Então, o que será feito é matizar as especificidades da apropriação de determinados temas ou idéias da Ilustração por um determinado grupo social no período em questão.

O próprio título da seção Razão/Filosofia instiga uma interlocução com a filosofia Iluminista, cujo princípio básico está na crença da difusão do uso da razão como meio para atingir o progresso em todos os aspectos. A Ilustração sofreu variações conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de religião, configurando, portanto, diferentes “Ilustrações”, adaptadas segundo os interesses dos grupos sociais que dela se apropriaram. O Iluminismo foi, por isso, marcado pela diversidade, por debates intensos e pela defesa de idéias diametralmente opostas, configurando, portanto, um movimento heterogêneo<sup>202</sup>.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, os brasileiros empreenderam tentativas de adaptar às condições de seu meio a cultura Ilustrada de matriz européia<sup>203</sup>. As apropriações das Luzes em Minas Gerais pelo grupo ligado ao *Recreador Mineiro* adquiriram uma tonalidade própria, de acordo com as características singulares da Ilustração Luso-brasileira<sup>204</sup>. Esse Iluminismo conservou um caráter ambíguo: de um lado, esclarecido, na busca dos conhecimentos úteis revelados pelo século XVIII; de outro, “sombrio”, ao

---

<sup>201</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Op. cit. p.233.

<sup>202</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. Tese [Doutorado]. São Paulo: FFCH/USP, 1999. p.99.

<sup>203</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Op. cit. p.105.

<sup>204</sup> NEVES, Guilherme Pereira das & NEVES, Lucia Maria Bastos P. A Biblioteca de Francisco agostinho Gomes: a permanência da Ilustração Luso-Brasileira entre Portugal e o Brasil. In: *2º Colóquio do PPRLB: Relações Luso-Brasileiras: deslocamentos e permanências*, 2004. Disponível: <http://www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=42>. p.2. Consultado em 05/05/2005.

afastar-se em grande medida de suas considerações as questões políticas, ao colocar-se predominantemente a serviço da Coroa, ao demonstrar uma secularização muito limitada e ao valorizar a religião como a mais elevada forma de conhecimento<sup>205</sup>. A difusão das Luzes em Minas Gerais por aquele grupo adquiriu uma perspectiva pragmática, fazendo das páginas do *Recreador* um instrumento irradiador de conhecimentos passíveis de fornecer melhorias nas condições de vida, para o desenvolvimento do comércio, das manufaturas e do ensino. Ao mesmo tempo, cobrou-se essa atitude do poder oficial, contudo sem questioná-lo, sem fazer objeção ao poder monárquico, tampouco propondo transformações profundas na ordem social e política.

#### 2.4.1 - Ilustração e Instrução

Uma das principais características da Ilustração, quanto ao seu método e sua crença, está na valorização do conhecimento científico, principalmente em relação às ciências exatas e naturais, concebidas como fundamentais para a felicidade dos homens, justamente por proporcionar a criação de inventos e descobertas úteis para a sociedade<sup>206</sup>. No *Recreador Mineiro*, percebo uma valorização de todos esses aspectos, mas o que mais se valoriza é o conhecimento voltado para o aumento da capacidade crítica dos homens, de forma que as pessoas possam adquirir uma consciência maior de seus direitos e deveres e possam lutar por melhores condições de vida. O artigo *Instrução Popular*<sup>207</sup> é muito ilustrativo nesse sentido. Nele, ao defender-se a difusão do conhecimento e da educação, tomam-se tais elementos como bens inalienáveis à sociedade: “Uma explicação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, e para

---

<sup>205</sup> Idem. Ibidem.p.2.

<sup>206</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Op. cit. p.102.

<sup>207</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

combater vitoriosamente, e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.”<sup>208</sup>

O texto segue, indicando o valor do homem como um ser moral e, por isso, dotado de inteligência, afirmando também que seus deveres nascem e morrem junto com sua inteligência. No texto, a razão é colocada como instrumento de auto-controle; diz-se que se o homem a perder, seus deveres cessam ou ficam suspensos e só são recobrados quando recuperados o juízo e a inteligência. Ademais: “Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades.”<sup>209</sup> Sem isso, não se pode considerar o homem capaz de cumprir seus deveres, educar seus filhos, dar conselhos à sua família nem prestar bons serviços a seus semelhantes. Os redatores afirmam que comete um erro, ou melhor, um crime, aquele que se opõe a essa lida, reafirmando a importância da educação como fator de melhoria social, e que o melhor caminho para a sociedade é justamente:“(…) trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma, derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade.”<sup>210</sup>

Esse texto é riquíssimo, pois contém os princípios caros à Ilustração, além de considerar a difusão do saber a todas as camadas da sociedade como um instrumento de reivindicação da liberdade. Porém, dentro dessas proposições, existem ressalvas colocadas pelos redatores que devem ser lavadas em consideração, cabendo aqui questionar até que ponto essa liberdade advinda com a instrução é estimulada pelos mesmos e qual é o seu tipo. Esse ponto começa a ser definido na passagem:

---

<sup>208</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17.

<sup>209</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17

<sup>210</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17.

“Mas não nos enganemos, confundindo a idéias que estas palavras exprimem. Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade, ‘saibam ler’, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter idéias mais justas da instrução que recebemos, e dos resultados que dela pretendemos obter.”<sup>211</sup>

A liberdade proposta está inserida num campo limitado de possibilidades. A instrução proposta nesse texto serve apenas para estabelecer um instrumental intelectual nos indivíduos instruídos, de forma que cada um possa empregar com maior proveito para si e para a sociedade “(...) as faculdades que Deus lhe concedeu; que tenha os recursos que pode precisar em qualquer situação em que a Providência haja de o colocar (...).”<sup>212</sup> Portanto, a instrução é encarada como um fator de desenvolvimento moral dentro de limites pré-estabelecidos e que cada indivíduo deve adquiri-lo e empregá-lo apenas dentro do seu lugar na hierarquia social, melhor inserindo-se na sociedade. A intenção dos redatores é fazer com que o gosto pelo conhecimento redunde no seu bom emprego, de acordo com a área de atuação do homem, e que o vício e a ociosidade desapareçam por completo. Os redatores salientavam, com efeito, que:

“Ultimamente, se alguns destes meninos pobres saírem das escolas com uma grande e bem determinada propensão para os livros e para os estudos, o que, certamente, se não verificará na maior parte, nem por isso a Sociedade perderá. Muitos homens se tem colocado por este modo em uma ordem superior à sua primeira condição, e tem feito relevantes serviços às ciências, às artes, aos estados e à humanidade. Quanto mais que há livros cuja leitura é sempre boa e útil, e talvez necessária em qualquer situação ou estado do homem. Os meninos que freqüentam as escolas, aprendendo bem o seu catecismo, dão o primeiro passo para o amor da religião: depois de grandes lerão com gosto as obras elementares e populares que tratam de seu ofícios, artes e misteres. O hábito desta leitura influi pouco a pouco nos costumes, e é hum dos meios de evitar os vícios, que

<sup>211</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17.

<sup>212</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17.



acompanham a ociosidade. Tais são os resultados da primeira instrução.”<sup>213</sup>

Portanto, apesar de incentivarem a difusão do ensino para todas as camadas sociais, os redatores não tomam a educação como elemento primordial para acarretar mudanças sociais: pelo contrário, negam que isso possa vir a acontecer, salientando que, por meio da leitura, os alunos iniciarão o amor pela religião, adquirirão conhecimentos úteis para o desenvolvimento de seus ofícios e, ainda, evitarão os vícios. Outra passagem que revela também essa idéia inicia-se da seguinte maneira: “Temos visto pessoas, aliás sensatas, recear e reprovar a propagação de ensino popular por um bem estranho motivo.”<sup>214</sup> O motivo seria o possível desinteresse por parte dos “novos letrados” em trabalhar em ofícios humildes ou subservientes, porém essenciais para o funcionamento da sociedade, tais como a agricultura e outras atividades braçais. Os redatores se posicionam, dizendo que a educação, na verdade, não visa a esse fim, dando uma resposta às pessoas que assim pensam: “Parece, em verdade, incrível que haja homens tão pouco reflexivos, ou tão preocupados que dêem peso a tão inútil objeção.”<sup>215</sup> Esse medo seria vencido a partir do momento em que se realizasse um teste no qual fossem criadas escolas nas mais simples aldeias, matriculando juntos, os filhos dos patrões e dos empregados. O homem rico, possuidor de uma “generosidade mais ilustrada”, ajudaria a construir futuros homens que:

“(…) receberão ali princípios religiosos, idéias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes, todos aprenderão a ler, escrever e contar: todos saberão bem o catecismo, e respeitarão as obrigações religiosas, civis e domésticas: nada os excitará a abandonar, e ainda menos a desprezar o ofício de seus pais; nada concorrerá para alterar essa igualdade, que se deseja conservada: enfim não haverá na Aldeia se não uma única diferença, que os seus habitantes serão mais

---

<sup>213</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.18

<sup>214</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.18

<sup>215</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.18.

inteligentes, e menos ociosos: que terão mais juízo, e mais probidade: que valerão, conseqüentemente, um pouco mais do que dantes.”<sup>216</sup>

Eis aí uma das contradições básicas e particulares à Ilustração apropriada por aqueles homens: na medida em que pregam a propagação da educação de maneira irrestrita, negam sua dimensão transformadora das desigualdades sociais, legitimando a permanência das diferenças existente na sociedade, assim como, implicitamente, a continuidade de uma estrutura social assentada no trabalho escravo, no monopólio da terra e na violência, valores caros às elites dirigentes imperiais. Os valores cultivados inversamente são: o respeito às “obrigações religiosas, civis e domésticas”, o apreço pelos ofícios paternos, a “igualdade” do acesso à instrução e, por fim, a “inteligência”, que ficaria maior “do que dantes”. Esse não é o único artigo do *Recreador* que trata da questão da educação e da sua importância na formação dos homens. Destaco, entre outros, o texto *Instrução Primária*<sup>217</sup>, que trata da apresentação de um método de alfabetização elaborado pelos senhores Antônio José Osório de Pina Leitão (assinante do *Recreador*) e Elias Diogo da Costa. Tal trabalho foi solicitado pelo presidente da Província Quintiliano José da Silva, “a benefício da pública instrução”. O método que se apresenta é o *Curso de ensino primário pelo método monossilábico* que, ao modo do “Ilustrado” português Luís Antônio Verney<sup>218</sup>, propõe um sistema pedagógico e faz uma crítica ao método de ensino então empregado na Província de Minas Gerais. Preconiza-se que o ensino, tanto da matemática quanto da gramática, deve ter como referência a realidade dos alunos<sup>219</sup>. Para os autores, bem como para aquele “Ilustrado” português, na gramática deve-se trabalhar com palavras cuja estrutura e natureza façam

<sup>216</sup> Ibidem. Tomo I. n.º 2, 15/01/1845. p.18.

<sup>217</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º. 25, 02/12/1845. p.355-359.

<sup>218</sup> VERNEY, Luís Antônio. *O verdadeiro método de estudar*. Vol. I Estudos Lingüísticos. Ed. Org. Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa-Editora, 1949.

<sup>219</sup> Idem. Ibidem. p.31, *passim*.

parte do idioma nacional. Já na matemática, deve-se recusar o método abstrato por não serem as crianças capazes de compreendê-la; também porque os alunos, aprendendo a se utilizar de exemplos concretos como cálculos levarão benefícios para a sociedade como um todo:

“Ficam proscritas as supostas e pretendidas artes gramaticais que, errônea e vulgarmente têm sido adotadas. A arte da linguagem será exclusivamente hum processo *lógico*, e quando presente em si qualidades conseqüentes com a estrutura e natureza do idioma nacional. O cálculo numérico explicar-se-á por um método físico-matemático; evitando-se por este recurso o sistema abstrato, que não se compadece com os começos da puerícia; e por que assim se consegue a vantagem pronta e real da aplicação do cálculo aos usos da sociedade.” (grifos meus)<sup>220</sup>

O texto segue, estabelecendo vários critérios para a consecução desse programa da forma mais proveitosa possível, estabelecendo, acima de tudo, critérios racionais, que abarcam desde a duração do curso, passando pelos prazos de inscrição, registro dos alunos, programas, metodologia do ensino, materiais necessários ao trabalho docente, a disposição dos alunos em sala, etc., até mesmo a importância dos períodos de férias, os quais são considerados fundamentais para que os alunos não percam o gosto pelos estudos. Um dado curioso a esse respeito é que, para se chegar a uma quantificação racional do número de dias letivos que devem ser destinados às férias, os autores fazem uma digressão sobre a natureza do trabalho físico e o trabalho intelectual. Por fim, calculam que, para cada dia de trabalho intelectual, deve-se ter um dia de descanso:

“Estabelecidos estes princípios sobre a natureza da economia intrínseca do homem sobre o cálculo, e portanto sobre a razão, segue-se que no espaço de 365 dias as funções do magistério devem necessariamente reduzir-se a  $\frac{1}{2}$  da grandeza deste espaço; destinando-se igual redução à posse inalienável do repouso no mesmo magistério.”<sup>221</sup>

<sup>220</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º. 25, 02/12/1845. p.356.

<sup>221</sup> *Ibidem*. Tomo II. n.º. 25, 02/12/1845. p.357.

Uma das coisas mais interessantes desse texto diz respeito aos conteúdos de história que devem ser ensinados para as crianças:

“No primeiro ano do nosso curso monossilábico, depois dos exercícios de pronúncia e desenho, passar-se-á à leitura coerente de compêndios uniformes; primeiramente o da história desta Província, e depois o da história do Brasil até os mais recentes anais do Império.”<sup>222</sup>

Verifica-se uma intenção de se valorizar o ensino de história do Brasil, depois de estudada a Província, o que certamente está vinculado à questão da apropriação dos valores nacionais pelos alunos e, portanto, da nacionalidade. Essa perspectiva reforça-se quando os autores indicam a leitura e declamação de autores brasileiros para a realização de exercícios gramaticais, o que sobressalta ainda mais a valorização da cultura nacional: “No 2º ano, compêndios uniformes, que devem conter originais oratórios e poéticos brasileiros para a declamação; gramática com seus exercícios; e a continuação do cálculo até as proporções.”<sup>223</sup>

Existem outros artigos que exaltam a educação como quesito fundamental para o engrandecimento das nações e que se referem a essa necessidade específica do povo brasileiro, conforme foi postulado na passagem: “A educação é um dos meios mais eficazes de mudar a índole das nações, de as moralizar, de as civilizar, de as fazer grandes, respeitadas e felizes.”<sup>224</sup> Mais do que isso, o sistema de ensino no Brasil é adjetivada pelos redatores como deficitário, o que faz com que eles propugnem a criação de um sistema educacional institucionalmente organizado:

“Ao sair do estado colonial, tínhamos apenas dispersas pela vastidão do Império algumas aulas do ensino primário, imperfeitíssimas para o

<sup>222</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 25, 02/12/1845. p.359.

<sup>223</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 25, 02/12/1845. p.359.

<sup>224</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º.13. 01/07/1845. p.196.

seu fim, e mui poucas de educação secundária; as legislaturas gerais e provinciais têm criado muitas da primária classe, algumas da segunda, dois Cursos Jurídicos e escolas de ciências superiores; mas tudo isso não constitui uma organização sistemática e geral de estudos; e especialmente se não tem atendido, mesmo nessas criações dispersas e sem nexos, à parte essencialíssima da moralização da mocidade.”<sup>225</sup>

Portanto, como indicativo da deficiência do sistema de ensino do período, os redatores vêem a falta de uma organização sistemática e de uma moralização da mocidade. Isso se dava apesar das muitas leis promulgadas anteriormente visando à regulamentação da prática de ensino na província mineira, tal como a de 1835, que determinou que todas as crianças a partir dos 8 anos de idade deveriam ser matriculadas nas escolas públicas ou privadas<sup>226</sup>. É claro que essa lei esbarrou nas dificuldades financeiras do governo provincial, que atrapalharam o andamento do ensino em Minas. Essa situação se agravou em 1842, ano em que os liberais mineiros e paulistas se revoltaram contra o governo imperial em oposição às reformas legislativas promovidas pelos conservadores, numa clara disputa pelo poder dentro do contexto do “Regresso Conservador”. Deve-se lembrar que naquele mesmo ano foi extinto o Colégio e Seminário do Caraça, em função das dificuldades criadas pelo movimento armado<sup>227</sup>.

Em 1843 foi extinto, por lei, o colégio de Nossa Senhora da Assunção de Ouro Preto, e as suas Cadeiras foram transferidas para o Seminário da cidade de Mariana, salvo as de latim e filosofia<sup>228</sup>. Contudo, a extinção desse colégio não foi possível dadas as dificuldades de se chegar a um acordo com o Seminário de Mariana, já que a função maior

---

<sup>225</sup> Ibidem. Tomo II. nº.13. 01/07/1845. p. 196.

<sup>226</sup> PRIMITIVO, Moacir. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil. 1834-1889*. vol.3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p.66.

<sup>227</sup> IGLESIAS, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: Op. cit. p.16.

<sup>228</sup> PRIMITIVO, Moacir. Op. cit. p.66.

daquele seminário era, justamente, a de formar sacerdotes<sup>229</sup>. Procurando dar uma solução para esse problema, o bispado de Mariana criou, no ano de 1845, um colégio episcopal dentro do seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, localizado nessa mesma cidade, fato anunciado pelo *Recreador*:

“O nosso Exm<sup>o</sup>. e Rm<sup>o</sup>. Prelado, observando, com sua profunda ilustração e experiência do ensino da mocidade, os inconvenientes de reunir no Seminário Episcopal alunos com diferentes destinos, já eclesiásticos, já temporais, e aflito pela confusão que a heterogeneidade de tais elementos produzia na disciplina e instrução, havia sentido a necessidade de os separar; mas faltavam-lhe pessoas, as quais com segurança pudesse confiar tão árduo e melindroso encargo (...) Segundo as informações exatas que temos, o novo Colégio está já dividido da parte eclesiástica, e reina nele a disciplina e a ordem. Obras, que se estão fazendo no edifício, separarão completamente as duas classes (...) Com estes elementos e disposições teremos, sem dúvida, o meio mais completo de educação secundária; um Liceu provincial, o qual desde muito é objeto do voto geral dos pais de família, e de todos os homens ilustrados da província.”<sup>230</sup>

De qualquer forma, verifica-se uma degradação geral no padrão do ensino público em Minas na década de 40 do século XIX, sendo restringido, cada vez mais, o número de escolas e ocorrendo a queda das verbas destinadas à educação, bem como do número de alunos em função de programas de ensino malogrados<sup>231</sup>. Isso pode ser observado na fala do presidente da província Quintiliano José da Silva, em seu relatório do ano de 1846:

“Tendo-se malgrado os meios que a província empregou para obter o melhor método prático de ensino primário, convém de alguma sorte que remedeie este mal, e que sobre um ramo tão importante da administração pública se lancem vistas benfazejas (...) Parece que um mau fado nos tem perseguido a este respeito (...) Tendo muito a fazer em assunto tão importante, será melhor que se restrinja em grande escala o número das escolas, sendo minha opinião que das escolas do

<sup>229</sup> Idem. Ibidem. p.66.

<sup>230</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n<sup>o</sup>.13. 01/07/1845. p.196.

<sup>231</sup> As verbas para a educação em Minas decresceram de 90 contos de réis em 1843, para 76 contos em 1844. Também caiu o número de escolas na província, que de 184 em 1845, foi para 177 em 1846. O mesmo se deu com o número de alunos: 5700 em 1845 para 5407 em 1846. In: PRIMITIVO, Moacir. Op. cit. pp.79-83.

2º grau só se conservem as que forem habitualmente freqüentadas por 50 alunos e que do melhor modo possível se montem as das cidades e vilas, obrigando-se os respectivos professores a se habilitarem *na Escola normal que deve ser quanto antes estabelecida nesta capital.*”<sup>232</sup> (Grifos do autor)

Retomando o foco para o Colégio Episcopal de Mariana, vislumbrou-se para esse estabelecimento de ensino uma educação voltada para os conhecimentos úteis e aplicáveis em prol do progresso intelectual, social e moral. Sendo assim, criaram-se cadeiras específicas de ciências naturais, as quais eram consideradas como fundamentais para a sociedade:

“No Colégio haverá uma educação que habilite geralmente para as diversas profissões da Sociedade. As aulas já existentes de Latinidade, Eloquência, Filosofia racional e moral, Francês e Inglês, ajuntar-se-ão outras de línguas e mais elementos de literatura, ciências e belas artes.”<sup>233</sup>

Para a consecução dessa tarefa, o Bispo de Mariana Dom Antônio Ferreira Viçoso nomeou interinamente, em 14 de maio de 1845, como diretores do Colégio, o “ilustrado” cientista italiano Dr. Pascoal Pacini, lente de História Natural do Museu de Palermo e diretor da Academia da mesma cidade, juntamente com o seu auxiliar, o Sr. José Marcelino da Rocha Cabral<sup>234</sup>. Ambos se achavam ocupados em comissões científicas no Brasil a serviço do governo de Palermo. É interessante observar nesse artigo a valorização dada ao estudo das ciências naturais, justamente em função das possibilidades de sua aplicação prática e de acarretar possíveis descobertas úteis à sociedade.

Esses são alguns princípios que remetem ao pensamento Ilustrado, apropriados sobremaneira no mundo Luso-brasileiro e repercutindo no decorrer do século XIX<sup>235</sup>. Essa

---

<sup>232</sup> Idem. Ibidem. p.81.

<sup>233</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º. 13. 01/07/1845. p.195.

<sup>234</sup> Ibidem. Tomo II. n.º. 13. 01/07/1845. p.197.

<sup>235</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. In: Op. cit.

perspectiva teve início ainda no século XVIII, quando os filhos da elite colonial tiveram o privilégio de estudar na reformada Universidade de Coimbra<sup>236</sup> e receberam uma educação com ênfase nas disciplinas práticas ou embasadas no conhecimento das ciências naturais<sup>237</sup>. Destacaram-se, entre outros, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva e o frei José Mariano da Conceição Veloso, autor da obra *Flora Fluminense*<sup>238</sup>, figuras de importância renomada no campo das ciências e da política. Esses homens buscaram uma utilidade prática para os estudos científicos, voltando-se principalmente para a área agrícola. Eles tiveram a convicção de que a agricultura contribuiria, mais do que nenhuma outra atividade produtiva tanto para o aumento da população quanto para um vantajoso e ativo comércio<sup>239</sup>, sendo um exemplo o padre Manuel Rodrigues da Costas, Inconfidente mineiro de 1789.

Essa mentalidade teve como consequência uma série de empreendimentos por parte da Coroa portuguesa na colônia brasileira, visando ao estudo de sua flora, bem como ao incentivo de experiências práticas com produtos agrícolas que pudessem aqui ser produzidos e comercializados<sup>240</sup>. Num mesmo viés, foi criada em Portugal a *Tipografia do Arco de Cego*, em 1798, com a finalidade de divulgar conhecimentos sobre ciências naturais e agricultura<sup>241</sup>, de onde saíram várias traduções e tratados sobre a cana-de-açúcar, o algodão, as bebidas “alimentosas”, especiarias da Índia e também sobre as novas técnicas agrárias; textos esses que formaram, tempos depois, os 11 volumes do livro *Fazendeiro do*

---

<sup>236</sup> A reforma da Universidade de Coimbra foi empreendida pelo Marquês de Pombal em 1772. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: Idem. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. Trad. de Irene Hirsh, Lólio Lourenço de Oliveira [et. al.] – São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.158.

<sup>237</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. In: Op. cit. p.107.

<sup>238</sup> Idem. Ibidem. p.109.

<sup>239</sup> Idem. Ibidem. p.110.

<sup>240</sup> Idem. Ibidem. p.114.

<sup>241</sup> Idem. Ibidem. p.119.



*Brasil*, organizado pelo frei Mariano Veloso, com a finalidade de distribuí-lo entre os lavradores do sertão brasileiro<sup>242</sup>. Uma série de estudos sobre o Brasil e suas riquezas naturais foi realizada por brasileiros e estrangeiros e publicados em Lisboa, ainda no século XVIII, e pela Imprensa Régia no Brasil<sup>243</sup>. Todos esses empreendimentos partiram de uma conscientização dos próprios administradores portugueses sobre os entraves ao desenvolvimento agrícola do império, problema cuja solução passava por um aperfeiçoamento do sistema de ensino. Em função disso, criaram-se unidades escolares voltadas especificamente para essa área, e procurou-se desenvolver o uso apropriado de certas práticas agrícolas<sup>244</sup>.

É notória a perspectiva dialógica desses empreendimentos com os valores da Ilustração, sobretudo no que se refere à importância dada ao conhecimento pautado na razão, no interesse pelo desvendamento da natureza e na busca pela divulgação desses conteúdos. Tudo isso determina, do ponto de vista de seu valor informativo, os conhecimentos de que dispunham os homens daquele período para manejar a realidade de sua terra, o que, por outro lado, merece ser analisado como parte integrante do processo de formação de uma consciência nacional.

Conforme o que foi dito anteriormente, essa prática também se fez presente no início e ao longo de toda a primeira metade do século XIX, vide a criação da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*<sup>245</sup>. *O Recreador Mineiro*, de certa forma, também comungou dessa perspectiva, ao fazer de suas páginas um local de divulgação dos

---

<sup>242</sup> Idem. Ibidem. p.120.

<sup>243</sup> Idem. Ibidem. p.129.

<sup>244</sup> IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. T.II, v.II, Livro IV, Cap.II. pp.364-412. São Paulo: Difel, 1967. p.392.

<sup>245</sup> A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) foi criada em 1827, com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante o século XVIII, e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros. Informações encontradas no site: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist06/hist06b.htm>. Consultado em 01/06/2005.

conhecimentos científicos sobre a natureza do Brasil. Cito, por exemplo, a publicação de dois artigos que tratam das especificidades históricas e científicas de produtos agrícolas como o tabaco e do café<sup>246</sup>. Esses artigos trazem uma abordagem sobre o uso e difusão dessas plantas pelo mundo através dos tempos, focalizando também os seus males e benefícios à saúde, inclusive no que se refere à saúde mental. Todavia, é numa perspectiva pragmática que esses conhecimentos são apresentados no *Recreador*, reiterando a orientação da Ilustração portuguesa. Alguns artigos visavam divulgar esses conhecimentos, oferecendo aos leitores um aparato instrumental para a melhoria da qualidade de seus afazeres, em especial dentro da área agrícola. Destaco, dentre os artigos citados: *Meio de aumentar a produção das batatas*<sup>247</sup>, *Utilidade da planta do girassol*<sup>248</sup>, *Maneira de criar e cevar os porcos*<sup>249</sup>, *Meio seguro e simples de curar as vacas que perdem o leite*<sup>250</sup>. Além desses, há uma série de outros artigos da mesma ordem, todos imbuídos de uma inegável racionalidade e cientificismo característicos de seu tempo, como se observa na passagem do artigo *Memória sobre o método de fazer manteiga*: “Quando a temperatura atmosférica estiver acima de 80 graus do Termômetro de Farheitheit, não se pode obter boa manteiga; e passando 84 ou 85 é quase impossível conseguir-se a separação da manteiga do soro do leite (...).”<sup>251</sup>

Essa é uma das características da elite letrada brasileira da primeira metade do século XIX, a qual procurou manter-se a par de toda a ciência européia<sup>252</sup>, na intenção de difundir inovações técnicas rurais e práticas ilustradas para a modernização do império. No

<sup>246</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. nº.15, 01/08/1845. p.234-236; Tomo III. nº.26, 15/01/1846. p.414-416.

<sup>247</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº. 5, 01/03/1845. p.79.

<sup>248</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.30.

<sup>249</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº. 21, 01/11/1845. p.330.

<sup>250</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº. 24, 15/12/1845. p.383.

<sup>251</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº. 17, 01/09/1845. p.265.

<sup>252</sup> DIAS, Maria Odila Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. In: Op. cit. p.141.

artigo *Agricultura: conhecimentos necessários ao agricultor*<sup>253</sup>, os redatores reproduzem essa valorização do conhecimento científico voltado para a obtenção dos conhecimentos úteis, principalmente das ciências exatas e naturais, afirmando que o homem do campo deve receber boa educação, que contemple “(...) uma completa instrução primária e ao mesmo tempo moral e religiosa (...)”; salientam, porém, que essa instrução deve ser dirigida, sobretudo, para o conhecimento daquilo que diz respeito especificamente ao seu ofício. Assim, de acordo com os redatores o agricultor deve receber uma educação que prime “(...) não pelo estudo do Latim, do Grego, da versificação e da Literatura, tudo o que seria para ele inutilidade (...)”, justamente porque a atividade agrícola é de primordial importância para a nação brasileira. A importância do agricultor está na sua atribuição de desenvolver o comércio do país, o que requer uma educação verticalizada no “estudo da própria agricultura e dos princípios das Ciências com ela em harmonia, com algumas noções de Matemática e Desenho, Zoologia, Higiene.” Esses estudos devem resultar numa utilidade prática ao agricultor, de forma que este se instrumentalize a “fazer seus assentos, levantar o plano de um terreno, traçar e dirigir a construção rural que lhe for necessária e tratar dos seus animais e suas colheitas.” As Luzes, o conhecimento e a informação são tomados pelos redatores numa visão direcionada, consciente e criteriosa, não valorizando apenas a sua disseminação de maneira pura e simples como se o conhecimento por si só fosse capaz de transformar a sociedade para melhor. Para os redatores, a difusão das Luzes seria indesejável se não seguisse o mínimo de discernimento, principalmente no que se refere à educação do agricultor:

“Ser-se-ia sem dúvida prejudicial ter luzes que o esperançassem a alcançar uma ocupação que ele reputasse mais brilhante, porém

---

<sup>253</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo III. nº.28, 15/02/1846. p.445.

suscetível de escapar-lhe o que contribuiria para o fazer desgraçado e tenderia a torná-lo inimigo da sociedade.”<sup>254</sup>

De acordo com os redatores, caberia ao governo “respeitar e distinguir os lavradores” porque “essa é a base da política de um grande povo.” Nesse texto, o governo é colocado como aquele que deveria ser o responsável pela concretização dessa tarefa porque ela traria benefícios diretos para o desenvolvimento do país: “legisle-se de modo que possamos sustentar concorrência com os estrangeiros e não fiquem os nossos produtos de parte pela barateza dos alheios.” Essa afirmação vem reiterar a interpretação de Maria Odila S. Dias sobre a facção política liberal procedente da Ilustração luso-brasileira de fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, porque revela uma evolução de sua consciência social, assim como a preocupação em fomentar o seu progresso material, enfim, de dar um sentido e uma direção à sua existência,<sup>255</sup> em outras palavras, de construir sua identidade.

#### 2.4.2 - A Ilustração e “O Sentimento Religioso”.

Ernst Cassirer afirmou ser unânime a visão de que o século das Luzes foi uma época em que imperou uma atitude crítica frente à religião<sup>256</sup>. Voltaire, em suas obras e cartas lutou contra a superstição e contra a Igreja. O enciclopedismo francês também empreendeu uma luta aberta contra a superstição, contra suas pretensões de validade e verdade, colocando-a como um obstáculo constante do progresso intelectual, senão incapaz de

---

<sup>254</sup> Ibidem. Tomo III. nº.28, 15/02/1846. p.445.

<sup>255</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Op. cit. p.165.

<sup>256</sup> CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustracion*. Trad. Eugenio Ímaz. México (D.F.): Fondo de Cultura Económica, 1972. p.156.

fundar uma autêntica moral e uma ordem político-social justa<sup>257</sup>. O Barão de Holbach, na obra *Politique naturelle*, afirmou ser a educação religiosa prejudicial aos homens porque consegue coagi-los por meio de “tiranos invisíveis”, fazendo com que esses se tornem servís e covardes frente aos déspotas, sufocados e incapazes de dirigir com independência sua própria sorte<sup>258</sup>. No Século das Luzes, o abandono da religião institucionalmente estabelecida aparece como um meio apropriado para livrar os homens do prejuízo da servidão e para abrir os caminhos de sua verdadeira felicidade<sup>259</sup>. Por esses motivos, na concepção dos “ilustrados” da época, às religiões institucionalmente estabelecidas atribuiu-se o significado de servidão, de modo que a fé que elas ensejam, opõe-se ao conhecimento racional, sinônimo de liberdade, nos moldes do pensamento Ilustrado<sup>260</sup>.

Contudo, apesar de todas essas declarações, é profundamente limitado considerar o século das Luzes como fundamentalmente irreligioso e inimigo da fé; semelhante juízo não dá conta de suas maiores contribuições. Os impulsos intelectuais mais fortes da Ilustração e sua peculiar pujança espiritual não erradicam a fé, mas trazem frequentemente um novo ideal de fé, encarnando uma nova forma de religião<sup>261</sup>. No século das Luzes, domina um profundo sentimento de autêntica criação, uma confiança absoluta na renovação do mundo e semelhante renovação se espera e se reclama, por vezes, na própria religião. Por isso, a grande aversão dessa época contra a religião, a qual ficou estabelecida como um dos paradigmas da Ilustração, não significa um alheamento daqueles homens para a questão religiosa, mas, pelo contrário, existe toda uma discussão sobre a problemática espiritual, o

---

<sup>257</sup> Idem. Ibidem. p.156.

<sup>258</sup> Idem. Ibidem. p.156.

<sup>259</sup> Idem. Ibidem. p.156.

<sup>260</sup> Idem. Ibidem. p.156.

<sup>261</sup> Idem. Ibidem. p.158.

que constitui seu incentivo mais enérgico e constante<sup>262</sup>. Quanto mais se sente a insuficiência das respostas tradicionais da religião às questões fundamentais do conhecimento e da moral, com tanta maior intensidade e paixão se levantam essas questões. A disputa não concerne aos dogmas particulares e à sua exegese, senão ao tipo de certeza religiosa; não à questão de crença, mas à sua forma e sentido. Em suma, o seu questionamento girou em torno da função da fé enquanto tal<sup>263</sup>.

Estendendo o olhar de maneira mais abrangente sobre a questão religiosa dentro do Iluminismo, pode-se dizer que as Luzes implicaram uma variedade de respostas em relação à religião, sendo possível apontar a tolerância religiosa como uma das idéias Ilustradas mais características, idéia em torno da qual se congregaram muitos pensadores, de diferentes posições<sup>264</sup>. As bases sociais que dialogaram com o Iluminismo foram diversas, e, nesse sentido, a Ilustração, tomada como um movimento de idéias, conviveu com a existência de diferentes posições morais e religiosas dos grupos sociais que participaram e debateram sobre essa questão. Além disso, tais grupos mesclaram formas variadas de apropriação dos temas das Luzes<sup>265</sup>.

Destaco em meio a essa gama de posicionamentos frente à questão religiosa, o papel dos deístas, muito fortes na França e na Inglaterra, adeptos de uma perspectiva baseada na negação da capacidade do homem de obter algum conhecimento a respeito do “Criador” que fosse além do mero fato da existência de Deus<sup>266</sup>. Os deístas substituíram a noção de revelação pela razão, pregando a plena capacidade dos homens de distinguir o bem e o mal,

---

<sup>262</sup> Idem. Ibidem. p.158.

<sup>263</sup> Idem. Ibidem. p.158.

<sup>264</sup> Idem. Ibidem. p.99.

<sup>265</sup> VILLALTA, Luis Carlos. Op. cit. p. 98.

<sup>266</sup> Idem. Ibidem. p.98.

o verdadeiro e o falso<sup>267</sup>. Essa religião prescindiu da mediação da Igreja, pregando a obediência exclusiva às leis da natureza na qual julgaram se inscrever a felicidade<sup>268</sup>, determinando assim a dispensa de qualquer ato de fé, resumindo-a a uma operação intelectual que consiste em afirmar a existência de Deus e admirar seus efeitos sobre a criação<sup>269</sup>. Voltaire foi um dos adeptos dessa vertente “religiosa” do pensamento Ilustrado<sup>270</sup>.

Como foi dito, a filosofia das Luzes nega a existência do sobrenatural<sup>271</sup>. Entretanto, a natureza é o fundamento essencial da religião, assim como é o centro para o qual converge o conhecimento e no qual o conhecimento tem origem<sup>272</sup>. É baseado-se na natureza que o homem dirige seus interesses, sente que sua realização e a sua possibilidade de aperfeiçoamento derivam do conhecimento que se adquire dela, o que significa também de sua possibilidade de subtrair-se ao seu domínio e, até, de dominá-la<sup>273</sup>.

A ciência, interpretada em sentido prático e utilitarista, é o núcleo ao redor do qual gravita o pensamento Ilustrado no século XVIII e início do século XIX também no mundo luso-brasileiro. Entretanto, isso foi defendido e, ao mesmo tempo, combatido nas páginas do *Recreador Mineiro*, o que denota a multiplicidade de apropriações do pensamento Ilustrado em função dos interesses específicos de um grupo sócio-político. Conforme demonstrado nos últimos dois tópicos, existem no *Recreador* vários artigos que fazem

---

<sup>267</sup> Idem. Ibidem. p.100.

<sup>268</sup> Idem. Ibidem. p.100.

<sup>269</sup> Idem. Ibidem. p.100.

<sup>270</sup> Idem. Ibidem. p.100.

<sup>271</sup> Idem. Ibidem. p.97.

<sup>272</sup> Idem. Ibidem. p.97.

<sup>273</sup> Idem. Ibidem. p.98.

menção e valorizam o caráter pragmático da ciência. Já o questionamento dessa sua função específica está postulado no artigo *O Sentimento Religioso*<sup>274</sup>.

Os redatores posicionam-se favoravelmente à valorização na crença em Deus, crença essa que, segundo eles, estava sendo desconsiderada pelos homens de seu tempo: “Estas palavras nos repassaram de melancolia e de saudade, porque nos trouxeram à lembrança os tempos em que havia verdadeira crença em que passava cá na terra.”<sup>275</sup> Em seguida, criticam o valor dado pela sociedade à racionalidade extremada em detrimento da consciência religiosa ou espiritual:

“Mesquinhos, caducos interesses, e um gênero de viver anômalo e extravagante, em que só se cura de semear enganos para granjear riquezas – eis a ocupação quase exclusiva dos que vivem hoje. A existência está reduzida a um cálculo aritmético; e tão árida vai ela que nem sequer bafeja um soprozinho de esperança, nem sequer a refresca a doce viração que consolava os crentes de algum dia. O homem chegou a materializar tudo, e já lá vão esses deliciosos prazeres que as almas puras colhiam nos amenos campos da meditação.”<sup>276</sup>

Essa perspectiva Ilustrada de “decodificar” o mundo por meio da linguagem científica, de fato, resultou na sua conquista e na supremacia do homem sobre a natureza e também sobre os outros seres humanos, conferindo a uns a possibilidade de controlar os outros por meio de um discurso racional-tecnológico. Contudo, essa atitude dos detentores do conhecimento em relação à natureza acabou por desconectar o conhecimento da ética, resultando num sentimento de superioridade relativa às questões míticas ou sobrenaturais, desintegrando a autoridade religiosa. É exatamente essa visão negativa que os redatores construíram sobre o caráter anti-religioso do pensamento Ilustrado, identificando-o negativamente como dotado de orgulho, vaidade e ingratidão:

<sup>274</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.49-52.

<sup>275</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.49.

<sup>276</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.49.



“À força de tentativas fizeram-se algumas conquistas na região da ciência – arrancaram-se alguns segredos da natureza – descobriram-se algumas das ocultas vias por onde a providência opera as suas maravilhas: e a vaidade deslumbrou a sabedoria humana. (...) E ensoberbecido de haver penetrado os mais recônditos arcanos, deslembrou-se do Soberano Senhor que tudo fez, que tudo ordenou, que tudo prescreveu!”<sup>277</sup>

Ao longo do texto, a natureza que os filósofos iluministas procuraram desmistificar, para revelar a própria força do homem, é apresentada como a prova maior da existência de Deus:

“Sentimos tremer debaixo de nossos pés a terra que julgávamos tão firme como a consciência do justo – e após violentíssimo sacudir de sua massa enorme, os vaidosos palácios do homem tornaram-se um monte de ruínas, um pouco de poeira. E cada vez mais impressionados de terror, mais atônitos e confusos perguntamos à natureza quem lhe prescrevera leis, quem lhe intimara ordens, qual era o seu Soberano? E de toda a parte nos foi respondido: – O SENHOR, O SENHOR DEUS!”<sup>278</sup>

A existência do homem, como não poderia deixar de ser, é condicionada à vontade Divina: “A admirável estrutura física do homem, o Dom da palavra e o entendimento que o enobrecem: tudo está bradando: – GLÓRIA AO SENHOR, SENHOR DEUS.”<sup>279</sup>

Finalmente, a primazia dada pelo pensamento Ilustrado ao conhecimento científico, principalmente nas ciências exatas e naturais, tomadas então como chave para o progresso, é relativizada quando apontados os aspectos positivos e negativos advindos de seus desdobramentos para o homem e para a sociedade:

“Arrojou-se aos mares em busca de riquezas – e por vezes lutou com o furor das vagas, por vezes viu a turva e medonha face da borrasca, por vezes viu despedaçar-se o frágil lenho nos parcéis (sic.) de perigosa, inimiga, ou deserta costa. (...) A miséria e a fome vieram surpreendê-lo no meio do fausto e da abundância.”<sup>280</sup>

<sup>277</sup> Ibidem. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.50.

<sup>278</sup> Ibidem. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.50.

<sup>279</sup> Ibidem. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.51.

<sup>280</sup> Ibidem. Tomo I. nº 4, 15/02/1845. p.51.

Todo o questionamento colocado nesse artigo revela a forma como a apropriação das Luzes ocorreu naquele contexto pelo grupo sócio-político ligado ao *Recreador Mineiro*. Enquanto os avanços da ciência determinavam um sentido e uma visão de mundo; enquanto os progressos técnicos ampliavam os meios de apropriação da realidade, dentro da qual “quase tudo era possível”; enquanto os mistérios do misticismo e da crença religiosa institucionalmente estabelecida eram descartados por determinados grupos – como os deístas e materialistas – a partir da valorização da capacidade do homem de revelar a verdade por meio da ciência, a postura adotada pelos redatores do *Recreador* no texto *O sentimento religioso* revela a apropriação seletiva de elementos caros às Luzes, mas que coloca aos leitores a importância do cristianismo como um elemento de coesão, capaz de conscientizar o homem de sua própria personalidade enquanto ser humano, portanto de sua própria identidade:

“Homens inconseqüentes! Vós vedes um artefato de engenhoso maquinismo, e sem detença perguntais quem foi o seu autor; e quando vossos olhos, vosso coração, vossa alma estão a toda hora enlevados, arrebatados pela formosura do universo, podeis demorar o grito: - Glória ao criador do céu e da terra?! (...) Dize pois, oh homem, que te comprazes em destruir a salutar crença de um Deus de sabedoria, de bondade, de misericórdia, dize oh homem de coração duro, que te abalanças a separar do céu a terra em que demoras – o que seria esta morada de sofrimento, se admitidas fossem tuas funestas hipóteses? (...) Um deserto tristíssimo, sáfaro e adusto onde o viajante arqueja e morre, devorado pela sede, dardejado por ardentes raios de sol que abrasa.”<sup>281</sup>

Esse artigo está profundamente relacionado com a questão proposta no *Recreador* a respeito da necessidade de se difundir as Luzes e de todos os resultados que disso decorre, dentre eles, a instrução da população e, por conseguinte, a melhoria da sociedade como um todo. Nos artigos referentes à educação, aos seus desígnios e funções, a educação religiosa

---

<sup>281</sup> Ibidem. Tomo I. n° 4, 15/02/1845. pp.51-52.

é incondicionalmente defendida. Tudo isso possui uma relação estreita com os valores defendidos por aquele grupo, tributário da vertente católica das Luzes, e, nesse sentido, a educação religiosa possui um papel primordial de intervir como elemento moralizador e como instrumento de imposição de valores voltados para regular qualquer tentativa de ruptura da ordem social que porventura pudesse ocorrer.

## 2.5 - Apropriações do Liberalismo em *O Recriador Mineiro*.

A assimilação do pensamento liberal no Brasil durante a segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX se deu da mesma forma como a apropriação das idéias Ilustradas, ou seja, com variações significativas em relação às suas matrizes européias. O significado político do liberalismo nas décadas que se seguiram à emancipação política brasileira é objeto de inúmeras análises. Seguindo uma perspectiva metodológica, tais análises podem ser separadas em dois grupos: de um lado, as que negam qualquer presença de princípios liberais no Brasil do século XIX<sup>282</sup>, e, de outro, as que admitem sua presença, ressaltando disso saldos positivos<sup>283</sup>. Dentro desse campo de referências, existe a questão sobre o “lugar das idéias”, que desencadeou uma discussão acirrada entre alguns historiadores nas décadas de 70 e 80 do século XX, como Roberto Schwarz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Emília Viotti da Costa, dentre outros. Não pretendo aqui discutir o

<sup>282</sup> DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v.2, n.3, 1988.

<sup>283</sup> No conjunto desses autores é possível fazer uma divisão entre aqueles que pensam ter havido uma verdadeira revolução burguesa no Brasil do século XIX e os que concordam com a presença de um ideário liberal país no século XIX. No primeiro grupo, destaco: PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1933. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. Dentre os integrantes do segundo grupo, destacam-se: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Cadernos de debates*. São Paulo, n.1, 1976. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. NEDER, Gislene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

mérito dessas questões, mas apenas ressaltar que, em todas as análises delas decorrentes, existem valiosas informações a respeito do contexto político-social do Brasil de então, fundamentais para sua melhor compreensão e que, sendo aqui utilizadas, não implicam necessariamente a adesão ou recusa desse ou daquele posicionamento. Ademais, com relação à questão do “lugar das idéias”, diante da perspectiva teórico-metodológica com a qual trabalho, que tem como base o conceito de “apropriação”, não há como conceber a noção de que as idéias estão ou não fora do lugar. Quem se apropria de idéias ou valores, o faz de acordo com determinados interesses e sob determinadas condições. É esse o “lugar” das idéias, o qual não se confunde com o da sua produção, na origem.

Para se tratar da questão da apropriação das idéias liberais em Minas Gerais e de suas repercussões no jogo político do período de criação e circulação do *Recreador Mineiro*, faz-se necessário, primeiramente, olhar o grau de aceitação e as transformações pelas quais essas idéias passaram entre o fim do período colonial e os últimos anos da década de 1840.

De acordo com Dias<sup>284</sup>, os ideais liberais não surgiram no Brasil como um programa modernizador do conjunto das forças sociais. Eles foram veiculados por uma minoria ilustrada e culta, a qual K. Maxwell denominou “A geração de 1790”<sup>285</sup>, que constituiu uma porcentagem ínfima da população do país. Essa minoria de letrados<sup>286</sup>,

---

<sup>284</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Ideologia Liberal e construção do Estado do Brasil. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Ed. da USP, 1980/1981. Tomo XXX.

<sup>285</sup> MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: Idem. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. Trad. de Irene Hirsh, Lólio Lourenço de Oliveira [et. al.] – São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 157-207.

<sup>286</sup> Maxwell cita nominalmente figuras centrais dessa geração, figuras que atuaram como “homens fortes” na estrutura político-burocrática do Império. Dentre eles estão: Antônio Pires da Silva Pontes, designado governador da capitania do Espírito Santo em 1801; Manuel Ferreira da Câmara, que veio a ser intendente das Minas; José Bonifácio de Andrada e Silva o patriarca da independência, um dos personagens mais atuantes no cenário político de quase toda primeira metade do século XIX. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: Op. cit. p. 191.

inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do século XVIII, reservou para si a missão paternalista de modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país, sem comprometer a continuidade social e econômica colonial<sup>287</sup>. Esse liberalismo não se identificou originariamente com os anseios de democracia e igualdade existentes, por exemplo, no liberalismo de raízes rousseauianas, tampouco se confundiu com a liberação de uma ordem absolutista, mas sim com a necessidade de ordenação do poder nacional através da manutenção da ordem social vigente, diferenciada apenas pela autonomia política em relação a Portugal<sup>288</sup>. Portanto, a formação do Estado brasileiro não foi pensada indissociadamente da idéia de monarquia, peça chave para a manutenção dos privilégios políticos dos membros dessa elite. Para esse grupo em específico, alterar a ordem estabelecida importava um retrocesso histórico<sup>289</sup>. Na concepção dos partidários do liberalismo, o processo de Independência deveria resultar não na perpetuação do poder absoluto, no qual a vontade real e da aristocracia constituíssem a lei magna, mas num Estado que incorporasse o proprietário de terras, o comerciante e a burguesia urbana, grupos que deveriam ser formados prioritariamente por brasileiros<sup>290</sup>. Portanto, seria fundamental que a representação política fosse organizada no sentido de fazer valer os interesses desse grupo e, para tanto, a nova Constituição deveria basear-se no princípio de isonomia entre os poderes Legislativo e Executivo.

Foi justamente esse o choque ocorrido na Assembléia Constituinte de 1823 entre liberais e conservadores. Para os liberais, a representação política deveria elaborar a lei fundamental e, através dela, o Imperador receberia seus poderes. Os conservadores, por sua

---

<sup>287</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Ideologia Liberal e construção do Estado do Brasil. In: Op. cit. p.212

<sup>288</sup> BARRETO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. 7 v. Unidades I e II. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p.53.

<sup>289</sup> Idem. Ibidem. p.53.

<sup>290</sup> Idem. Ibidem. p.53.

vez, distinguiam Poder Constituinte do Poder do Monarca, o qual constituiria elemento precípua na organização política nacional<sup>291</sup>.

D. Pedro entendia que a legitimação do seu poder vinha diretamente do povo sem passar pela mediação de seus representantes, uma vez que esse mesmo povo, reunido em praça pública solicitou-lhe, quando ainda Príncipe Regente, que permanecesse no Brasil<sup>292</sup>. Estavam assim, na época da Independência, lançadas as bases do liberalismo moderado.

Porém, durante a elaboração da Constituição, o posicionamento do Imperador e do grupo que o cercava – o grupo português –, assumiu uma forte tendência absolutista<sup>293</sup>, evidenciada pela dissolução da Assembléia Constituinte e pela outorga da Constituição de 1824. Ao realizar essa manobra política, D. Pedro I invocou a pátria, em nome do restabelecimento da ordem das instituições responsáveis pela organização do Estado. No entanto, ele acabou por fundamentar as bases do Império concentrando o poder em suas mãos, por meio do Poder Moderador, fundindo a idéia de nação e Estado à sua própria imagem<sup>294</sup>.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, o grupo liberal mineiro, representado na imprensa pelo jornal *O Universal*, não combateu as atitudes despóticas do Imperador durante o Primeiro Reinado. Mas, pela sua intervenção constante nos negócios portugueses e pelas violações que cometeu repetidas vezes da Constituição, a qual ele próprio outorgou, criou-se um clima desfavorável à sua administração, levando os liberais brasileiros a duvidarem de sua lealdade à monarquia constitucional<sup>295</sup>. De uma forma geral, o Primeiro

---

<sup>291</sup> Idem. Ibidem. p.56.

<sup>292</sup> Idem. Ibidem. p.57.

<sup>293</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado Monárquico do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1995. p.49.

<sup>294</sup> Idem. Ibidem. p.51.

<sup>295</sup> STEIN, Stanley. A Historiografia do Brasil. 1808-1889. In: *Revista de História*. São Paulo, 1964. p.84.

Reinado ficou marcado por essa dualidade de D. Pedro I, entre o constitucionalismo institucionalmente estabelecido e suas tendências absolutistas.

Com a Abdicação em 7 de abril de 1831, uma intensa agitação política e social tomou conta do país, envolvendo, por um lado, as camadas populares e, por outro, facções políticas extremadas aparentemente irreconciliáveis entre si. Das lutas entre grupos e facções durante as Regências surgiram contornos mais nítidos do jogo político, que se instauraram no decurso do Segundo Reinado, com a definição dos partidos liberal e conservador<sup>296</sup>.

Observa-se que, no primeiro momento das Regências, o “avanço liberal” se concretizou numa série de medidas descentralizadoras, tais como: a aprovação do Código de Processo Criminal em 1832, que deu ampla autonomia judiciária aos municípios; o Ato Adicional de agosto de 1834, que determinou a criação das Assembleias Legislativas nas províncias, descentralizando a administração; e a extinção do Conselho de Estado, principal órgão de assessoria do Imperador no exercício do poder Moderador. Seguindo essa tendência, a Regência Trina foi transformada em Una, eleita pelo voto direto. Porém, a vitaliciedade do Senado foi mantida, uma concessão política aos conservadores.

Mas essa experiência inovadora não logrou sucesso, e as insurreições populares eclodiram e se irradiaram por várias províncias do país. Foram elas: a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), as revoltas na Bahia – Revolta dos Malês (1835) e Sabinada (1837-1838) – e a Guerra dos Farrapos (1835-1845), todas elas decorrentes de motivos diversos, como a não aprovação das autoridades nomeadas pelo governo central, a luta contra os monopólios de comércio nas mãos de portugueses, reivindicações de propriedade de terra, questões fiscais etc. Em todas, houve participação

---

<sup>296</sup> IGLESIAS, Francisco. *Trajectoria Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.144.

de vários setores sociais: gente da cidade e do campo, senhores, comerciantes, padres, funcionários públicos, profissionais liberais, escravos ou ex-escravos, brancos, negros, índios e mestiços<sup>297</sup>. A ameaça à unidade nacional provocada por estas revoltas no âmbito das províncias colocou os grupos dirigentes, tanto em nível local quanto na capital, em uma posição defensiva.

Em fins da década de 30 e início da década de 40, os conservadores se articularam de maneira a aprovar sucessivamente um conjunto de medidas – a Lei de interpretação do Ato Adicional (1840), a reforma do Código do Processo Criminal e a restauração do Conselho de Estado (1841) – que se chocaram com as deliberações aprovadas anteriormente nas Regências e que resultaram numa reestruturação das instituições nacionais sobre bases conservadoras<sup>298</sup>. Foi a chamada “trajetória reacionária” ou “Regresso Conservador”. Todas as reformas determinadas por leis, na verdade, ligaram-se ao complexo de fortalecimento da autoridade do governo central e à defesa da unidade territorial, que os conservadores viram como decorrentes do avanço liberal, que tudo concedia ao cidadão, sem armar o Governo para a conveniente defesa<sup>299</sup>. Portanto, elas atingiram em cheio tudo aquilo que os liberais conquistaram, enfraquecendo o seu campo de atuação política.

Com os conservadores no poder desde a renúncia de Feijó e a ascensão do conservador Araújo Lima em 1837, os liberais tramaram o Golpe da Maioridade em 1840, uma manobra política que visou à sua não exclusão total do jogo político. Vencedores, organizaram um gabinete ministerial que teve curta duração, mas que resultou na vitória

---

<sup>297</sup> Idem. *Ibidem.* p. 157.

<sup>298</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice. *Op. cit.* p.65.

<sup>299</sup> IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: *Op. cit.* p.405.



desse grupo nas eleições parlamentares de 1840<sup>300</sup>. Com a maioria na Câmara, os liberais mal conseguiram se articular em consequência de divergências internas, o que levou à renúncia do ministério. Convocados, os conservadores organizaram um gabinete ministerial em 23 de março de 1841. O ministério cuidou então de dissolver a Câmara eleita – medida sem a qual não conseguiria governar. Nas sessões preparatórias de abril, os liberais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais elegeram como presidente da Casa o Cônego mineiro José Antônio Marinho<sup>301</sup>. A Câmara, que deveria ser oficialmente instalada em 3 de maio, foi dissolvida pelo gabinete no dia 1º, com a alegação de que o processo de escolha da direção da Câmara fora viciado. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais começou o seu funcionamento no dia 3, conforme programado, mas adiou seus trabalhos, primeiro para julho, depois para outubro<sup>302</sup>. Se o sentimento liberal já estava bastante aguçado com as “leis reacionárias”, estas medidas foram o estopim para o início de uma rebelião, a qual estourou nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

As “Revoluções Liberais”, como ficaram conhecidos esses movimentos armados do ano de 1842, foram demonstrações de que o grupo liberal estava disposto a lutar, senão pelo domínio político, pelo menos pela sua participação dentro dessa esfera de poder<sup>303</sup>. Esses movimentos não questionaram a monarquia na sua essência, mas as resoluções impostas à Constituição através das reformas promovidas pelos conservadores. Ou seja, num plano mais geral, o que se impôs foi a defesa da legalidade das instituições assumidas em compromisso pelos grupos dirigentes durante as Regências<sup>304</sup>. Os liberais saíram derrotados, porém reassumiram o domínio político entre 1844 e 1848 em Minas Gerais.

---

<sup>300</sup> Idem. Ibidem. p.405.

<sup>301</sup> Idem. Ibidem. pp.405-406.

<sup>302</sup> Idem. Ibidem. p.406.

<sup>303</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 99.

<sup>304</sup> IGLESIAS, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: Op. cit. p.23.

Nesse espaço de tempo, não tomaram providências para a reforma das leis pelas quais diziam ter-se levantado em armas, julgando-as essenciais para a preservação da “ordem”<sup>305</sup>, o que nada mais foi do que a ratificação da manutenção dos privilégios agrários, mercantis e burocráticos que faziam parte dos planos dos grupos dirigentes. O radicalismo político arrefeceu-se diante do fortalecimento do Estado Imperial – cada vez mais atrelado ao símbolo da Coroa –, em união com o grupo conservador. Dessa forma, os liberais, para não se verem fora do jogo político, tiveram que ceder aos princípios da “ordem” e da “Monarquia”<sup>306</sup>. Esse processo não foi simultâneo e homogêneo em todas as províncias, tampouco nivelou as concepções e as práticas políticas entre liberais e conservadores durante o Segundo Reinado<sup>307</sup>.

A eleição de muitos dos participantes da Revolução Liberal de 1842 na legislatura provincial mineira de 1845-47 – possível graças à anistia concedida aos rebelados pelo Governo Imperial em 1844 – impôs a esses dirigentes um posicionamento político sintonizado com o governo central<sup>308</sup>. Apesar disso, não se pode dizer que os liberais de Minas assumiram uma postura radicalmente oposta àquela defendida anteriormente. Prova disso são os discursos por eles proferidos na imprensa. Eles incorporaram uma maneira própria de atuar no governo e de se posicionar diante da conjuntura política que se impunha, através de um discurso sintonizado com os seus interesses e com as normas

---

<sup>305</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1999. p.17.

<sup>306</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p.134.

<sup>307</sup> Nas páginas 122-124, notas 84-86, Mattos aponta diversas visões da historiografia sobre a política do Segundo Reinado, as quais, segundo ele, reduziram a dinâmica do Império por considerar semelhantes, liberais (Luzias) e conservadores (Saquaremas). Segundo Mattos, esses historiadores não analisaram de forma satisfatória as diferenças entre esses dois grupos políticos no tocante às suas concepções políticas, as relações que mantinham com as forças políticas do Estado, o modo como eles buscavam representar a sua forma de atuar, assim como as formas pelas quais esses grupos se relacionavam com as outras esferas da sociedade. Mattos defende a tese de que liberais e conservadores (Luzias e Saquaremas) tiveram sim maneiras diferenciadas de atuação política durante o Segundo Reinado. (MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. pp.122-124).

<sup>308</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias políticas e filosóficas em Minas Gerais no século XIX*. Op. cit.p.97.

determinadas pelo jogo do governo central, numa atitude conciliadora. Um artigo publicado em *O Itacolomy*<sup>309</sup> (periódico editado na Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza<sup>310</sup>), intitulado *Boa fé e convicções da oposição*, expressa bem como os liberais contrapunham o seu ponto de vista em relação às atitudes dos conservadores, e como avaliaram as contradições de seus opositores quando dentro e fora do poder. O artigo aponta as maquinações realizadas pelos conservadores para envilecer a imagem dos liberais, identificando o jornal *A Sentinela da Monarquia* como seu antagonista :

“Quando o nosso partido se achava em oposição os nossos antagonistas, cobrindo todos os atos ministeriais com o manto imperial, forcejavam destarte por embargar de uma maneira atroz que manifestássemos os sentimentos e as opiniões do país, então honrosamente escravizado por homens sem religião nem consciência que, guiados somente pelas próprias conveniências, pelo interesse individual, consideravam a pátria como uma palavra vazia de sentido. Então nós éramos o partido republicano, solapávamos o trono, atentávamos de coração contra a monarquia, e, sempre que pedíamos as provas de asserções tão graves, obtínhamos como resposta, não a especialização de fatos, mas sim a reprodução das mesmas asserções; para contrariá-las cabalmente nós oferecíamos todo o nosso passado, onde qualquer julgador imparcial bem salientes descobre o serviços prestados à monarquia pelo partido liberal; mas, longe de confessarem a verdade, os oligarcas, pertinazes em tornar-nos odiosos à Coroa, esses, que a cada passo e de toda a sorte comprometiam a mesma Coroa, envidavam suas forças para envenenar todos os nossos passos, as nossas palavras e proposições todas, para caluniar-nos cada vez mais torpemente.”<sup>311</sup>

O texto explica que os conservadores, quando no poder, atribuíam aos liberais um estigma republicano, o que prontamente os últimos negavam. De acordo com o artigo, os conservadores criavam uma ligação falaciosa entre o grupo liberal mineiro e o grupo republicano, o qual se fazia representar por dois jornais:

---

<sup>309</sup> *O Itacolomy*, 23 de março de 1845. pp.2-3. HPAC. Código: J.O.P; volume 72.

<sup>310</sup> *Ibidem*. p.3.

<sup>311</sup> *Ibidem*. p.3.

“Na derradeira quadra de reinado da facção, lembrou-se ela, a fim de alargar a execução do seu plano, que ser-lhe-ia proveitoso apresentar-nos como obrando de comum acordo com *Nazareno* e o *Guaycurú*, jornais republicanos que se publicam no norte, como hostilizando as [ilegível] administrações dessa época com o intuito único de promover assim o triunfo das doutrinas, sustentadas por esses jornais; éramos mesmo denominados *Nazarenos*, *Guaicurus*; denominação esta, que foi usada ainda depois da salvadora ascensão do ministério atual.”<sup>312</sup>

Quando modificado o partido no poder, os periódicos republicanos coerentemente continuaram a se opor ao regime monárquico e, por conseguinte, ao grupo liberal, em pacto anunciado à Coroa: “Tais jornais, porém, mostrando-se persuadidos de que a política dominante não pode felicitar o país, guerreiam o ministério que a adota e desenvolve (...).”<sup>313</sup> Isso bastou para que se operasse uma rápida metamorfose, diz o artigo:

“(...) sim, já nós não somos os *aliados dos republicanos*, cessou de repente esse juízo a que, aliás, se procurou dar o maior vulto, e já se vê em números seguidos da *Sentinella* trasladados artigos do *Nazareno*, cujas vistas políticas a *Sentinella* não considera mais criminosa, como outrora acontecia, e tanto com elas já simpatiza, que as julga dignas de figurarem frequentemente em suas páginas, muito embora no alto delas continue a intitular-se – *Sentinella da Monarquia!*”<sup>314</sup>

Segundo os liberais no *Itacolomy*, essa é a contradição dos conservadores, apontada em seguida como demonstração de rebaixamento moral, puro interesse político e desapego aos princípios monárquicos que, naquele momento, constituíram a chave da organização política e elemento aglutinador da nação:

“Por aí ajuíze o leitor tudo o mais, e, assim como estas são todas as demonstrações que a facção há dado da sua boa fé, do seu amor ao país de suas convicções de uma palavra. O monarquismo dos nossos adversários existe unicamente enquanto estão no poder; fora dele, as desvantagens da situação os transforma logo em partidistas de idéias opostas, e é assim, que os vemos defender aquilo mesmo que não há

---

<sup>312</sup> Ibidem. p.3.

<sup>313</sup> Ibidem. p.3.

<sup>314</sup> Ibidem. p.3.

muito combatiam e cuja paternidade nos atribuíam; é assim, que os vemos abraçar e aplaudir as crenças dos mesmíssimos jornais a quem, quando governantes perseguiram com repetidos processos, somente por que essa perseguição atroz era imperiosamente exigida pela hipocrisia, com que vinham mascarados, e de que se serviam para vendar os olhos do monarca e da nação.”<sup>315</sup>

Nesse entretanto, os liberais atacam os conservadores, atrelando-os à imagem de um grupo identificado com o absolutismo e propugnadores da discórdia pelo país.

“Confronte-se o estado e o sistema da imprensa da facção, em hostilidade ao gabinete atual, com o estado e o sistema da mesma imprensa quando era o apoio dos governos arbitrários e opressores, quando endeusava a tirania no poder, e não nutrimos o mínimo receio de que em resultados sejamos apanhados em falsidade. E, para mais provas, aí estão as *máximas, sentenças e pensamentos*, que a título de serem extraídas *de um Compilador*, tem a *Sentinella* submetido ultimamente à reflexão dos seus leitores, esperando, sem dúvida colher o *fruto* de tais escritos, que tendem a nada menos do que a dividir e subverter o país. Transcrevamos algumas dessas *máximas e sentenças*, as mais notáveis, ao menos, para que se não pense que erigimos castelos para os debelar, e para que assim possa melhor encaminhar-se o juízo público na avaliação da verdade. Diz a *Sentinella*: -“Um povo que não está persuadido de que vive debaixo da melhor legislação, debaixo do *melhor governo*, está muito próximo de *desejar* outro.” Querem-no mais claro, mais positivo? ... Eis aí como são e o que pretendem os homens que se intitulam o *partido da ordem, o partido da união e da integridade do império!*!”<sup>316</sup>

Pode-se perceber, a partir do artigo citado, que o rechaço dos liberais em relação ao republicanismo revela a sua conformidade com a reestruturação da ordem monárquica pós-Maioridade, a qual foi assentada sobre as bases do “refortalecimento” de sua autoridade em detrimento do Poder Legislativo. A aproximação dos mineiros com o governo central foi a prerrogativa básica para que os mesmos pudessem alcançar o seu objetivo principal, que era fazer valer sua voz dentro do governo. Foi exatamente isso que eles fizeram no

---

<sup>315</sup> Ibidem. p.3.

<sup>316</sup> Ibidem. p.3.

chamado “qüinqüênio liberal” (1844-48), quando à frente do governo da província. Isso tudo possui relação direta com os posicionamentos políticos do grupo liberal ligado ao *Recreador Mineiro*. Tal grupo expôs seus incômodos em relação às novas regulamentações que o Estado Imperial impunha à sociedade no imbricado jogo de poder entre as esferas pública e privada.

Para os liberais brasileiros, no contexto do Primeiro Reinado e das Regências, a questão política do poder *privado* relaciona-se com as noções de liberdade, localismo e descentralização político-administrativa. Porém, a partir do Regresso (1837-52), a distância entre o discurso e a ação desses propugnadores da liberdade ampliou-se progressivamente como uma decorrência direta de seus interesses<sup>317</sup>. Foi dentro dessas circunstâncias que ocorreu o avanço do princípio da autoridade, o qual implicou a recuperação do prestígio da Coroa e o aumento das prerrogativas do executivo, o que não significou em absoluto a eliminação da liberdade, mas sim sua re-qualificação – que não deve ser confundida com absolutismo<sup>318</sup>. Assim, a saída para o grupo liberal foi participar, de alguma forma, do mundo político institucional. No entanto, a liberdade que ele tanto defendia, identificada com a idéia de igualdade – de que todos os cidadãos livres participem da política imperial – foi suprimida em função da reorganização política forjada pelos conservadores, estabelecida exatamente sob critérios de distinção social e política, o que, de certa forma, teve que ser corroborado pelo grupo liberal<sup>319</sup>. Isso significa também que a noção de *público* advinda da parte dos conservadores – afirmação da autoridade do Estado, centralização do poder e da administração – teve que ser incorporada pelo grupo liberal. Então, o significado de liberdade passou a ser restrito apenas ao grupo de pessoas com

---

<sup>317</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. Op. cit. p. 130.

<sup>318</sup> Idem. Ibidem. p.130.

<sup>319</sup> Idem. Ibidem. p.133.

capacidade de participar do processo eleitoral, determinada de acordo com distinções hierárquicas que levavam em conta o *status quo* e princípios étnicos<sup>320</sup>.

No artigo do *Recreador* intitulado *Ao Público*<sup>321</sup>, encontra-se expresso o desgosto dos redatores em relação a essa nova ordem, que determinava um rearranjo político nas esferas dos poderes público e privado:

“No estado da humana sociedade duas grandes divisões se apresentam; determinadas uma pela vida pública, outra pela vida privada. Esta dupla relação, ou seja simultânea, ou individual, submetendo o homem à intensidade de gravosos deveres, transporta-o aos momentos da depressão, e da fadiga; e lhe imprime o enojo mental, e físico; que o impele por determinado número de instantes a hum passo transeunte de sua posição.”<sup>322</sup>

Naquele momento – o da Reação –, existia uma submissão dos súditos em relação ao poder do Estado (monarquia), trazendo uma cisão dos indivíduos nas dimensões pública e privada, entre o homem e o cidadão. Assim, de acordo com o que foi colocado no decorrer do artigo, se por um lado os indivíduos permaneciam atrelados à lei do Estado, suas convicções permaneciam livres, sendo esse o motivo de confusão e insatisfação. Contudo, pelo fato de ser a consciência livre – do súdito e cidadão a um só tempo –, o refúgio no mundo interior garantiria a esses indivíduos a liberdade para expandir aquelas coisas que, graças à sua força e engenho, eles são capazes de fazer, quais sejam: expandir suas virtudes<sup>323</sup>. A solução dada pelos redatores confunde-se com os próprios objetivos do periódico e que se pautem em instruir, divertir e edificar:

“Mas, na presença das fadigas que caminho natural se oferece ao trilha do indivíduo público, ou do indivíduo privado? Qual a transição proporcionada aos fins de seu lenitivo? Ninguém se subtrairá a conceder que a passagem para os alívios da alma, ou a

<sup>320</sup> Idem. Ibidem. p.134.

<sup>321</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.1.

<sup>322</sup> Ibidem. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.1.

<sup>323</sup> MATTOS, Ilmar R. Op. cit. p.139.

transferência para o prazer dos sentidos é esse veículo grato, e jucundo (*sic.*) da serenidade da vida. Com tudo, nós somente nos consagramos com as nossas vigílias, e com os nossos votos aos meios recreadores do espírito, quais os pomos dulcíssimos das Artes, da Literatura, e da Filosofia. (...) Luminosamente convencidos dos preliminares que expandimos, tributamos a benemerência pública as lucubrações do – *Recreador Mineiro*. Com esta produção periódica manifestamos da nossa parte distinta concordância com os nossos princípios, e o Público, verificamos em si próprio a justa consequência de nossas premissas, sentirá nas páginas do – *Recreador Mineiro* – o lenitivo de afanosa lida, e o antídoto de seus enojos.”<sup>324</sup>

Enfim, a partir dessa citação, tem-se uma noção geral do posicionamento dos liberais, os quais, desencantados pelo seu afastamento do centro das decisões políticas (ao menos aqueles ligados aos redatores do *Recreador*), deslocaram seu campo de atuação, de um lado, para a satisfação de seus interesses privados e, de outro, no que se refere ao público, engajando-se num projeto de construção da nação (“o antídoto de seus enojos”). A valorização dos princípios civilizatórios de matriz burguesa européia, que esse grupo difunde, é tomada como algo que o distingue do grupo conservador, ao mesmo tempo em que transfigura-se numa estratégia particular de ascensão ao poder e como uma etapa indispensável à vivência do povo brasileiro para a sua constituição como nação.

### 2.5.1 - Propriedade, capital e trabalho.

O pensamento liberal começou a se desenvolver em fins do século XVII, a partir das formulações filosóficas das John Locke. Em sua versão originária, o liberalismo colocou-se a serviço dos grupos proprietários e propôs-se, justamente, a retirar desse grupo o arbítrio do monarca, definindo direitos e liberdades<sup>325</sup>. O sistema jurídico que organizou as relações entre o monarca e os proprietários chamou-se de “estado de direito”. Visava,

<sup>324</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.1.

<sup>325</sup> BARRETO, Vicente. Op. cit. p.61.



primordialmente, à defesa da propriedade e à disciplina dos interesses individuais entre si<sup>326</sup>.

No século XVIII, o desenvolvimento do pensamento Iluminista foi crucial para o desenvolvimento do pensamento liberal, de tal forma que, no século XIX, seus princípios repercutiram nos mais diversos campos de atuação do homem, seja na política, na economia ou nas relações sociais, engendrando padrões de comportamento particulares de um grupo sócio-político em específico: a burguesia. Dentre os ingredientes fundamentais, tanto do pensamento Ilustrado quanto liberal, estão: a crítica ao controle excessivo do Estado na economia, à organização política baseada no Absolutismo Monárquico que, atrelado à Igreja, coibia a liberdade individual dos homens. Dentro das principais preocupações do pensamento liberal, a questão da propriedade possui lugar de destaque. Essa é também uma temática constante nas páginas do *Recreador Mineiro*.

De uma forma geral, os liberais, ao defenderem a liberdade dentro do domínio privado, defendiam sobretudo a sua liberdade para agir na gerência de suas propriedades<sup>327</sup>. John Locke dizia que o bem comum seria assegurado quando um governo expressasse a vontade da maioria dos cidadãos<sup>328</sup>. Entretanto, a garantia dos direitos individuais não estaria assegurada pela simples vontade da maioria ou pelo direito de resistência ao governo. Tornava-se necessário encontrar um instrumento eficiente. A propriedade apareceu então como o meio da auto-preservação individual (liberdade), sendo essa a primeira obrigação do governo<sup>329</sup>. No pensamento lockeano, a propriedade é a marca da individualidade e a auto-proteção da pessoa humana diante do Estado. O direito à

---

<sup>326</sup> Idem. Ibidem. p.61

<sup>327</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p.154.

<sup>328</sup> BARRETO, Vicente. Op. cit. p.16.

<sup>329</sup> Idem. Ibidem. p.16.

propriedade é o termômetro que determina o grau de liberdade de um povo, porque é um instrumento regulador das relações sociais<sup>330</sup>. Quando os liberais brasileiros do século XIX falavam em “igualdade”, deve-se entender que essa expressão concentrava-se dentro do contexto do pensamento enciclopedista<sup>331</sup>. Voltaire, no *Dictionaire philosophique*, ao definir “igualdade”, dizia que a sociedade encontrava-se dividida em duas classes, a dos ricos e a dos pobres. A propriedade era o instrumento que definia e delimitava essas classes. A promessa à burguesia ascendente era a de que não haveria mais a aristocracia do sangue e do heroísmo mas, unicamente, uma sociedade em que o trabalho e o talento dariam ao homem seu lugar próprio na escala social, lugar que guardava correlação com a extensão de suas propriedades. A teoria do individualismo possessivo concebe a sociedade em torno da propriedade e do respeito às classes sociais<sup>332</sup>.

O ponto de vista dos redatores do *Recreador Mineiro* em relação à propriedade se aproxima dessa visão liberal e pode ser observado no artigo *Economia Política Resumida*, publicado logo na primeira edição desse periódico:

- “1- O trabalho é uma propriedade.
- 2- O proletário vive dos produtos da sua indústria, assim como o proprietário vive das rendas do seu campo.
- 3- Um sem o outro é um corpo sem alma.
- 4- O proletário e o proprietário são os dois sexos do mundo social.
- 5- Sós, nada podem produzir.
- 6- A sua união faz a sua virtude.
- 7- Privar o proletário do trabalho e do salário, que dele espera, é roubá-lo, assim como se rouba ao proprietário seu trigo, ou sua farinha.
- 8- Não há rico nem pobre. Há duas condições passageiras da vida. Um revés faz um pobre; um olhar faz um rico. O casamento ou a morte muda todas as condições.

---

<sup>330</sup> Idem. Ibidem. p.17.

<sup>331</sup> Idem. Ibidem. p.35

<sup>332</sup> Idem. Ibidem. p.35.

A igualdade nasce da coragem.”<sup>333</sup>

Os princípios liberais estão aqui delineados justamente na defesa da propriedade como um bem inalienável e na afirmação da diferença entre os homens na aquisição de riquezas, concebendo-se tal ordem como necessária e legítima, porque natural. Também divulga-se a idéia de que, através do trabalho, ou dos reveses da vida, o indivíduo pode ascender ou declinar socialmente. Entretanto, o escravo não é mencionado nem nesse artigo, nem em qualquer outra página do *Recreador*. Quais seriam as possibilidades de um escravo, dentro da estrutura social defendida no artigo acima transcrito? Nenhuma, é claro. Para aqueles homens, o escravo era também parte integrante e fundamental de sua propriedade – isso tanto para liberais quanto para conservadores<sup>334</sup>. Pode-se dizer que, de acordo com a concepção do artigo *Economia Política Resumida*, o proprietário de escravos tem o direito de receber os lucros advindos desse trabalho porque seriam os frutos de uma propriedade que lhe pertence, e isso era fundamental dentro de um sistema econômico tão dependente desse tipo mão-de-obra, como era o caso da economia brasileira. No que se refere a Minas Gerais mais especificamente, o fato dessa província ter contado com o maior plantel de escravos durante todo o século XIX<sup>335</sup>, a expropriação dos frutos do trabalho escravo era, sem dúvida, imprescindível do ponto de vista econômico<sup>336</sup>.

Um outro artigo muito interessante revela a forma como os redatores do *Recreador* vislumbravam a questão da propriedade e do trabalho. Pode-se dizer que o artigo *Desperdício de capital e trabalho*<sup>337</sup> sintetiza as apropriações do pensamento liberal contidos no *Recreador Mineiro*. O cerne da questão está na afirmação, contida no referente

---

<sup>333</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.15.

<sup>334</sup> MATTOS, Ilmar R. de. Op. cit. p.141.

<sup>335</sup> IGLESIAS, Francisco. *Trajectoria Política do Brasil*. Op. cit. p.179.

<sup>336</sup> Idem. *Ibidem*. p.168.

<sup>337</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. nº.16, 15/08/1845. pp.243-247.

artigo, de que o trabalho necessariamente tem que gerar benefícios para quem o realiza, prioritariamente sob a forma de capital, e só assim ele se torna profícuo também para a nação. Percebe-se que essa assertiva nega todo o princípio econômico no qual o Brasil se fundamentava, ou seja, o sistema escravista:

“O trabalho de todas as nações bárbaras e de indivíduos sem cultura é sempre um trabalho tosco e de ignorância. Muitos pensam que o bem consiste em trabalhar e não no resultado do trabalho. A mesma ignorância se deixa ver no trabalho inútil, bem como na aplicação de capitais sem proveito, ainda mesmo por indivíduos, aliás, inteligentes. As aplicações improfícuas tanto de trabalho, como de capital registradas nos anais de todas as nações antigas, e que em muitas se praticaram, mesmo quando elas julgavam ter adquirido o maior grau de civilização, foram nutridas pela ignorância dos grandes, e até dos literatos; enquanto que as causas avançando ou retardando a produção, avançavam ou retardavam seus próprios interesses e os da sociedade. Príncipes, Estadistas, Prelados, Filósofos, todos ignoravam o que conduz permanente felicidade das nações, e o que causava a ruína nelas. Bastava-lhes haver o suficiente para o consumo, não se dignando observar, e muito menos assistir à direção da produção.”<sup>338</sup>

O texto reitera a todo o momento que o desperdício de trabalho gera desperdício de capital, e que isso só pode ser superado quando um gera o outro. Para tanto, se faz necessário organizar as leis de forma que elas possibilitem a segurança da propriedade privada nas mãos de seus detentores:

“No estado social, o grau do nosso domínio sobre as forças da natureza essencialmente depende do grau de justo poder que temos sobre as nossas próprias forças morais. Enquanto os homens não estiverem convencidos que poderão trabalhar [em todos os sentidos] debaixo da proteção de boas leis administrativas, aplicadas por magistrados retos, e flexíveis, decerto que trabalharão débil e improfícuamente.”<sup>339</sup>

Os exemplos dados têm como referência os países europeus, os quais seguiam esse padrão e os estendiam a todas as camadas sociais: “Nos velhos estados da Europa, as

<sup>338</sup> Ibidem. Tomo II. n°.16, 15/08/1845. p.245.

<sup>339</sup> Ibidem. Tomo II. n°.16, 15/08/1845. p.244.

grandes e rápidas acumulações somente tiveram princípio depois de se estabelecer os respectivos direitos dos pobres, e dos ricos, e de ficar a indústria livre, e a propriedade segura”<sup>340</sup>. A lei é colocada como fundamental para o bom andamento do sistema econômico, pois defende os proprietários de um possível “furacão de tirania”<sup>341</sup> e evita, por exemplo, o confisco de seus bens. Se o “furacão” não aparecer, a prosperidade certamente aparece ao lado da abundância. Isso é motivo para que possa “haver uma inundação de tranqüilidade; porém, sem a presença de uma tranqüilidade perfeita.” Essa tranqüilidade poderia ser abalada caso a “violência usurpasse a justiça, e a segurança seguir-se-ia o mesmo efeito danoso como nos povos do Egito quando o Nilo deixa de espriar-se.” Ora, o que poderia ser esse “furacão da tirania”, senão o despotismo? Portanto, a crítica implícita nesse artigo adquire uma perspectiva claramente política, qual seja, a negação dos princípios absolutistas, os quais, além de não confluírem para alavancar a produção numa perspectiva capitalista, tinha também o poder de “usurpar da justiça por meio da violência.” De acordo com os redatores, caso esse episódio ocorresse no Brasil: “Seguir-se-ia horrível miséria ainda mesmo quando tornasse a tranqüilidade, porque faltaria o meio poderoso e indispensável tanto ao menos abastado, como ao homem milionário; qual é, a segurança da propriedade”<sup>342</sup>. Portanto, de acordo com o texto, segurança da propriedade e prosperidade são análogas:

“Onde nascerem circunstancias assaz poderosas para destruir, ou ainda mesmo para embarçar a liberdade da indústria, ou para ameaçar a segurança da propriedade, não se pode trabalhar com certeza, nem com proveito. Os elementos de prosperidade não poderiam em tal caso ser constantes, nem uniformes.”<sup>343</sup>

---

<sup>340</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.244.

<sup>341</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.244.

<sup>342</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.245.

<sup>343</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.244.

As leis, instrumentos essenciais para a garantia dessa segurança, são colocadas como fundamentais para que ocorra a união entre capital e trabalho. Garanti-la seria uma tarefa do Estado; e ao Estado caberia somente esse papel, não devendo em hipótese alguma intervir na liberdade da produção e do comércio, deixando o mercado seguir o seu rumo natural. Caso contrário, ocorreria o tão maléfico desperdício de capital e trabalho. Trata-se de uma clara alusão ao princípio do *laissez-faire*. Os exemplos dados novamente advêm da Europa:

“O progresso naturalmente lento, mas seguro da indústria, torna-se muito mais vagaroso quando os supremos poderes dos estados tentam desviar a indústria de seu canais exclusivos e proveitosos. Foi portanto mui sábia a resposta dada por uma comissão de negociantes a Colbert, 1º ministro de Luiz 14º, quando ele lhe perguntara que medidas o governo poderia adotar para promover os interesses do comércio. ‘Deixai-nos estar, senhor e permite que tranquilamente manejemos os nossos negócios’.”<sup>344</sup>

O livre-comércio seria fundamental para o crescimento conjunto de todo o sistema econômico do país. A passagem seguinte revela a defesa de princípios capitalistas burgueses típicos do pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX:

“Que o comércio livre é igualmente essencial aos reais e permanentes interesses da agricultura e das fábricas: que o capital e o trabalho são igual, e necessariamente unidos em seus interesses, sejam eles aplicados à agricultura, às fábricas ou ao comércio; que o produtor e o consumidor são igualmente unidos nos seus mais essenciais interesses, a saber, que haja produção bastante e com o menor preço.”<sup>345</sup>

Novamente se afirma que, caso esses princípios não sejam reproduzidos na esfera social, o malfadado desperdício continuará. Outro fator imprescindível para a otimização da produção apontado pelo texto é a educação e a difusão de conhecimentos. De acordo com o

---

<sup>344</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.245.

<sup>345</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.246.

texto, para que o comércio cresça, a propriedade esteja segura e a prosperidade medre, faz-se necessária a difusão dos conhecimentos úteis: “O único remédio contra semelhantes males é a larga difusão dos conhecimentos úteis nas artes, nas ciências e em todos os ramos de indústria agrícola, fabril e mecânica.”<sup>346</sup> Reforça-se aqui o conjunto de afirmações a esse respeito, já citados anteriormente, e que, sem dúvida alguma, constitui uma dos principais propósitos desse periódico, referente à importância atribuída à ciência.

O artigo *Desperdício de Capital e Trabalho*, num determinado momento, passa a direcionar-se mais especificamente ao Brasil, atestando que aqui o desperdício de capital e trabalho ocorre de sobremaneira em relação a outros Estados:

“Hoje em dia talvez não exista país algum civilizado em que a falta desta preciosa união de capital e trabalho seja mais sensivelmente aparente que no Brasil, e por conseqüência, em nenhum outro há maior desperdício destes inestimáveis elementos de prosperidade.”<sup>347</sup>

De maneira evasiva, atribui-se esse fator unicamente “à grande falta de estradas de comunicação não só entre as diversas províncias, mas até entre os diferentes pontos de cada uma delas.”<sup>348</sup> É curioso observar que, a partir desse ponto, o tema e o tom proferidos no texto mudam de figura. Toda a tensão sobre a questão política da propriedade e sobre os papéis do governo na administração econômica recaem numa questão menor, que discute os benefícios que boas estradas suscitem à coletividade. Os redatores, ao apontarem o Brasil como o país civilizado onde ocorre o maior desperdício de capital e trabalho dentre todos os outros, atribuindo esse fator apenas à carência de boas estradas, revelaram-se irônicos, em face de todos os problemas econômicos que o país enfrentava havia bastante tempo.

---

<sup>346</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.246.

<sup>347</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.246.

<sup>348</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.16, 15/08/1845. p.246.

Desde que o Brasil havia se tornado um país independente, o açúcar e o algodão, produtos de exportação altamente representativos no comércio exterior do país, não tinham condições de resposta às pressões da concorrência externa<sup>349</sup>. A crise econômica articulava-se à desorganização financeira produzida pelo déficit crescente na balança comercial, forçando, além do recurso aos empréstimos externos, o aumento de impostos, expediente que provocou protestos e que conferiu fundamento a reações mais violentas, como a Revolução Farroupilha. A vigência do livre-cambismo tornava mais onerosa a dependência da economia brasileira, ao favorecer a saída de capitais através de importações, não compensadas por uma atividade exportadora relevante<sup>350</sup>.

Ainda na década de 1840, o combate inglês ao tráfico negreiro, além de ameaçar os fundamentos do sistema produtivo brasileiro, determinou o aumento das compras de escravos na África, diminuindo os recursos financeiros disponíveis. Aqui se encontra um dos aspectos que revelam as incoerências do setor produtivo brasileiro, denunciada no texto. Ao invés de se aplicar capital em atividades produtivas com considerável nível de segurança, como na indústria ou mesmo na agricultura, investia-se na compra de escravos, uma atividade que não produzia bem algum e que, improdutiva na sua essência, trazia consigo diversas incertezas: sobre a vida desses escravos ao cruzarem o Atlântico, a produtividade do seu trabalho em função de suas contrariedades e temperamento, receio de possíveis revoltas e, o maior deles, o de que essa propriedade um dia deixaria de ser sua, na medida em que as pressões para o fim do tráfico negreiro no Brasil haviam resultado na

---

<sup>349</sup> PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. 17ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. p.134.

<sup>350</sup> Idem. *Ibidem*. p.134.



aprovação da *Bill Aberdeen*<sup>351</sup> em 8 de agosto de 1845 pelo parlamento inglês, exatamente um mês antes da publicação desse artigo. Eis aí o verdadeiro desperdício de capital e trabalho.

Os temas capital e trabalho são constantemente abordados no *Recreador*, sempre numa perspectiva liberal, relacionando trabalho e geração de riqueza como um processo natural, defendendo a legitimidade da propriedade privada, a legalidade das instituições e também a divulgação de valores e princípios civilizatórios. Invariavelmente, os exemplos advêm da Europa – sobretudo Inglaterra e França –, berço da civilização ocidental, lugar onde a elite letrada brasileira buscava suas referências não só no século XIX, mas também em séculos anteriores. Os padrões europeus de civilidade mais valorizados no *Recreador* são aqueles que fazem menção à racionalidade de seu povo, os sucessos de suas iniciativas na esfera da produção, a autonomia legal de suas instituições públicas e a liberdade dos indivíduos na esfera do mundo privado. O artigo *Economia do tempo na Inglaterra* ilustra muito bem essa perspectiva:

“Franklin disse com razão e sabedoria: *o tempo é dinheiro*; ora na Inglaterra pensa-se com ele: ali o tempo é um rendimento, uma riqueza. O Inglês não é avarento do seu dinheiro: mas em compensação é econômico do tempo. Ninguém mais exato do que ele em se achar nos paradeiros à hora ajustada; para isso consulta o seu relógio, regula-o pelos dos seus amigos, e chega sempre no minuto aprazado. A sua língua monossilábica parece ter sido inventada para economizar o tempo; a sua civilidade é lacônica em seus cumprimentos. A saudação entre eles não é mais do que um simples movimento de cabeça acompanhado de três ou quatro sílabas. Os ingleses excluíram do seu estilo epistolar essas fórmulas banais que terminam todas as nossas cartas: eles não têm a *honra* nem *fazem firmes protestos da sua consideração* mais ou menos *distinta, do seu profundo acatamento e*

---

<sup>351</sup> Essa lei determinou o direito da marinha inglesa de interceptar e aprisionar navios que estivessem transportando escravos, mesmo em águas do território brasileiro, e de julgar seus comandantes. PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit. p.151.

*respeito para com suas excelências ou senhorias, de quem não ficam sendo, nem são respeitosos veneradores, humildes e reverentes criados. Em um país, onde os minutos são tão preciosos, é muito natural que se apreciem os instrumentos que os medem; daí vem o fazerem-se os melhores Cronômetros na Inglaterra. Cada operário, cada trabalhador possui um relógio tão necessário para ele como os seus melhores utensílios. Os condutores dos postos dos correios tem cronômetros, que valem mais de mil francos, tanto para eles é grave a obrigação de chegar a uma hora fixa. A menor demora faria esperar os parentes, os amigos, os criados, exatos em virem ao lugar certo receberem, uns viajantes, outros as suas malas. Esta economia de tempo, que nos parecerá talvez minuciosa, concebe-se necessária em um país onde tantas rodas concorrem separadamente para o movimento geral da máquina.”<sup>352</sup>*

Esse artigo é um dos exemplos de como os princípios civilizatórios europeus são abordados no *Recreador*. Nele, toma-se uma atitude que legitima a perspectiva capitalista sobre o tempo e a vida, louva-se a dinâmica moral e econômica dos ingleses. A comparação entre a forma como brasileiros e ingleses se dirigem a seus pares, por meio de cartas, denuncia um mau costume do povo brasileiro que, de acordo com os redatores, se demoram em seu estilo pomposo e vazio. Ademais, fica clara a distinção feita entre o Brasil e a Inglaterra, ao dizer-se que tudo isso se faz necessário onde “as rodas concorrem separadamente para o movimento geral da máquina”, ou seja, onde a industrialização já se fazia presente, sendo, portanto, um costume do qual os brasileiros não comungavam em face do atraso do país nesse setor.

Contudo, uma das evocações mais constantes do *Recreador* era a de que caberia ao Brasil um papel importante no conjunto das nações civilizadas. Outros artigos debatem a respeito do emprego racional de técnicas agrícolas como potencializadoras da produção. Segundo os redatores, sendo aqui utilizadas, elevariam o país a níveis de produção nunca

---

<sup>352</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n°.24, 15/12/1845. p.380.

antes alcançados, e isso, sem dúvida, traria progressos significativos aos agricultores brasileiros. O artigo *Açúcar extraído das canas da planta que produz o milho*<sup>353</sup>, transcrição feita de um periódico inglês, transmite essa idéia, alegando que os avanços no campo da ciência e da técnica eram circunstâncias próprias daquele período, caracterizado da seguinte forma:

“(...) vivemos em uma era que há sido minimamente fecunda em novas e importantíssimas invenções e descobertas, e que o progresso da marcha do espírito humano, com o acréscimo da civilização, novas experiências nos vão demonstrando os diversos proveitos que poderemos tirar dos mais comuns dons da natureza (...).”<sup>354</sup>

O artigo relata a alta produtividade do caule do milho na produção de açúcar, tecendo observações sobre os benefícios que o emprego dessa técnica traria para os produtores brasileiros:

“Ora, em um país como o nosso, onde a planta de milho cresce com tanta rapidez, e de que, para o fim acima descrito se poderá muito bem obter, pelo menos três colheitas no ano, porque não se deve deixar amadurecer, parece que esta descoberta deve ser objeto digno da atenção de nossos cultivadores, e se as experiências que muito folgamos em antecipar forem seguidas de resultados iguais aos que o Sr. Colman há referido, e muito provável que as canas da planta do milho venham a substituir entre nós as caninhas de Cayenna, cuja cultura é mais difícil, e cuja crescença é muito mais vagarosa.”<sup>355</sup>

Observam-se vários pontos de ligação entre os princípios econômicos defendidos no *Recreador* com o pensamento Fisiocrata e/ou Liberal Clássico. O ponto comum entre essas duas escolas do pensamento econômico do século XVIII está na idéia fundamental de governo da natureza e liberdade de ação em oposição às complexas regulamentações governamentais<sup>356</sup>. De acordo com o pensamento fisiocrata, os fenômenos econômicos

<sup>353</sup> Ibidem. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.29.

<sup>354</sup> Ibidem. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.29.

<sup>355</sup> Ibidem Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.30.

<sup>356</sup> HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. Ed. Atlas S/A. São Paulo, 1959. p.116, *passim*.

deveriam se processar livre e independentemente de qualquer coação exterior, seguindo uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais<sup>357</sup>. Isso corrobora a idéia apresentada no *Recreador* através do artigo *Desperdício de Capital e Trabalho* e remete ao princípio liberal e fisiocrata professado na máxima: *laissez-faire, laissez passer*. Na concepção dos Fisiocratas cumpre, pois, conhecer essas leis naturais e deixá-las atuar.

Outro princípio Fisiocrata, que, em certa medida, foi incorporado no *Recreador Mineiro*, refere-se à idéia de que a riqueza material advém exclusivamente da produção agrícola, a qual ocupa uma posição central na economia de um país<sup>358</sup>. No Brasil, pelos idos de 1845, a cafeicultura ganhava impulsos significativos, aumentando em muito a sua produção e exportação, criando uma perspectiva favorável dos produtores em relação ao setor agrícola. O *Recreador Mineiro* concentra significativa atenção à agricultura e transmite conhecimentos aos leitores numa lógica condizente ao contexto econômico brasileiro. Entretanto, esse princípio foi incorporado apenas em certa medida, pois não só a agricultura é louvada no *Recreador*, mas toda e qualquer atividade produtiva, o que, por sua vez, aproxima o discurso propendido no periódico do pensamento Liberal Clássico. O Liberalismo Clássico ampliou o panorama Fisiocrata: ao invés da produtividade agrícola toma como problema econômico central o *trabalho*, entendido como “trabalho ajudado pelo capital”, ou seja, atividade produtiva<sup>359</sup>. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* atribui ao trabalho a origem das riquezas do homem, reagindo contra a noção exageradamente agrária dos fisiocratas, bem como contra toda ação restritiva à liberdade do trabalho e do comércio<sup>360</sup>. De acordo com Smith, a relação entre o trabalho e sua produtividade constitui

---

<sup>357</sup> Idem. Ibidem. p.16.

<sup>358</sup> Idem. Ibidem. p.116.

<sup>359</sup> Idem. Ibidem. p.131.

<sup>360</sup> Idem. ibidem. p.131.

a base de explicação das diferenças de riqueza entre as nações<sup>361</sup>. Smith mostra ser a eficácia do trabalho, quanto ao rendimento, mais importante do que a quantidade de trabalho empregado<sup>362</sup>. A eficácia do trabalho nas nações progressivas provém da divisão do trabalho, não apenas pelas qualidades econômicas que lhe são peculiares, mas também por ser o homem levado “espontaneamente” à atividade graças ao seu interesse pessoal<sup>363</sup>. Tudo isso remete ao tema desenvolvido pelos redatores do *Recreador* no artigo *Desperdício de Capital e Trabalho*, cujas máximas são reiteradas a toda hora e em quase todas as edições por meio de assertivas como: “O trabalho é o melhor remédio contra o enojo que os prazeres. (*Trublel*); Os que se queixam do trabalho mostram-se ingratos para com o seu melhor amigo. (*Sanial Dubay*).”<sup>364</sup> Essas são, sem dúvida, frases de efeito no seio de uma sociedade em que o ócio de alguns sujeitava muitos à escravidão.

No entanto, como já foi dito, todos esses elementos do pensamento liberal proferidos no *Recreador* não incitam, de forma alguma, mudanças na esfera política, econômica e social, de forma clara e objetiva. Mesmo assim, são questões que remetem à valorização do caráter liberal burguês típico do século XIX – de sua relação com o trabalho e a propriedade – mas não na sua perspectiva política clássica, que prega o fim da aristocracia ou a defesa da democracia, tampouco se discute no *Recreador* um posicionamento básico do grupo liberal mineiro no período pós-Abdicação: a descentralização política com maior autonomia das Assembléias Provinciais. Por que, então, isso aconteceu?

---

<sup>361</sup> Idem. Ibidem. p.131.

<sup>362</sup> Idem. Ibidem. p.132.

<sup>363</sup> Idem. Ibidem. p.132.

<sup>364</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.30.

Naquele momento, o grupo político liberal de Minas Gerais já compactuava com a ordem política hegemônica, estabelecida pelos conservadores desde a renúncia de Feijó. Isso não quer dizer que houve uma aceitação passiva – clara na Revolução de 1842 e no embate entre conservadores e liberais, demonstrado aqui através do artigo *Boa fé e convicções da oposição*, publicado no jornal *O Itacolomy* – mas sim uma consciência de que, para estar no jogo político, seria necessário corroborar alguns valores e pontos de vista do grupo conservador então no poder em nível central. Inicialmente, o grupo liberal teve que destituir-se, aos poucos, do conceito qualitativo de liberdade com o qual se identificava. Na dimensão privada, passaram a isolar cada vez mais seu princípio revolucionário e igualitário, passando à perspectiva conservadora da desigualdade institucionalizada entre os homens, reservando a cada indivíduo um lugar distinto – o escravo, é claro, está fora dessa discussão<sup>365</sup>. Na dimensão pública, o conceito qualitativo de liberdade preponderante na ordem política do *Regresso* cruzava-se com o de Responsabilidade (de possuir condições morais e materiais de assumir o compromisso político), imprimindo novas significações à desigualdade e reafirmando certas clivagens. De um lado, a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos não-ativos naturalizava a diferenciação entre sociedade política e sociedade civil, fazendo da primeira o espaço natural onde os cidadãos manipulavam o monopólio da Responsabilidade e da última o espaço naturalizado ocupado por meros súditos. Do outro, construía-se uma desigualdade no interior do próprio conjunto dos cidadãos ativos por meio da discriminação entre votantes eleitores, pela hierarquização entre o Executivo e a Câmara dos Deputados e, sobretudo, pelo fato de reservar o topo da pirâmide da organização da vida política ao

---

<sup>365</sup> MATTOS, Ilmar R. de. Op. cit. p.140.

Imperador, abaixo do qual todos seriam súditos<sup>366</sup>. Assim, a supremacia política do Imperador, representada pelo Poder Moderador, é justificada pela garantia de uma neutralidade, o afastamento das paixões partidárias que ameaçavam a continuidade das instituições e dos monopólios que esses homens objetivavam preservar. Por isso, fazia-se necessário depositar em suas mãos o monopólio fundamental da Responsabilidade, dando à Coroa o *status* de um partido político<sup>367</sup>. Dessa maneira, os conservadores conseguiram impor-se politicamente, justamente por estarem no governo em posição privilegiada, e assim postular seus valores tanto no mundo público como no privado, promovendo associações – como é o caso do IHGB – e difundindo uma idéia de civilização, a qual não é adotada de todo pelo grupo liberal mineiro. A esse respeito será feita uma discussão mais aprofundada no próximo capítulo.

Como vem sendo dito, coube então ao grupo liberal mineiro comungar de algumas dessas idéias, a fim de não se isolar novamente, como fizeram em 1842. Para a análise que aqui se realiza, esses dados são de extrema importância, porque a idéia de nação que esse grupo procurou transmitir apresentava, ao mesmo tempo, uma identificação muito grande com a Monarquia, com o Imperador, as instituições monárquicas, numa demonstração de aceitação e fidelidade a essa instituição, mas não deixavam de expressar seus valores afinados com uma perspectiva liberal e, de certa forma, crítico em relação ao sistema com o qual compactuavam. Exemplos de proficuidade nos mais diversos campos de ação humana são oferecidos – na indústria, no comércio, na agricultura, no campo moral, na religiosidade etc. –, os quais muitas vezes divergem das práticas adotadas no Brasil. São modelos tomados geralmente do mundo europeu e que soam como exemplos a serem seguidos no

---

<sup>366</sup> Idem. Ibidem. p.141.

<sup>367</sup> Idem. Ibidem. p.179.

Brasil pelos brasileiros, a fim de se criar uma grande nação. Princípios de civilidade que esse grupo julgava necessários para fazer do Brasil uma nação que caminhasse rumo ao progresso, tudo isso dialogando com o seu tempo, forjando um ideal nacional completamente novo, sem deixar é claro de valorizar a história e a cultura do Brasil.

Através da história e da cultura, nacionais e estrangeiras, os redatores desse periódico divulgaram os princípios que, segundo eles, os leitores deveriam interiorizar para se tornarem melhores, mais instruídos, mais críticos, produtivos e, assim, constituírem uma nação próspera nos moldes como apregoavam os homens Ilustrados daquele tempo. O espaço reservado para se fazer isso, quantitativa e qualitativamente, foi o maior de todos: a seção Memória/História. Nela se divulgou uma profusão de informações e de referências estrategicamente alocadas de forma a situar o leitor no conjunto moderno das nações, de fazê-lo perceber o lugar do Brasil e de Minas Gerais na história da humanidade e de se perceber como membro integrante de uma comunidade civilizada e, portanto, filho de uma nação. Perceber qual é a concepção de história proferida no *Recreador Mineiro* é fundamental para se compreender como e por que se procurou incitar uma idéia de nacionalidade, além de esclarecer de que forma a história foi concebida e manipulada por aqueles homens e de qual valor ela teve; procedimentos que fazem parte do processo de desvendamento da cultura histórica nacional e que constitui o foco da análise no capítulo que se segue.



## CAPÍTULO 3

### HISTÓRIA, LITERATURA E IDENTIDADE NACIONAL

#### 3.1 - Algumas reflexões acerca da construção da nacionalidade.

De acordo com Eric J. Hobsbawm, o sentido moderno da palavra “nação” advém do final século XVIII e relaciona-se diretamente com a formação dos Estados Modernos<sup>368</sup>. Ao falar em “nação”, trabalho na perspectiva de uma “comunidade política imaginada”<sup>369</sup>, conceito que não pode ser dissociado das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e demais exigências de um Estado que se pretende soberano.

No processo de formação dos Estados Nacionais, verificou-se uma constante relação entre os grupos sociais ligados ao governo e que, diretamente envolvidos com a governabilidade da sociedade, mostraram-se preocupados com seu grau de legitimidade junto ao povo e também ao soberano. Ao mesmo tempo, as questões técnico-administrativas da implementação de um “governo estatal”, ou seja, de um governo que necessita investir em uma máquina de agentes operantes, exigiu uma nova legitimidade por parte da população. Os “Novos Estados” procuraram garanti-la por meio de uma relação de identificação de seu povo com a “nação”, mediada e representada pelo Estado<sup>370</sup>.

Os mecanismos pelos quais procurou-se concretizar esse amálgama foram os mais diversos, porém a variável cultural sempre foi um elemento indispensável, isto porque o preceito fundamental da “produção” da nação sempre foi constituir uma “área de igualdade” para além das diversidades de um Estado pensado territorialmente.<sup>371</sup> Nessas

---

<sup>368</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Op. Cit. p.13.

<sup>369</sup> ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. pp.15-16.

<sup>370</sup> Idem. Ibidem. pp. 101, *passim*.

<sup>371</sup> Idem. Ibidem. p.101.

circunstâncias, a massa populacional conta como uma variável complicadora na medida em que exige a formulação de elementos integradores (internamente: consciência étnica, tradições religiosas, a existência de um passado comum etc.) e diferenciadores (externamente: a identificação de contrastes em relação a outras comunidades nacionais) dessa operação<sup>372</sup>.

Por isso, a identificação nacional e tudo o que se crê nela implicado podem mudar e deslocar-se no tempo e também no espaço<sup>373</sup>, tanto porque invariavelmente os arranjos políticos sofrem transformações – e, de forma particular, o Brasil passou por várias na primeira metade do século XIX –, o que acaba por gerar mudanças nas estratégias de afirmação da nacionalidade por parte dos grupos que detêm voz ativa na política e possuem nas mãos os mecanismos de comunicação de massas.

Portanto, refletir sobre o processo de constituição de uma “identidade nacional” é analisar a construção de significados para esse termo ao longo da história, não como uma definição “em si” para o “ser brasileiro”. É no “discurso da cultura” que a busca da “identidade” deve ser, antes de mais nada, entendida como um movimento, processo não estático, pronto e acabado, ou seja: um processo histórico.

### **3.2 – A Elite Letrada Imperial e o enfoque sobre o Nacionalismo – primeira metade do século XIX.**

Um indício de que o sentimento de nacionalidade ainda não havia se configurado no Brasil durante a Independência e de que essa era uma tarefa a ser realizada, são os inúmeros esforços da elite imperial no sentido de forjar essa nacionalidade a partir da

---

<sup>372</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. p.18.

<sup>373</sup> HOBBSAWM, Eric. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Op. cit. pp.19-20.

aclamação de D. Pedro I como Imperador. Por meio de ritos, símbolos, práticas políticas e demais representações simbólicas referentes ao poder monárquico e, em particular, à imagem de D. Pedro I, as quais eram dotadas de um forte cunho pedagógico, tinham como objetivo conferir ao Brasil uma identidade nacional atrelada à idéia de que suas bases estavam fundadas em um corpo político autônomo, uno e indiviso<sup>374</sup>.

A Independência trazia consigo o medo da desagregação, da anarquia e da violência, exacerbada pelos conflitos anti-lusitanos que partiam das camadas urbanas e que, ao mesmo tempo, fomentavam uma busca de participação política e de meios para o seu exercício<sup>375</sup>. A efervescência das ruas foi reprimida com violência, e a grande massa da população, não contemplada pelas ações e propósitos diretos dos grandes proprietários, foi alijada de qualquer possibilidade de participação política<sup>376</sup>.

Essa massa populacional pobre e excluída dos mecanismos de participação política passou a ser um elemento de preocupação para os grupos dirigentes, desencadeando a necessidade de se estabelecerem estratégias de controle sobre a mesma. A manutenção do regime monárquico garantiria a preservação da unidade nacional porque constituía um consenso entre os grupos políticos pró-independência, e a nacionalidade, não sendo coesa, mas frágil, demandaria que sua organização se desse sob bases sólidas. Para tanto, procurou-se atrelar a imagem do Imperador ao Estado, convertendo-o paulatinamente no centro de aglutinação dos interesses da nação e no articulador da fundação de um novo pacto social pelo qual a autonomia do Brasil estaria assegurada tanto quanto a manutenção

---

<sup>374</sup> Para essa apreensão dessas representações: SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999. RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: Cerimônias e Imagens do Estado Monárquico do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

<sup>375</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, 1997. 2 vol. Tese [Doutorado]. Departamento de História – UNICAMP. p.9.

<sup>376</sup> Idem. *Ibidem*. p.9.

da ordem social e econômica vigente. Nesse processo, as Câmaras Municipais, especialmente as do Centro-Sul, tiveram um papel fundamental ao aderirem à autoridade de D. Pedro em oposição às Cortes de Lisboa, investindo no Príncipe Regente um poder de soberano, num acordo moderado que primava pela via da monarquia constitucional, engendrando um contrato liberal<sup>377</sup>.

Contudo, no Brasil independente o sentimento de nacionalidade ainda permanecia vago. Naquele momento, a causa da liberdade havia se transformado na “Causa Nacional”, entendida como autonomia<sup>378</sup>. A Independência era considerada um rompimento com o governo dominante em Portugal, mas que, por outro lado, não rompia de forma definitiva com a nação portuguesa, representada pela figura do Imperador. A aclamação de D. Pedro como Imperador não o desvinculava de Portugal, já que a Casa de Bragança era o laço que legitimava sua posição. O Brasil independente encontrava-se frente a frente com uma dupla tendência político-ideológica: pretendia-se assegurar o direito sagrado da Dinastia de Bragança de reinar e, ao mesmo tempo, fundar uma monarquia constitucional<sup>379</sup>.

As inclinações absolutistas tomadas pelo Imperador desagradaram a todos que apoiaram a Independência e suscitaram ainda mais a hostilidade da população em relação ao “elemento português” mas, por outro lado, diminuíram e demarcaram os espaços de cidadania e de participação popular. Os movimentos populares foram reprimidos com violência<sup>380</sup>. Em contrapartida, os aliados de D. Pedro I se encarregaram de legitimar entre a população a imagem do Imperador e da Monarquia Constitucional como o único sistema capaz de assegurar a ordem política e social. Para tanto, uma série de elementos, tanto da

---

<sup>377</sup> SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. Op. cit. p.147.

<sup>378</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. cit. p.7.

<sup>379</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice Franco Schiavenatto Carvalho. Op. cit. p.45.

<sup>380</sup> No Primeiro Reinado, a xenofobia popular foi intensa não só contra os portugueses, mas também contra pessoas de outras nacionalidades, como alemães e irlandeses, os quais foram atacados em 1828 no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Gladys. Op. cit. p.10.

cultura material (jornais, panfletos políticos) quanto da cultura imaterial (festas públicas, festejos religiosos e atos políticos de toda a sorte) foram promovidos com o máximo de ornamentos, evocando uma tradição e associando ao soberano as idéias de justiça, paz e equilíbrio<sup>381</sup>.

Esse clima político foi captado pelo inglês John Armitage que viveu na Corte no final dos anos 20 e início dos anos 30 do século XIX. Armitage trabalhou como livreiro e conviveu com muitos dos protagonistas da política brasileira daquele tempo, entre eles: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antônio Feijó, Teófilo Otoni, Evaristo da Veiga, entre outros. Armitage publicou em Londres, no ano de 1836, o livro *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*, publicado em português um ano depois<sup>382</sup>. Nessa obra, Armitage deu um tom dramático à história do Primeiro Reinado, enfocando-o como uma tragédia pessoal de D. Pedro I que se teria apartado de seus correligionários, destruindo a crença em sua adesão à monarquia liberal constitucional<sup>383</sup>.

John Armitage faz parte de um grupo grande de historiadores que escreveu a história do Brasil retratando a Independência como uma consequência natural, evolutiva e inevitável de seu processo histórico. Na obra de Armitage, o foco principal recai sobre a monarquia, interpretada como forjadora da independência e da unidade do Brasil Imperial. Para ele, assim como para tantos outros historiadores – Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro, apenas para citar alguns exemplos –, a nacionalidade transparece como uma

---

<sup>381</sup> Tanto Iara Lis quanto Maria Eurydice R. abordam de forma brilhante as representações simbólicas que procuraram associar e legitimar a imagem do Imperador e do Império à noção de contrato social no âmbito do espaço público. SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. Op. cit.; RIBEIRO, Maria Eurydice Franco Schiavenatto Carvalho. Op. cit.

<sup>382</sup> IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Op. cit. p.57.

<sup>383</sup> STEIN, Stanley. A Historiografia do Brasil. 1808-1889. In: Op. cit. p.84.

causa inerente à contraposição ser “brasileiro” *versus* ser “português”<sup>384</sup>. Dentro desses enfoques não se discute o mérito da questão da nacionalidade, tomada inexoravelmente como um sentimento particular à maioria dos brasileiros daquela época. Na interpretação desses historiadores, a grande rejeição a D. Pedro I, tanto por parte dos grupos políticos que o apoiaram quanto da população livre de uma forma geral, deveu-se principalmente em decorrência de sua insistência em se associar ao grupo português (ultra-conservador) na política e de beneficiá-los financeiramente, além de suas constantes ingerências na política de Portugal e, mais ainda, pelas transgressões à Constituição por ele cometidas<sup>385</sup>.

Os desdobramentos políticos e sociais advindos com a Abdicação e o chamado “Avanço Liberal” observado nas Regências, resultaram numa contra-reação vitoriosa do grupo conservador, entremeada por revoltas populares que eclodiram em diversas províncias do país ao longo de toda a década de 1830, persistindo algumas delas e provocando outras no decorrer dos anos 1840. Todos os fatores que envolveram os grupos liberal e conservador dentro desse jogo de interesses políticos e seus desdobramentos foram explicitados no capítulo anterior, cabendo aqui lembrar que o risco de desagregação do país, causado por essas revoltas, fez com que o regime monárquico fosse reafirmado – tanto por liberais quanto por conservadores – como o principal meio de se restabelecer a ordem e assegurar a preservação da unidade nacional. A Maioridade de D. Pedro II, seguida por uma série de reformas na legislação, todas elas de caráter conservador, resultaram numa reestruturação das instituições nacionais sobre bases conservadoras<sup>386</sup>. Sobre estas bases foram sendo estabelecidas as regras que regularam o jogo político do país por quase todo o Segundo Reinado, mormente durante o período determinado pela

---

<sup>384</sup> RIBEIRO, Gladys. Op. cit. pp.15-19.

<sup>385</sup> STEIN, Stanley. A Historiografia do Brasil. 1808-1889. In: Op. cit. p.85.

<sup>386</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice Franco Schiavenatto Carvalho. Op. cit. p.65.

historiografia como “Conciliação” (1850-1864), marcado por sua grande estabilidade política e concomitante surto de desenvolvimento econômico<sup>387</sup>. Os segmentos da sociedade que conseguiram fazer valer o direito de participar da política – majoritariamente os membros do grande comércio e os grandes proprietários rurais<sup>388</sup> – arregimentaram-se em torno dos partidos Liberal e Conservador, fazendo desses últimos as únicas vias institucionalmente capazes de defender seus interesses, permitindo-lhes o acesso à representação política<sup>389</sup>.

Foi dentro desse contexto que viabilizou-se uma tentativa sistematizada de se pensar e de se representar a história do Brasil. A instalação das bases do Estado Nacional brasileiro pela elite política imperial – conservadores e liberais – fez parte de um empreendimento que, num viés ideológico<sup>390</sup>, delineou um perfil próprio para a nação brasileira como elemento integrador e legitimador da ordem política, social e econômica instaurada. A orientação básica dada a esse empenho visou, no plano externo, conferir à nação brasileira uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações e, no plano interno, identificá-la como representante da idéia de “civilização” no Novo Mundo<sup>391</sup>. Um dos elementos que contribuiu sobremaneira para a inculcação de uma noção identitária para a nação brasileira foi o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, a

---

<sup>387</sup> FREITAS, Marcus Vinícius de. *Charles Frederick Hartt, um Naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (Humanitas). p.26.

<sup>388</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.11.

<sup>389</sup> PAIM, Antônio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarin, 1998. pp.73-74.

<sup>390</sup> O conceito de ideologia com o qual trabalho segue nos termos colocados por Mario Stopino no dicionário de Política de Norberto Bobbio. Stopino designa como sendo o seu “significado fraco” aquele que “(...) designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 9ª ed. vol. 1. p.585.

<sup>391</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In: Op. cit. p.7.

partir de uma proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa e do brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos junto à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>392</sup>.

### 3.3 - Relação entre literatura e história.

As reflexões que seguem versam sobre a formulação de uma noção identitária para o Brasil e para os brasileiros em meados do século XIX, designada a partir de um viés político cujo elemento aglutinador foi a história. Essa análise vislumbra uma melhor compreensão a respeito do pensamento historiográfico brasileiro no século XIX, discorrendo sobre suas principais referências. Compreender o papel do IHGB nesse processo é de fundamental importância para que se possa fazer uma contraposição sobre as maneiras como a história foi assimilada e utilizada pelo grupo liberal de Minas Gerais nesse sentido, tomando como exemplo o periódico literário *O Recreador Mineiro*. A intenção não é simplesmente observar se a prática historiográfica se manifestou ou não da mesma forma nessas duas fontes de produção da memória. O que pretendo é tentar demonstrar como esses respectivos discursos trouxeram consigo o posicionamento desses grupos frente aos seus interesses, na medida em que compartilhavam da mesma “cultura histórica” no momento da formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro. Isso não quer dizer que existiu uma mesma visão sobre a história no *Recreador Mineiro* e no IHGB. Entre esses grupos existiram denotadas diferenças que podem ser identificadas para além de suas respectivas referências políticas. Aqui serão privilegiadas as práticas discursivas de ambos a respeito da história, particularmente sobre a história do Brasil e, no caso do *Recreador Mineiro*, as relações entre história, romance e folhetins.

---

<sup>392</sup> IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Op. cit. p.61.



Os sentidos políticos, tanto do IHGB quanto do *Recreador*, convergiam à corporificação de uma identidade nacional brasileira porque os interesses de seus respectivos grupos dependiam, naquele momento, de sua aceitação dentro de uma ordem política assentada sob as bases de uma monarquia constitucional fortemente atrelada ao poder pessoal do Imperador. Já suas práticas discursivas se diferenciavam porque as relações de poder entre a Corte e a província de Minas Gerais distinguiram-se, impondo significações também discordantes sobre quais deveriam ser os princípios norteadores dessa nacionalidade.

Desde o início do século XIX, o *pensar* a história no sentido de formular-lhe os parâmetros e os foros de cientificidade já haviam se configurado na Europa dentro do espaço das universidades<sup>393</sup>. Nesse ambiente, o discurso histórico articulou-se num quadro mais amplo, colocando a discussão sobre a questão nacional em uma posição de destaque. O Brasil não fugiu muito a essa regra, tendo no IHGB o seu representante mais conhecido e destacado daquele século. A abordagem da história do Brasil pelo grupo social ligado ao IHGB – pertencente à “boa sociedade”<sup>394</sup> –, apresentava-se comprometida com a elevação do sentimento de nacionalidade.

O projeto do IHGB era, portanto, revelar a chave que traria à tona o verdadeiro caráter da nação brasileira. Através de uma concepção de história atrelada a valores ilustrados, esse campo do conhecimento era apresentado como um palco de experiências de onde poderiam ser filtrados determinados modelos úteis para o presente e futuro e sobre os

---

<sup>393</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis S. Nação e civilização nos trópicos. In: Op. cit. p.6.

<sup>394</sup> Segundo Ilmar R. de Mattos, a “boa sociedade” era, no quadro da sociedade imperial, constituída pelo grupo dos cidadãos ativos, ou seja, pessoas com “capacidades e habilitações”; sempre brancas, com liberdade e proprietárias de escravos, com capacidades para governar – quer a si próprio, quer o conjunto da sociedade, sempre vista como necessitando ser ordenada. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. pp. 112-113.

quais os homens deveriam apoiar-se no sentido de melhor orientar suas ações<sup>395</sup>. O IHGB herdou uma concepção clássica de história “mestra da vida”, que ensina através dos exemplos do passado para que o homem possa refletir acerca da evolução dos povos e suas civilizações. Dentro dessa perspectiva, a história foi percebida de forma linear e progressiva, articulando futuro, presente e passado. Novamente a matriz ilustrada se apresentou e se reforçou pela intenção do IHGB de esclarecer e orientar aqueles que ocupavam um lugar privilegiado na sociedade, veiculando um “saber” que diziam querer irradiar para o resto da população<sup>396</sup>.

Para o IHGB, a gênese da nação brasileira inseriu-se na corrente da civilização e do progresso. O Brasil “surge” como o desdobramento natural de uma civilização branca e européia nos trópicos, ou seja, uma continuidade da obra iniciada pelos portugueses: “Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.”<sup>397</sup>

Essa ênfase sobre o nacionalismo, tomado como um processo sem rupturas com o passado colonial português, está, sem dúvida, associada às relações travadas entre o Estado e os membros do IHGB, muitos dos quais foram educados de acordo com a tradição jurídica de Coimbra, sendo, portanto, treinados para seguir carreira nos aparelhos burocráticos de Estado<sup>398</sup>. Mas, apesar da preocupação desse Instituto em não se auto-definir como oficial mas, fundamentalmente, como uma instituição científico-cultural, é

---

<sup>395</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 90*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 1998. p.32.

<sup>396</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In: Op. cit. p. 7.

<sup>397</sup> Idem. Ibidem. p.7.

<sup>398</sup> A partir da lista dos 27 fundadores do IHGB, têm-se uma amostra significativa do perfil intelectual daquela instituição. Muitos de seus sócios exerciam funções burocráticas dentro do próprio Estado, como na magistratura ou no âmbito militar. Parte significativa dos fundadores era nascida em Portugal, e sua vinda para o Brasil estaria motivada pelas transformações ocorridas na Europa a partir das invasões napoleônicas na Península Ibérica. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In: Op. cit. pp. 9-10.

inegável a existência de uma relação estreita entre a produção historiográfica promovida pelo IHGB e governo do Estado brasileiro: uma história fortemente carregada de sentido político e legitimadora do presente<sup>399</sup>.

A maior realização do IHGB foi a publicação de sua *Revista*, iniciada em 1839, trazendo em seus primórdios a edição de documentos mais do que estudos originais<sup>400</sup>. Portanto, o objetivo do IHGB era escrever a história do Brasil, e os esforços nesse sentido foram alavancados a partir de 1840, quando seu secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa propôs um prêmio a quem apresentasse uma monografia sobre a melhor forma de escrever a história do Brasil. O vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, com a monografia intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, premiada em 1847, mas que já havia sido publicada pela *Revista* do IHGB em 1845<sup>401</sup>.

Esse texto, de destacado pragmatismo, lançou os pontos complementares das ações a serem desenvolvidas pelo Instituto Histórico a fim de alcançar seus objetivos. De uma forma geral, Martius apontou os caminhos de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade nacional tomando como ponto de partida as especificidades da nação em construção. Esse historiador argumentou que a escrita da história do Brasil deveria se pautar naquilo que lhe é mais particular no quadro mais amplo das nações, destacando o papel que cada uma das três “raças” humanas tiveram na construção dessa nação, evidenciando o grau de contribuição que cada uma delas teve nesse processo.

Martius se esforçou para propor a melhor forma de se “estudar” cada uma dessas “raças”, tomando como aparato auxiliar da pesquisa histórica as “investigações etnográficas” e o “estado de direito”, também as pesquisas arqueológicas, a análise do

---

<sup>399</sup> Idem. *Ibidem*. p.10.

<sup>400</sup> IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Op. cit. p. 63.

<sup>401</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: Op. Cit.

papel do comércio marítimo, das legislações, das instituições leigas e religiosas, ou seja, tudo o que envolvia a vida de um povo e que revelava o seu “grau de civilidade”<sup>402</sup>. Não se deve esquecer que as referências teóricas adotadas eram eurocêntricas, conduzidas pela idéia de civilização.

Ao branco – elemento português –, Martius atribuiu uma superioridade hierárquica, justamente porque foi o elemento “civilizador”, aquele que conduziu índios e negros a um estágio superior de civilidade. Por isso, deveriam merecer destaque as obras realizadas pelas ordens religiosas:

“Em geral, devemos reconhecer que a atividade de todas estas ordens não era desfavorável ao Brasil. Nós vemos muitas vezes que elas eram os únicos motores de civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento.”<sup>403</sup>

Quanto ao índio, Martius procurou valorizar os estudos a seu respeito no sentido de melhor integrá-lo à história nacional. A partir da etnografia (naquele tempo, tomada como o estudo dos povos que careciam de história<sup>404</sup>), seria possível apreender elementos de sua cultura que contribuiriam para a construção de mitos da nacionalidade, assim como utilizar dessas informações para a ampliação do círculo civilizatório e redução da barbárie<sup>405</sup>.

Em relação ao negro, Martius discorreu, em pouquíssimas linhas, sobre a abordagem etnográfica que deveria ser feita sobre aquela “raça”. Ele enfocou muito mais a importância de se investigar a atuação do português em terras africanas ou os desdobramentos econômicos da escravidão nas diferentes fases da história de Portugal e do Brasil.

---

<sup>402</sup> KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas: Como se deve escrever a história do Brasil? In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.) *Histórias do ensino da História do Brasil*. Rio de Janeiro: ACCES, 1999. p.15.

<sup>403</sup> MARTIUS, Karl Phillip Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: Op. cit. p.394.

<sup>404</sup> KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas. In: Op. cit. p.20.

<sup>405</sup> Idem. Ibidem. p.20.

Também foi digna de menção a proposta de se abordar a história das diferentes regiões e províncias do país, porém, tendo sempre como princípio norteador uma interpretação orgânica sobre essas localidades, de modo que esse enfoque contribuísse para a fundamentação da idéia de um Estado centralizador:

“(...) deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e a grandeza do país. Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monárquico Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra.”<sup>406</sup>

Em síntese, para se escrever a história do Brasil, na opinião de Martius, era fundamental transmitir a idéia de uma totalidade, construir a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos. A intelectualidade, ademais, deveria firmar uma aliança com o poder monárquico constitucional para a realização dessa tarefa em benefício do país. No entanto, essa “associação orgânica” entre Estado e grupos dirigentes foi uma tarefa mais complexa do que o proposto pelo naturalista bávaro, conforme foi observado no capítulo 2. As divergências políticas entre os grupos dirigentes imperiais arrefeceram-se somente entre a década de 50 e meados da década seguinte, no período da Conciliação.

Retomando o foco de análise sobre a historiografia no século XIX, pode-se dizer, de uma forma geral, que o século XIX foi por excelência o século que assinalou na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica, através do Romantismo<sup>407</sup>. A partir do século XVIII, sob o signo da razão, abandonou-se a concepção de história até

<sup>406</sup> MARTIUS, Karl Phillip Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: Op. cit. p.402.

<sup>407</sup> GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. p.14.

então dominante que a concebia como um ciclo de revelações do poder divino por meio dos atos e das vontades de Deus. O Iluminismo, tomado pela noção de *progresso* e associado ao avanço dos Estados nacionais, modificou o enfoque dado à história, passando-se a evidenciar o relato dos fatos, a biografia dos homens célebres, cuja ação atestava o aperfeiçoamento do homem e o domínio da vida pela espécie humana: “É o despontar mesmo do Estado moderno, aliado à esperança então depositada no nacionalismo, que explica o primado da história política e o exame privilegiado de suas grandes personalidades.”<sup>408</sup> No século das Luzes, creditou-se à razão a capacidade de promover, pelo exercício reformador do entendimento crítico e do juízo esclarecido, a história pela civilização<sup>409</sup>.

O discurso histórico no Romantismo, por sua vez, deixou de ser puramente descritivo para se tornar interpretativo e formativo. A história “mestra da vida” constituiu o discurso privilegiado para se edificar a civilização. Conforme aqueles preceitos, seria o homem o impulsionador da história, não o homem puramente racional, e sim o homem na sua individualidade, na sua complexidade psicológica, dotado de capacidade imaginativa e de sensibilidade. Esse indivíduo era visto como o portador de uma identidade, não apenas aquela inerente à sua personalidade, mas do grupo ao qual ele fazia parte. É nesse sentido que, no Romantismo, a história procurou captar essas individualidades aglutinando-as em grupos, comunidades, nações, civilizações. Dentro desse contexto, começaram a ser formuladas as idéias propulsoras do sentimento de pertencimento e, por conseguinte, dos princípios de nacionalidade<sup>410</sup>.

---

<sup>408</sup> LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Razão e imaginação no Ocidente. São Paulo, Brasiliense. 1984. p.119.

<sup>409</sup> GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: Op. cit. p.15.

<sup>410</sup> Idem. *Ibidem*. p.15.

Para tanto, fez-se necessário investigar de perto a “realidade” desses grupos, não só o que compreendia seus aspectos políticos, jurídicos, econômicos, científicos e institucionais, como também de seus aspectos culturais. E foi justamente o discurso histórico que serviu de base para integrar e divulgar esse “saber”. A História foi invocada para tentar responder a essas questões, não porque ela era encarada como detentora de um poder divino, tal como acreditavam os homens da Idade Média, ou uma “Inteligência-Máquina,” fruto de uma razão superior como se supunha no alvorecer do Iluminismo, mas para atender aos desígnios de uma sociedade que passava a ser fundamentada sob a égide da liberdade, demandas encabeçadas pela burguesia que queria se ver “cristalizada” historicamente. A história, então, ampliou seu repertório e passou a trabalhar com configurações nacionais, étnicas, sociais e culturais, enfim, a história foi invocada para responder questões do plano humano ligadas ao processo histórico e, ao se configurar uma historicização geral do modo do homem conceber-se no universo, assumiu amplo sentido e vigência<sup>411</sup>.

Pode-se dizer que, de certa forma, tanto o IHGB quanto o *Recreador Mineiro* interiorizaram a perspectiva sobre o papel da história que tomou lugar a partir do século XIX com o Romantismo. O IHGB, por meio de sua proposta de pensar a história do Brasil comprometida com a tarefa de conferir uma identidade à nação brasileira, em sua multiplicidade de aspectos, os quais já foram delineados anteriormente; já o *Recreador Mineiro* traz no artigo *O Romance* a chave para que possamos compreender melhor sua concepção de história, bem como sua ligação com a “cultura histórica” de seu tempo:

“Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhe outra aparência, orna-os de outras molduras; enquanto que o romancista,

---

<sup>411</sup> Idem. Ibidem. p.19.

parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e os vícios do seu tempo e povo; e deleitando, mais propende à verdade do que a história. A história, com todos os fumos de antiga aristocracia, apenas demora suas vistas soberanas sobre os altos casos, reis, suas vitórias, desastres e política: o romance, menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo e, modesto segue a índole e caráter nacional.”<sup>412</sup>

Esse trecho é fundamental para se compreender sob qual ponto de vista história e literatura foram consideradas pelos redatores: a história é tomada como narrativa dos fatos do passado, atrelada a valores absolutistas e, por isso, descrevendo somente aquilo que diz respeito aos “grandes homens” e seus feitos. A história é tida, então, como incompleta, justamente por não cumprir de forma satisfatória o papel social que lhe cabe que é ensinar por meio de exemplos. O romance, por sua vez, assemelha-se à história pelo fato de ser também uma narrativa. No entanto, possui uma abrangência temática maior e engloba aspectos que envolvem os mais diversos grupos da sociedade e, por isso, é merecedor de maiores méritos. Assim como a história, o romance passa a pertencer à categoria pragmática de “mestre da vida”:

“(…) o observador que atente com cuidado os romances dos diversos povos e idades tirará muitas vantagens para o conhecimento dos costumes e alcançará o fio que lhe servirá de guia no intrincado labirinto do coração humano. Outra vantagem também vê-se no romance, e é o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos seguidos e aumentados na sua história; por isso que cada um romance, sendo o representante das idéias que dominam o país, e trazendo o cunho do século que foi composto, descobrirá destarte qual a marcha que em sua viagem tem feito certas crenças, quais os países em que foram adotadas ou repelidas e quais aqueles enfim em que ficaram naturalizadas.”<sup>413</sup>

---

<sup>412</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.2, 15/01/1845. p.19.

<sup>413</sup> *Ibidem*. Tomo I. n.º.2, 15/01/1845. p.20.



No entanto, no artigo supracitado, não fica explícito que o romance em questão é o romance romântico. Estes romances são, na verdade, romances que se aproximam daquilo que Sandra Guardini T. Vasconcelos denomina “romance moderno”<sup>414</sup>, surgido na Europa no século XVIII<sup>415</sup>. O que diferencia esses romances dos outros estilos literários anteriores, porém semelhantes, é o que essa autora, baseada na tese de Ian Watt<sup>416</sup>, denomina como “realismo formal”. Segundo ela, realismo formal é:

“(...) uma convenção que não significa que o relato da vida humana apresentado pelo romance seja mais verdadeiro do que aqueles apresentados através das diferentes convenções dos outros gêneros literários. Trata-se, nesse caso, de um conjunto de técnicas narrativas que buscavam produzir um relato autêntico das experiências reais dos indivíduos, de um modo de apresentação que se apoiava no repúdio a enredos oriundos da tradição, na busca de uma linguagem mais referencial, e portanto mais próxima do cotidiano, na particularização das personagens e do espaço, na temporalidade, e no princípio da causalidade como motor do enredo.”<sup>417</sup>

Portanto, o “realismo formal”, nos moldes como foi apresentado por Watt, não se resume a uma reprodução artística da realidade como imitação da natureza ou busca do “semelhante”. A sua tendência é captar o típico, o característico do movimento social; é apreender a totalidade num destino individual e representá-los sob a forma artística. É na homologia entre a forma literária e o processo social que reside a força do argumento daquele autor<sup>418</sup>.

---

<sup>414</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

<sup>415</sup> Os folhetins publicados no *Recreador Mineiro* são, na sua maioria, de referência estrangeira. Suas páginas relatam as facetas do dia-dia porém, não revelam o olhar paisagístico, a descrição de tipos exóticos ou lista espécimes da fauna e flora brasileira, tampouco a descrição pitoresca de ambientes e costumes de tempos remotos, sejam eles de qualquer lugar. Nenhum romancista brasileiro assina-os, sequer a autoria é identificada. De modo geral, a referência é francesa ou inglesa, os episódios transcorrem em países diversos.

<sup>416</sup> WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Texto de 1957.

<sup>417</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Op. cit. p.14.

<sup>418</sup> Idem. Ibidem. p.14.

Diante desse último argumento, Sandra Vasconcelos embasa sua tese, afirmando que não é apenas o realismo formal a peça chave do romance. Segundo ela, além da rejeição aos enredos tradicionais, do individualismo e subjetividade, da coerência e unidade de concepção, da credibilidade e da probabilidade etc., os romances modernos também revelam a presença do surpreendente, do proibido, do bizarro, do inexplicado – elementos tão presentes, por exemplo, nos romances góticos<sup>419</sup> – que também pertencem à ordem da experiência humana<sup>420</sup>. Essa autora questiona, portanto, a caracterização do romance pura e simplesmente a partir do realismo formal, afirmando que o mesmo é insuficiente para dar conta da multiplicidade de caminhos percorridos pelos romancistas do século XVIII. Em sua tese, Vasconcelos não busca caracterizar o romance a partir de elementos como a probabilidade, conduta moral, plausibilidade etc., mas efetivamente no espectro inteiro da experiência humana como sua matéria, e associá-lo aos aspectos concretos entre a ascensão da burguesia e suas representações a partir da literatura<sup>421</sup>.

Muitos dos elementos encontrados nos folhetins publicados no *Recreador Mineiro* estão vinculados aos valores burgueses, ou seja, aos valores liberais. Foi exatamente nesse sentido que durante o século XVIII, diante dos preceitos iluministas, o romance foi apropriado como um instrumento de valor pedagógico, passando a adquirir prestígio social, sobretudo porque esteve vinculado à idéia de “defensor dos princípios democráticos”<sup>422</sup>.

---

<sup>419</sup> No século XVIII, o romance gótico está ligado a tudo o que é produzido pela imaginação desordenada, o inacreditável. Além disso, outro aspecto desse tipo de literatura é a “mística” estranha, terrificante e sobrenatural aceita pelo público burguês consumidor de literatura. CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). Op. cit. p.161. No *Recreador Mineiro* existem folhetins que evidenciam aspectos góticos. São eles: *O Padre Laurêncio* (*O Recreador Mineiro*, pp.179/185 e pp. 202/208), *Lúcifer* (*O Recreador Mineiro*, p. 308), *Uma alma do outro mundo* (*O Recreador Mineiro*, p.424), *Terror Pânico* (*O Recreador Mineiro*, p.469), *O noivo defunto* (*O Recreador Mineiro*, p.789 e 809), *O Palácio do Diabo* (*O Recreador Mineiro*, p.833 e 849).

<sup>420</sup> VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. Op. cit. p.22.

<sup>421</sup> Idem. Ibidem. p.24.

<sup>422</sup> Idem. Ibidem. p.10.

Dentre as premissas liberais burguesas mais constantes nesses folhetins estão: o casamento e a família, a moral cristã, a valorização das instituições democráticas e das leis, a negação dos princípios aristocráticos ou do *Ancien Régime*.

O folhetim *Envergonhei-me de mim mesma e tive medo!*<sup>423</sup> exemplifica muito bem a forma como alguns desses valores são apresentados. A história relata um episódio ocorrido com a Condessa Amélia e sua família em sua casa em Paris. Essa condessa havia se interessado por um jovem mancebo chamado Theobaldo de Montlue, o qual havia se enamorado dela e da Madame de Maley, ao mesmo tempo. Theobaldo procurou então se aproximar da Condessa, indo uma noite à sua casa, conseguindo entrar nos seus aposentos por intermédio de uma das criadas da casa. O marido não viu a entrada de Theobaldo nos aposentos de sua mulher, que eram separados dos seus.

Amélia mostrou-se bastante receptiva à visita do jovem:

“A Condessa amava este mancebo ardente e belo; como ele mesmo disse; naquele momento pensava nele; talvez mesmo esperava um pouco esta misteriosa visita; deixou portanto de fingir uma cólera que estava longe de seu coração; seu rosto corava, seus lábios se sorriam; e entregou a Theobaldo essa alva e delicada mão, que com razão louvava esse atrevido mancebo (...).”<sup>424</sup>

Naquele exato momento eles ouviram alguém chamando pela Condessa Amélia. Era o seu marido, dizendo que sua filha estava muito doente. Então, subitamente, ela foi tomada pela consciência de seu ato: “(...) o amor materno dissipou então todo o mais amor e susto (...) E seu rosto que acabava de corar de prazer ficou mais branco que o filó de seu lenço.”<sup>425</sup> O Conde, muito transtornado, revelou de uma só vez todo o amor que ele sentia por ela e pela sua família. Sob uma forte carga emotiva o Conde diz:

<sup>423</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº1, 01/01/1845. pp.9-12.

<sup>424</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.9.

<sup>425</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.10.

“Há uma hora que eu era tão feliz! Entrava sossegado para o meu quarto e dizia comigo: - Amélia, a minha Amélia dorme tranqüila; amanhã eu a abraçarei depois de uma noite sossegada; a dois passos dela descansa a minha filhinha; ao almoço a pequenina passará dos braços de uma aos braços do outro, e cada vez mais alva, mais fresca, mais querida. Sou o homem mais feliz do mundo! Moço, rico, amado de minha mulher, e dentro de alguns anos também de minha filha!”<sup>426</sup>

Amélia é tomada por um sentimento de culpa; a culpa por ter traído não só o seu marido, mas também a sua família:

“E assim, esse homem, que chorava em seu seio, que havia uma hora se julgava tão feliz, era ferido ao mesmo tempo com dois golpes mortais, e só sabia ainda de metade de suas desgraças. E ela, também não era ferida? Não ia perder a filha?”<sup>427</sup>

Aqui, a moral cristã apresenta-se de forma clara. A mulher é colocada como aquela que deve, sobretudo, zelar pela sua família, caso contrário, ela pode sofrer os castigos divinos:

“Deus me castiga, dizia ela fechando os olhos para não ver a dor de seu marido, e as angústias de sua filha. Ainda não sou criminosa, mas o castigo precede a culpa. E, entretanto, quantas mulheres vivem cercadas de linda e tenra família, que não tem um crime só, mas cem!”<sup>428</sup>

Ela se assegura de que seu gesto de traição é um pecado, e que a doença de sua filha é um castigo de Deus. Por isso, ela pensa na confissão, esperando que esse castigo recaia sobre ela, não sobre sua filha. Porém, ela começa a se redimir quando passa a se questionar se o gesto de traição que cometera realmente valia a pena, perguntando-se se Theobaldo realmente a amava e se a beleza e o espírito altivo desse mancebo justificavam o seu sofrimento: “Depois, animava-se mais e perguntava a si mesma se não daria todo o amor,

<sup>426</sup> Ibidem. Tomo I. n.º1, 01/01/1845. p.10.

<sup>427</sup> Ibidem. Tomo I. n.º1, 01/01/1845. pp.10-11.

<sup>428</sup> Ibidem. Tomo I. n.º1, 01/01/1845. p.11.

afeição e ternura de Theobaldo por um sorriso de uma filhinha única.”<sup>429</sup> Amélia questionou-se sobre a sinceridade do amor de Theobaldo. Questionou-se também se, se lhe fosse permitido escolher entre o pai de sua filha e o jovem mancebo, quem ela escolheria?

E diz:

“Que fatalidade a tinha levado a esta intriga que tinha chamado de paixão? Uma rivalidade de mulher, e nada mais. Oh meu Deus! E porque deixava ela a Madame de Maley o seu amante? Talvez que então, em vez de chorar se sorrisse junto ao berço (...).”<sup>430</sup>

O Conde não desconfia sequer um instante de sua mulher de tão estupefato que fica diante daquela situação. A família chama um médico que examina a criança e atesta que ela sofreu apenas uma crise nervosa e que já havia melhorado.

Posteriormente, o criado entrega ao Conde uma carta da Madame de Maley, lendo-a, ele brada: “Doutor, conheceis os meus dois tesouros, minha filha e minha mulher (...) pois bem: receei muito ainda agora pelos dias de uma, e caluniam a outra.”<sup>431</sup> Aqui, o homem é apresentado como elemento que se pauta na correção da conduta, que valoriza e ama a sua família. Ele é o grande referencial para a sua mulher e que, por isso, ela deve sempre valorizá-lo.

Dessa forma, a Condessa Amélia toma uma atitude em prol da família, dizendo ao jovem Theobaldo que ele deixe a sua casa e a sua vida para que ela possa se dedicar inteiramente ao seu marido e à sua filha. De uma só vez, ela exprime todo o sentimento pelo qual passou:

“Senhor, lhe diz ela, eu não vos amo; amo a meu marido e a minha filha (...) perdoai-me, e em nome do céu saí... Vossa presença neste lugar me fez conhecer dois sentimentos que eu ainda não havia

<sup>429</sup> Ibidem. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.11.

<sup>430</sup> Ibidem. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.11.

<sup>431</sup> Ibidem. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.12.

experimentado até hoje: Envergonhei-me de mim mesma e tive medo!”<sup>432</sup>

Esse folhetim exprime, enfim, exemplos de como a mulher, e os indivíduos de uma maneira geral, devem se comportar, apresentado normas de conduta e de princípios éticos, por meio dos quais os preceitos morais cristãos, de valorização da família – elemento primordial da sociedade burguesa – e de convivência harmônica, são postulados como legítimos, portanto, dignos de serem seguidos.

Aliás, a mulher é um dos personagens mais elementares do *Recreador Mineiro*. Ela transparece, na maioria das vezes, representada exatamente dentro dos moldes de uma nova ordem social advinda com a ascensão da burguesia. Nas palavras de Sandra Vasconcelos: “Na nova ordem burguesa, portanto, passamos a ter uma especialização de funções e uma nova divisão de tarefas: aos homens cabe trabalhar e sustentar a casa e às mulheres, a administração do mundo doméstico”<sup>433</sup>. Dessa maneira, a representação das mulheres, a qual se dá nas mais diversas seções daquele periódico, incita à idéia de que a elas cabia apenas o casamento, como uma das poucas ocupações legítimas à sua disposição. Pode-se observar esse tipo de abordagem, por exemplo, no folhetim *Um dia de entrudo em Milão*<sup>434</sup>. Esse folhetim narra a história de uma cantora de ópera chamada Antonina, a qual se encontrava nervosa no quarto de uma hospedaria porque o dia de sua apresentação havia sido antecipada e ela ainda não estava preparada para cantar em boas condições. Foi quando entrou em seus aposentos uma dama que se dizia nobre e cujo sonho era cantar a ópera que Antonina iria executar, de nome *A Mascarata*. Essa dama pediu a Antonina para

---

<sup>432</sup> Ibidem. Tomo I. nº1, 01/01/1845. p.12.

<sup>433</sup> VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. Op. Cit. p.93.

<sup>434</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.3, 15/02/1845. pp.36-41.

cantá-la em seu lugar, já que sua encenação era inteiramente realizada com o uso de máscaras e, portanto, ninguém ficaria sabendo da fraude.

Inicialmente, Antonina achou tudo aquilo um absurdo, mas vendo-se incapaz de executar a peça satisfatoriamente, concedeu à dama esse privilégio, ciente de que ela o faria bem. A apresentação foi tão bem sucedida que choveram cartas de amor no camarim de Antonina. Esta se arrependeu de ter dado àquela dama a oportunidade de cantar em seu lugar porque ela não conseguiria fazê-lo de forma tão esplêndida. A dama lhe diz que isso não era um problema já que agora ela poderia escolher com quem ela gostaria de se casar, tendo em vista que uma quantidade enorme de nobres havia feito esse convite para ela. Assim, Antonina se casou com um Barão Alemão da corte de Berlim.

Essa é uma das visões que se tem da mulher no *Recreador*: a ela cabe o destino de se casar e só assim ela será feliz. Os folhetins publicados naquele periódico, cujos traços apontam para o romance moderno, colocam em pauta um dos grandes debates daquele período, que é a questão do casamento por amor *versus* o casamento por conveniência, discutindo as vantagens e desvantagens de ambos<sup>435</sup>. Em *Muito Tarde*<sup>436</sup>, Elisa de Coetvagen, uma jovem e nobre francesa, e Tiago, um jovem plebeu estão para se casar. Ela está visivelmente insatisfeita, porém, o casamento foi um arranjo entre seu pai e o pai de Tiago, seu criado. Este senhor havia comprado grande parte do patrimônio do pai de Elisa, a fim de salvá-lo da ruína causada pela onda revolucionária. Em retribuição, o pai de Elisa concedeu a mão de sua filha, trocando a fortuna pelo nome. O autor, desse modo, atribui valor ao evento: “Assim, os grandes acontecimentos reagem sobre as pequenas coisas: a França, deslumbrada pelo brilho de uma nova luz, via confundirem-se todas as ordens, cada

---

<sup>435</sup> VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. Op. cit. p.93.

<sup>436</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.2, 15/01 1845. pp.21-29.

parcela une-se para formar uma massa compacta, uma só e única família.”<sup>437</sup> Ou seja, a formação da nação francesa, atribuída aqui pela Revolução Francesa, é valorizada em dimensões relativas à importância da família, elemento central da sociedade burguesa, como foi dito anteriormente.

A insatisfação de Elisa perturba Tiago. O jovem rapaz certifica-se de que aquele não era o casamento com o qual ela havia sonhado. Elisa diz que o seu papel é ser obediente ao marido: “– Senhor, disse Elisa com voz fraca, eu obedeco, e nunca me ouvireis uma queixa, uma argüição (...).”<sup>438</sup> Aqui se apresenta novamente a atribuição de papéis, de lugares reservados às mulheres dentro da escala social, na sua domesticidade e subserviência em relação aos homens.

Tiago, apaixonado, se declara à Elisa, comovendo-a com a sinceridade de suas palavras. Entretanto, diz que não permaneceria em um lar no qual ele não era bem vindo e que partiria. Sua partida tem um lugar certo: as fileiras das tropas de Napoleão. Aqui, o autor expressa uma valorização da nacionalidade, atribuindo à nação a característica benéfica de acolher a todos sem distinção de classes:

“– A França tem necessidade de cada um de seus filhos; vou servi-la (...) ela não me há de perguntar se sou nobre, para me amar, sou um de seus filhos (...) Se ouvirdes falar de alguma bela ação que eu tiver feito, dizer então convosco que foi a vossa lembrança que me engrandeceu, que me deu coragem, e que, depois do meu país, seria por vós, que eu quisera dar minha vida.”<sup>439</sup>

Assim sendo, Tiago parte para defender a nação, também porque essa era uma função que lhe cabia como homem. Elisa chora, porque já o amava.

---

<sup>437</sup> Ibidem. Tomo I. nº.2, 15/011845. p.21.

<sup>438</sup> Ibidem. Tomo I. nº.2, 15/011845. p.22.

<sup>439</sup> Ibidem. Tomo I. nº.2, 15/011845. p.23.



Oito anos se passaram e Elisa tinha se tornado uma dama de feições graves, porém permanecera bela. Ela ainda se lembrava de Tiago com amor. Num determinado momento da trama, um nobre procura por Elisa para lhe dizer que Tiago alcançara sucesso nas tropas de Napoleão e que grande parte daquelas tropas lhe era fiel. O plano do nobre era convencer Tiago a passar para o lado dos contra-revolucionários, mediante as juras de amor de Elisa e, assim, conseguir a adesão do maior número de soldados para a contra-revolução. Elisa o adverte dizendo que Tiago era totalmente fiel a Napoleão e que seu amor à nação era maior do que tudo. O nobre senhor a interpela e pede para que ela escreva para Tiago, chamando-o para uma conversa em seu palácio.

Tiago vai ao encontro de Elisa. Eles ainda se dizem apaixonados. Ela se lembra do compromisso firmado com o Senhor de Massol, o nobre, e procura aliciar Tiago mediante juras de amor. Ela afirma que também ama a França, mas que Napoleão é um usurpador e que para a felicidade do país, os reis legítimos deveriam ser re-empossados. Tiago então esclarece a sua concepção sobre os lugares que caberiam tanto ao homem quanto à mulher na sociedade:

“– Elisa, deixa aos homens o triste cuidado de regular a sorte dos povos, não tente pesar seus destinos; a balança é muito pesada para tua mão. A nós pertencem os vastos trabalhos, os brados de guerra; a ti, os cantos de amor e de felicidade. Contente-se em ser amada, não procures abalar o Trono que a nação sustenta: tu não sabes o que me pedes (...).”<sup>440</sup>

Tiago se vai e, anos mais tarde, ele é ferido e morre na batalha de Waterloo. Elisa ainda consegue vê-lo moribundo. Ele jura amor pela França e por Elisa. Ela chora a morte de seu esposo, porém já era muito tarde.

---

<sup>440</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.2, 15/011845. p.28.

Enfim, nesse folhetim fica expressa a maneira pela qual a mulher era representada no *Recreador Mineiro*. Tais “romances-folhetins” dão ênfase à exemplificação de mulheres ocupadas com a família, com a criação dos filhos ou, pelo menos, expõem os valores com que deveriam se preocupar. As prendas que elas aprendiam eram sempre ligadas ao desenho, à dança, a música, os trabalhos de agulha, as normas de comportamento, ou seja: o mundo da casa e da família. Já para os homens, o mundo do trabalho, da política e do poder<sup>441</sup>, veiculados em artigos que destacam noções de valorização da nação e da nacionalidade, como observado no caso de *Muito Tarde*.

Esses são apenas alguns dos exemplos das formas como esses valores são disseminados pelos folhetins publicados pelo *Recreador*, colocados numa perspectiva pedagógica, esses “romances” contribuíram para forjar a imagem de uma mulher virtuosa, de cujo decoro dependia toda sua vida e futuro<sup>442</sup>. Dessa maneira, pode-se dizer que aqueles “romances” podem ter tido um papel crucial na construção do gênero também no Brasil, articulando e propagando noções de domesticidade, remetendo aos leitores à idéia de que às mulheres cabia apenas a esfera privada, de que elas eram seres biologicamente inferiores, socialmente subordinadas e portadoras de qualidades naturais que as tornavam mais afeitas ao mundo da casa, enquanto ratificavam a noção do homem como um ser público<sup>443</sup>. Aliás, de acordo com Antônio Cândido, é a função pedagógica um dos pontos-chaves do romance, que se soma à função de divertir e edificar os leitores<sup>444</sup>. Essa proposta se confunde com os objetivos do próprio *Recreador Mineiro*, que é ensinar

---

<sup>441</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Op. cit. p.95.

<sup>442</sup> Idem. Ibidem. p.96.

<sup>443</sup> Idem. Ibidem. p.97.

<sup>444</sup> CÂNDIDO, Antônio. *A educação pela noite & outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003. p.79.

recreando, mas não um ensinar destituído de finalidade, qual seja, inculcar valores caros ao grupo político-social ligado àquele periódico.

De uma forma geral, os romances do século XVIII ampliaram o campo de atuação da literatura dando um passo para retratar, de forma realista, a vida privada. Surgiu portanto, como uma forma histórica para dar conta de um novo contexto social<sup>445</sup>. O romance foi inicialmente associado ao popular, a uma leitura ociosa e pouco recomendável. Era julgado a partir de critérios morais mais do que estéticos<sup>446</sup>. Porém, diante dos preceitos iluministas, logo foi apropriado como um instrumento de valor pedagógico, passando a adquirir prestígio social, sobretudo porque estava ligado à idéia de “defensor dos princípios democráticos”<sup>447</sup>. Nesse contexto, os personagens deviam ser verossímeis e exemplares, representar o universal e o particular; representar uma compatibilidade perfeita entre sua imagem externa e suas qualidades interiores<sup>448</sup>. São exatamente estes os pontos que podem ser observados, por exemplo, nos folhetins mencionados acima bem como nos outros, publicados em praticamente todas as edições do *Recreador*.

Por isso, no artigo *O Romance*, insiste-se em atribuir ao romance a disposição de revelar as principais características de um povo. Aqui, as práticas que fazem reconhecer uma identidade, uma maneira própria de estar no mundo, estão delineadas em quase todo o texto:

“(...) pelo romance, com facilidade se descobre o grau maior ou menor de liberdade que goza o país; pois que o escritor, tomando sempre medidas para descarregar sem prejuízo os golpes de que está armado, pelo claro escuro que deixa nos quadros, e pela escolha das

---

<sup>445</sup> VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. Op. cit. p.108.

<sup>446</sup> Idem. Ibidem. p.109.

<sup>447</sup> Idem. Ibidem. p.10.

<sup>448</sup> Idem. Ibidem. pp.130-131.

tintas, denuncia o grau de civilização e liberdade do país, e a que prêas (sic) ligavam o autor.”<sup>449</sup>

Outro ponto interessante desse mesmo artigo é o valor pragmático que se atribui ao romance para aqueles que são os encarregados de “pensar” sobre as necessidades do país:

“Por um outro lado, o romance ainda é de interesse do filósofo: é quando em sua imaginação ardente, borbulhando de idéias de amor do seu país, o autor traça um plano de educação, formula as normas a seguir na lei, e coordena um sistema de felicidade pública e nacional. Divino pensamento! Sonho consolador, que faz entrever um futuro mais brilhante!”<sup>450</sup>

Seriam esses filósofos somente aqueles indivíduos que cultivam a “ciência geral dos princípios e das causas”? Não devemos nos esquecer de que a história, ao se constituir cada vez mais como uma disciplina específica durante o século XVIII, recebeu a designação de “filosófica”, justamente por ser objeto de reflexão sobre a evolução dos povos e das civilizações, assim como o estudo do passado indispensável para a análise do progresso da humanidade sob as bases da razão<sup>451</sup>. Martius também se referiu ao historiador como “filósofo” na tese oferecida ao IHGB e disse que a tarefa do historiador seria empreender uma escrita “filosófica” sobre o Brasil, para que esta revele os valores civilizatórios aos brasileiros que dela tanto necessitavam<sup>452</sup>.

Por fim, nesse mesmo artigo, os bons romancistas são louvados pelos benefícios que proporcionam à sociedade e incentiva-se a produção de romances como se fosse uma obrigação a ser cumprida pela mocidade brasileira, diante da carência de prosadores nativos:

“Honra aos gênios; glória aos séculos que os produzem! Se terminando fosse-nos lícito expor nossa opinião, francamente

<sup>449</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º.2, 15/01/1845. p.20.

<sup>450</sup> *Ibidem*. Tomo II. n.º.2, 15/01/1845. p.20.

<sup>451</sup> KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas. In: *Op. cit.* p.14.

<sup>452</sup> *Idem*. *Ibidem*. p.14.

diríamos que pouca conta merece um autor cuja mocidade não produziu um romance: esta falta denuncia pobreza de imaginação e uma espécie de esterilidade, a que se poderia chamar segura de pensamento e frieza da alma; porque para fazer sofrivelmente um romance, mister se faz talento, estudo das paixões humanas e, se me permitem a expressão, ‘espírito e comercio com as letras’. Maus prosadores poetas de água doce, amontoam palavras e vão se impando com elas (...) não é disso que eu falo: Deus nos livre de perder com eles o tempo.”<sup>453</sup>

Como já fora observado antes, a seção Memória/História é a maior entre as três seções do *Recreador Mineiro*, sendo também aquela que abarca a mais variada gama de assuntos que, tranqüilamente, poderiam destoar daquilo que se compreende como parte integrante do conhecimento histórico no século XIX. Suas subdivisões englobam temas que vão desde os folhetins, passando pela cronologia, agricultura, trigonometria, geografia, indo até as anedotas. Portanto, “tudo” é história nas páginas do *Recreador*, ou seja, compõe sua “cultura histórica”. Observa-se, então, que a história é tomada como espaço privilegiado para a irradiação do conhecimento e, “pensar historicamente”, é também uma das principais posturas assumidas pelos homens no século XIX: “o homem moderno caracteriza-se pela consciência histórica a que está forçado.”<sup>454</sup> O laço cultural do periódico com a história se mostra, portanto, mais forte do que com o próprio romance. Ou seja: na concepção dos redatores do periódico, o romance, de fato, consegue captar o típico, revelar as especificidades dos homens comuns para ensinar através de exemplos mais próximos da realidade, além de ser uma leitura mais deleitável. Porém, como a consciência histórica é aquela que conduz os homens na modernidade, eles invariavelmente atrelam seu discurso à história.

<sup>453</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n°.2, 15/01/1845. p.20.

<sup>454</sup> LIMA, Luiz Costa. Op. cit. p.99.

Uma particularidade da literatura brasileira do século XIX é o seu comprometimento com uma escala de valores avesso à natureza ficcional<sup>455</sup>. Desde a independência política do país, prevaleceu, nos escritos literários, o paradigma da objetividade e do pragmatismo. A literatura era concebida como um meio capaz de refletir o mundo social e, por conseguinte, a imagem da nação. Desse modo, sua tendência se mostrou mais realista do que propriamente ficcional:

“Obcecado pela captura do real-nação e pela caça ao documento, o discurso dos nossos intelectuais nasceu na confluência entre o discurso histórico e o discurso literário. Assim é que as mais significativas expressões da sensibilidade nacional assumiram esse discurso heterodoxo, onde literatura e história se confundiam na apreensão da nação.”<sup>456</sup>

Por sua forma narrativa, pelos conflitos pessoais de suas personagens, o romance está junto não só da prosa da vida diária, mas também da forma narrativa privilegiada desde fins do século XVIII: a história. Por isso, ainda quando não pudesse disfarçar suas peregrinações pelo mundo da imaginação, aproxima-se do estilo próprio da história e da ciência, omite seu caráter ficcional e, assim, endossa o seu prestígio<sup>457</sup>.

Os artigos do *Recreador* que são classificados como “históricos”, no sentido lato da palavra, fazem o caminho que, num primeiro momento, parece ser exatamente o inverso daquilo que faz a história. Muitos dos relatos históricos tratam de assuntos que narram fatos da vida cotidiana, de camadas populares, dos costumes de outros povos. A escrita aparece nos textos acrescida de um certo tom ficcional de forma a romantizar os eventos. Nessas matérias, os eventos históricos sofrem uma transformação estilística de forma aproximá-los das narrativas ficcionais dos romances, reabilitando-as como formas válidas de

---

<sup>455</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Literatura como espelho da nação”. p.240. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n 2, 1988, pp.239-263.

<sup>456</sup> Idem. *Ibidem*, p.242.

<sup>457</sup> LIMA, Luis Costa. *Op. cit.* p.113.

representação do passado. Verifica-se essa aproximação em artigos como: *Coragem de uma mulher*<sup>458</sup>

“Um homem do condado de Clare havia metido a justiça sobre a pista de um malfeitor, e servido contra este de testemunha no tribunal que o condenou; e posto que bem soubesse achar-se votado á vingança dos amigos e sócios do condenado, não pôde resistir ao desejo de voltar ao seu país para abraçar sua mulher e seu filho. Poucos dias depois da sua volta foi a sua casa atacada durante a noite, a porta arrombada, e o infeliz assassinado a golpes e enforcado. Esta obra de sangue passou-se a vista de sua mulher. Enquanto seu marido lutava com a morte, ela toma seu filho, criança de 9 anos, e tendo-o escondido a um canto da chaminé, detrás de uns feixes de lenha, lhe diz (...):

– Tu bem ouves os gritos de teu pai moribundo. Sem dúvida eu serei assassinada como ele; (...) porém, eu terei o cuidado de os puxar para aqui, e de lhes resistir o mais possível, para que tu tenhas tempo de ver bem as caras dos assassinos. (...) Examina-as com toda a tua atenção para que as possas reconhecer bem em qualquer parte que os vires, para os denunciarees à justiça, e vingar assim a morte de teus pais.”<sup>459</sup>

Enquanto o romance se compromete com a realidade histórica, inversamente, a história exhibe seu talento descritivo, em certos casos ela, ao invés de relatar cronologicamente, indagava os motivos e dispõe os acontecimentos em uma ordem interna. Observemos como ambos os gêneros, através de uma reciprocidade, confluem para uma noção de história e de romance que se complementam, tomando como exemplo o folhetim: *O rancor dos partidos*<sup>460</sup>. Esse folhetim encontra-se na seção Memória/História, numa subseção denominada “Historiografia”.

É a história de dois grandes amigos: Júlio de Chamilly e Carlos de Estival, franceses que aparecem no texto subindo o Monte Icononzo, na Cordilheira dos Andes em julho de 1774. Chamilly maldiz a viagem, dizendo que as penas por eles passadas não

<sup>458</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.9, 01/05/1845. p.142.

<sup>459</sup> *Ibidem*. Tomo I. n.º.9, 01/05/1845. p. 142.

<sup>460</sup> *Ibidem*. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. pp.149-153.

compensavam os prazeres da conquista do monte. Nas suas palavras: “Que são à vista disso os incômodos de viagem na Itália e Suíça, cujos montes se admiram otimamente do interior de uma carruagem, do átrio de um ermida, ou da porta de uma cabana?”<sup>461</sup> Já Estival repele sua opinião, justificando que essas dificuldades valeriam a pena na medida em que as damas de Versailles ficariam todas impressionadas com as histórias daquela viagem. Em breve, ambos ficariam conhecidos e adquiririam fama de grandes viajantes.

Quando passavam por uma ponte que cruzava um penhasco, assustaram-se com a visão da natureza. A riqueza dos detalhes que essa passagem descreve revela uma das características principais dos romances: o realismo. A descrição pormenorizada da paisagem possui uma função referencial e uma função estrutural. A primeira consiste em reforçar a aparência de realidade (verossimilhança). A segunda resulta do arranjo e qualificação dos elementos particulares que, no texto, garantem a formação do seu sentido específico e a adequação recíproca das partes (coerência)<sup>462</sup>. Ou seja, essa passagem e aquilo que ela descreve são cruciais para o desenrolar da história e para compor o efeito que se deseja transmitir. Eis o trecho:

“Centenas de [ilegível] abaixo de seus pés, numa profundidade que a vista mal podia alcançar, se desenhavam com o fragor horrível largas torrentes espumantes, e por cima deles se elevavam a descompassadas alturas rochedos inacessíveis, cobertos de gelo eterno, junto aos quais se abriam espantosas voragens: além, arrastando-se pelas rochas nuas, ou por entre arborescentes fetos, apareciam enormes répteis, à quem suspensos nos arbustos que pendiam sobre os precipícios, com seus ridículos gestos e gritos inarticulados, vários macacos pareciam escarnecer a tímida curiosidade com que os estrangeiros presenciavam este panorama sublime; enquanto gárrulos papagaios misturavam seus agudos assobios ao sussurro confuso das ruidosas cataratas.”<sup>463</sup>

<sup>461</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.150.

<sup>462</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Op. cit.* p.30.

<sup>463</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. pp.150.



Estival se mostra o mais assustado com o horror de uma morte naquele precipício, dizendo: “Nenhum gênero de morte me parece tão horrível como o de ser lançado neste abismo.”<sup>464</sup>

Chamilly e Estival retornam à França e, anos mais tarde, arrebenta a Revolução Francesa. Assim sendo, “(...) cada um dos amigos abraçou o partido que mais convinha à sua inclinação ou interesses.” Júlio Chamilly defendeu a aristocracia. Já Carlos Estival “abraçou com ardor o movimento popular, combateu no ataque da Bastille, nas Tulheries, e alistou-se no exercito republicano.”<sup>465</sup> Como era de se esperar, aquela “amizade antiga se transformou em ódio implacável, em rancor sem termo nem medida.”<sup>466</sup>

Numa emboscada das tropas reais, a qual era comandada por Chamilly, outra tropa do exército republicano perdeu inúmeros soldados. O capitão dos republicanos era Carlos Estival. Nesse episódio, os antigos amigos se revêem pela primeira vez após a revolução. A inimizade só cresce de tamanho depois desse evento. Estival vinga a morte de seus companheiros organizando uma emboscada contra os soldados reais, onde morre o pai de Julio de Chamilly. Este jura vingança.

Em julho de 1794, Estival e Chamilly retornam novamente ao Monte Icononzo, só que dessa vez na condição de inimigos. Chamilly havia capturado Estival, levando-o para morrer no mesmo precipício em que havia execrado a possibilidade de uma morte por queda.

Chamilly é apresentado, a partir desse ponto do texto, como um homem sádico e mau:

---

<sup>464</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.151.

<sup>465</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.151.

<sup>466</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.151.

“Enquanto Chamilly pronunciava pausadamente esta sentença com o sorriso sardônico de um assassino de ofício, que se compraz em cravar gradualmente o punhal no peito da vítima, para que ela possa encarar em longa agonia todo o horror da morte, o rosto de Estival ia se tornando pálido como um cadáver.”<sup>467</sup>

Já as atitudes de Estival revelam um homem honesto, correto e de grande coração. Em determinadas passagens, ele revela esses valores, dizendo à beira da morte: “Teu pai foi executado como um militar, mas não importa; eu não pedirei favor a um emigrado, um traidor. Manda afastar os teus criados, para que não manchem com suas mãos um soldado da república.”<sup>468</sup> Ou ainda: “Ah! Júlio, ambos somos soldados, e nem as baionetas, nem a metralha nos assustam; mas este gênero de morte me causa horror! Pela nossa antiga amizade, te rogo, escolhe outro mais próprio da minha profissão.”<sup>469</sup>

Chamilly nega prontamente esse desejo de seu rival. Então, Estival, num gesto grandioso de um homem dedicado à causa republicana, se lança no abismo e grita: “Viva a república!”<sup>470</sup>

De toda forma, Chamilly se compraz com o “acerto de contas” que teve oportunidade de concretizar, somado aos requintes de crueldade, o que causa certa aversão àquele figura e ao seu partido. Nas palavras do autor do texto: “Um diabólico sorriso lhe assomou aos lábios, depois de contemplar a sua obra.”<sup>471</sup>

No desfecho da história, Chamilly é assassinado “aos golpes dos dragões republicanos.”<sup>472</sup> Assim, a justiça é feita e os heróis são os republicanos. A conduta moral destes últimos, aliada às causas que lhe são caras, dentre elas a luta contra a tirania

---

<sup>467</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.152.

<sup>468</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.152.

<sup>469</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.153.

<sup>470</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.153.

<sup>471</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.153.

<sup>472</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.10, 15/01/1845. p.153.

absolutista – corporificada por Julio Chamilly –, valorizam a sua posição em oposição aos valores aristocráticos.

Percebe-se, então, que no *Recreador Mineiro* os folhetins são apresentados como relatos autênticos das experiências reais de indivíduos. Através da utilização de uma linguagem mais referencial e, portanto, mais próxima do cotidiano, têm-se a particularização dos personagens e do espaço; a organização da trama geralmente passa pelas ações das personagens através do tempo. Algumas técnicas utilizadas por escritores franceses e ingleses no século XVIII para dar um tom de “embaralhamento” entre as fronteiras do fato e da ficção se reproduzem nos folhetins do *Recreador*. É o caso do uso de asteriscos com o fim de esconder o nome de personagens supostamente verdadeiros<sup>473</sup>. Ou seja, no *Recreador Mineiro* o folhetim “historiciza-se” e se faz um instrumento elementar para a sociedade. De acordo com os redatores, esses seriam benefícios que o romance traz à sociedade:

“(...) este interessante gênero de produção, vinculado à nobreza, e utilidade do assunto, é empregado para inspirar com a jucundidade do amor e dos bons costumes, e inculcar a virtude por meio de quadros simples, naturais, e engenhosos da vida humana. (...) O romance é a última instrução que resta a prescrever-se a um povo, quando por nimiamente corrupto se torna inacessível a outro qualquer gênero de lições morais. Encerra pois esta classe de composição tão grandes modelos de constância, e virtude; tão heróicos exemplos de ternura, e desinteresse; tão justos e perfeitos caracteres, que o seu espírito, refletidamente compreendido sem a fantasmagoria literal, moraliza o coração humano com o quadro de sentimentos, que lhe perscruta, ou as emoções que lhe excita.”<sup>474</sup>

Portanto, no *Recreador*, o romance é tomado como o gênero capaz das mais altas realizações porque possibilita a sedimentação formal de uma experiência sócio-histórica através da arte. Assim, o romance se torna um instrumento fundamental na educação não só

<sup>473</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Op. Cit. p.63.

<sup>474</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo VII. nº.84, 15/06/1848. p.1158.

dos leitores daquele periódico, mas da sociedade como um todo. Os diversos tipos de textos contidos na seção Memória/História, acima de seu objeto particular, quais sejam, os folhetins, a investigação histórica, antropológica ou geográfica, procuram fornecer uma imagem verbal da “realidade”, causando a impressão de verdade, seja através do jogo da correspondência (folhetins), seja através da coerência (história), propondo aos leitores um patrimônio de referências culturais que ajudariam esses indivíduos a se situarem em relação a si próprios e em relação aos outros povos, possibilitando, portanto, a construção de uma identidade através da alteridade.

### 3.4 - Estrangeirismo e Identidade.

Como foi dito anteriormente, grande parte dos textos publicados no *Recreador Mineiro* possuem referência estrangeira: os personagens, as tramas dos folhetins, quase tudo se passa num ambiente exterior ao Brasil. Invariavelmente, esses textos são imbuídos de valores morais universalizantes e soam como modelos a serem seguidos pelos leitores.

Nas matérias sobre a história do Brasil e Minas Gerais, os elementos descritivos de sua geografia são freqüentes e remetem à imagem de um território uno, aliada ao sentimento de um passado comum, herança que pertence a todos, atrelada a um Estado forte e centralizado em torno do Imperador. O próprio Martius já havia destacado que essa era uma tarefa à qual os historiadores deveriam se atentar: “O autor, que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mais sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias.”<sup>475</sup>

---

<sup>475</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: Op. cit. p.400.

Esse componente identificador cujo referencial é ligado à espacialidade constitui um forte elemento legitimador da organização política do Estado, baseado no princípio de soberania. A geografia então constitui o “palco” onde transcorre a construção da nacionalidade.

O primeiro número do *Recreador*, de janeiro de 1845, traz o artigo *Monumento Geográfico e Histórico que a Província de Minas Gerais tributa e consagra por grata memória o Recreador Mineiro*. Nesse artigo, é clara a intenção de “monumentalizar” a história de Minas Gerais e narrá-la de forma grandiosa como o atestado de gênese de algo que se quer engrandecer, ou seja, a província. Dessa forma, descreve seus limites geográficos, as belezas naturais, seu clima, hidrografia e riquezas minerais. A forma como narra a história da “fundação” de Minas confunde-o com um texto literário, traço marcante da escrita da história naquele periódico. Para acentuar ainda mais esse quase “borramento” de fronteiras entre o texto histórico e o texto literário, o autor do texto – não identificado – faz uma espécie de licença poética ao poema *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, ainda inédito na época, mesclando suas palavras às do poeta com o intuito de ornamentar o seu *Monumento Geográfico e Histórico*:

“A mão escrutadora do homem encontra o mais precioso de todos os metais esparso, e jacente no seio da terra; extremosa é contudo a predileção com que a natureza se apraz em decretar vastíssima sede à aglomeração portentosa desse precioso metal nas entranhas do mineiro solo, benigno, doce clima

Onde nutre a perpétua primavera  
As verdes folhas, que abrasar pudera  
Em outros climas o chuvoso inverno<sup>476</sup>

Deliciosas plagas, região onde o habitador feliz  
Abertas as montanhas, rota a serra  
Vê converter-se em ouro a pátria terra

<sup>476</sup> Em nota, os redatores declaram: “Os ornatos poéticos que animam o nosso artigo, são produções do Ilustre Arcade Ultramarino com o nome de Glauceste Satúrnio, o Sr. Doutor Cláudio Manoel da Costa, saudoso Cisne Mineiro.” *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 1, 01/01/1845. p.2.

O riquíssimo país, que comemoramos, tem a etimologia da sua denominação no próprio fato de se haver descoberto em todos os seus pontos mananciais auríferos; e por isso

Que se matiza  
Com o loiro metal, geral o fruto,  
O nome de Gerais por atributo  
Estas Minas terão.”<sup>477</sup>

Outro ponto curioso desse texto é a parte que narra os eventos históricos que marcaram a “descoberta” de Minas pelos bandeirantes paulistas. Nesse trecho existe uma quase omissão dos conflitos entre paulistas e reinóis que marcaram os episódios da “Guerra dos Emboabas”. No texto, menciona-se apenas o conflito conhecido como “Capão da Traição”; uma luta entre paulistas na disputa pelo ouro da região do Rio das Mortes e que, segundo o texto, foi o motivo pelo qual Portugal resolveu intervir e instituir a ordem através do poder do Estado. De acordo com o texto, Minas Gerais só foi realmente fundada quando Antônio de Albuquerque, nomeado Governador do distrito das Minas, convoca uma junta no arraial de Ouro Preto no dia 8 de Julho de 1711, a fim de erigir uma vila:

“Foi aqui que o Governador Albuquerque lançou os fundamentos de uma cidade regular, situada a 20° 24’ 6” de latitude meridional; 0° 16’ 54” de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro tirado pelo vértice do Pão de Açúcar, com um Palácio do Governo, um Erário e uma Casa de Fundição. Na continência de seus poderes e instruções, deu um código de leis relativas às minas e aos Mineiros. (...)Vila Rica, que é a imitação das que com o mesmo nome possuía então Espanha ao Chile e Paraguai, conservara esta denominação, em 1825 recebeu a de – Imperial Cidade de Ouro Preto – que hoje floresce como digna capital desta ínclita Província.”<sup>478</sup>

A idéia de que Minas estava integrada a um centro aglutinador, que era o Império, é sugerida através da publicação de figuras que remetem a essa ligação. Dentre elas estão, apenas no primeiro e segundo tomos: *Vista da Imperial Cidade do Ouro Preto*<sup>479</sup>, *Vista*

<sup>477</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.2.

<sup>478</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.6.

<sup>479</sup> Ibidem. Tomo I. n.º. 1, 01/01/1845. p.1.

*tomada de Santa Teresa*<sup>480</sup>, *Vista de Nossa Senhora da Glória e da Barra do Rio de Janeiro*<sup>481</sup>. Além dessas imagens, existem também as efígies do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Maria Cristina, carregando o seu filho<sup>482</sup>. No mesmo sentido, foram publicados vários poemas dedicados ao Imperador em razão do dia de seu aniversário<sup>483</sup>; outro louvando o dia Sete de Setembro e aclamando D. Pedro I como o fundador do Império brasileiro<sup>484</sup>:

“(…) Oh Sete de Setembro! Eu te saúdo!  
 Mas basta de cantar, aos olhos chega  
 Da saudade cruel lágrima aflita!  
 É por Ti, é por Ti, Pedro Primeiro  
 Fundador do IMPÉRIO BRASILEIRO ...  
 Mas a prole de Heróis, Pedro Segundo,  
 Das Paternas virtudes Adornado,  
 Vai tornar do Brasil, a mais ditosa  
 Nação dentre as nações do mundo.”<sup>485</sup>

Essas constantes reminiscências históricas referentes à ligação entre a província de Minas, a Corte e a família real deixam transparecer a idéia de que existe uma integração do grupo político-social ligado ao *Recreador* com as forças políticas imperiais. Conforme explicado no capítulo precedente, isso fazia parte das intenções do grupo liberal mineiro, que era não se excluir do jogo de poder, e, pelo contrário, manter um diálogo com as bases do poder político imperial. Dessa forma, tudo que se refere à história do Brasil apresenta-se de forma a incitar uma certa noção de sintonia com a soberania monárquica, no sentido de legitimar a existência da organização política brasileira, integradora dos interesses dos grupos políticos de então, o que indica pontos de contato com o texto de Martius apresentado ao IHGB.

<sup>480</sup> Ibidem. Tomo I. nº.7, 01/04/1845. p.101.

<sup>481</sup> Ibidem. Tomo II. nº.19, 01/10/1845. p.291.

<sup>482</sup> Ibidem. Tomo II. nº.13, 01/07/1845. p.193.

<sup>483</sup> Ibidem. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.351-352.

<sup>484</sup> Ibidem. Tomo II. nº18, 15/09/1845. p.275.

<sup>485</sup> Ibidem. Tomo II. nº18, 15/09/1845. p.275.

Seguindo a mesma perspectiva de sempre, os redatores do *Recreador* procuram na matriz política e cultura européia os exemplos que fortalecem essa união entre o Estado, o Imperador e a nação. Por meio de vários artigos que relatam episódios da vida de Napoleão Bonaparte, todos eles referentes à sua fase como Imperador, remetem à imagem de um homem justo, bondoso e de excelente capacidade administrativa. A idéia de que a organização política baseada no poder nas mãos de um imperador se justifica na noção de que o Império Napoleônico era forte e coeso. O artigo *Adeuses de Napoleão à sua velha guarda*<sup>486</sup> demonstra a forma como a imagem de Bonaparte é louvada, bem como do império que ele formou:

“Em 20 de abril de 1814 teve Napoleão de abandonar Fontainebleau, por esse reino em miniatura, que lhe davam em troca do primeiro império do mundo. Os restos da sua velha guarda; e desse estado maior outrora tão brilhante (...). Napoleão, com o coração oprimido, desceu ao meio deles, e pronunciou esse adeus que ficará gravado para sempre nos corações daqueles a quem se dirigia.”<sup>487</sup>

Nas palavras do autor, Napoleão fora traído pela aristocracia e por isso viu-se obrigado a deixar a liderança do Império. Em sua despedida, Napoleão sobrepõe o seu amor pela pátria em relação ao poder de governante, uma prova de que seu caráter era realmente imaculado: “Seria a guerra civil, e a França viria a ser ainda mais desgraçada; sacrifiquei, pois, todos os nossos interesses aos interesses da pátria. Parto; vós, meus amigos, continuai a servir a França. (...) Adeus, meus filhos! Quisera apertar-vos todos nos meus braços; deixai-me abraçar, ao menos, a nossa bandeira.”<sup>488</sup> Deve-se notar, no entanto, que ao imperador são dadas as glórias, mesmo no momento em que ele se encontrava

<sup>486</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. pp.77-78.

<sup>487</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. p.77.

<sup>488</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. p.77.



decadente. Já à aristocracia coube o papel de traidora. Percebe-se, através desse exemplo, que a autoridade do imperador é julgada como legítima.

No entanto, a fidelidade ao império (ou monarquia) não significava a defesa dos privilégios aristocráticos. Essa era exatamente a premissa do grupo liberal representado nas páginas do *Recreador*. Na medida em que esse grupo não estava completamente integrado na esfera de participação das relações de poder com o Centro, procurou representar de diversas formas a ruptura ideológica com o poder aristocrático. Para eles, o Estado, representado pela figura do Imperador, deveria ser o instrumento de ruptura dessa situação, já que a autoridade real não se deveria deixar identificar com a sorte aristocrática, como fez D. Pedro I<sup>489</sup>.

Outras fontes utilizadas para divulgar a história e a geografia de Minas e do Brasil são, geralmente, traduções de textos de viajantes estrangeiros, naturalistas ou não, e/ou cronistas brasileiros. Vários textos de brasileiros, como, por exemplo, *A Cidade de Barbacena*<sup>490</sup>, de Raimundo José da Cunha Mattos, figuram nas páginas do *Recreador*. Também José Vieira Couto, com *Extratos de uma viagem do Dr. José Vieira Couto ao Indaiá, acompanhados de uma memória do mesmo naturalista sobre as Minas do Abaeté*<sup>491</sup>. Porém, muitos textos de referência histórica e geográfica não indicam autoria, entre os quais podemos citar, apenas no primeiro e segundo tomos: *Monumento Geográfico e Histórico Tributado à Província de Minas Gerais*<sup>492</sup>; *Quadro Hidrográfico da Província de Minas Gerais*<sup>493</sup>; *Cronografia Geral da América*<sup>494</sup>; *Sebastianópolis – Traço Histórico*

---

<sup>489</sup> BARRETO, Vicente. Op. cit. p. 56.

<sup>490</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.11, 01/06/1845. pp.161-163.

<sup>491</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.14, 15/07/1845. pp.209-213.

<sup>492</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.1, 01/01/1845. pp.2-7.

<sup>493</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.3, 01/02/1845. pp.33-36.

<sup>494</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.6, 15/03/1845. pp.81-84.

do Recriador Mineiro *Sobre a Capital do Império do Brasil*<sup>495</sup>; *Suma Histórica da Emancipação da América*<sup>496</sup>; *S. Casa no distrito de Minas Novas*<sup>497</sup>; *Minas Gerais, Diamante d'Abaeté*<sup>498</sup>; *Brasil: episódio singular de sua infância*<sup>499</sup>; *O rio Jequitinhonha*<sup>500</sup>; além de muitos outros.

Com relação aos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, existe menção a Eschwege e a seu livro *Plutus Brasiliensis*, em matéria publicada sob o nome de *Estatística Curiosa – Ouro das Minas do Brasil*<sup>501</sup>, indicando a quantidade de ouro retirado de Minas Gerais, Goiás e São Paulo durante os períodos em que se minerava nessas províncias. Outro é o Príncipe Maximiliano de Wied, com o texto *Os Índios Puris*<sup>502</sup>, que relata o modo de vida dos índios que viviam ao norte do rio Paraíba. Também um extenso relatório feito pelo francês Pedro Victor Renault intitulado *Relatório dos rios Mucuri e Todos os Santos feita por ordem do Exm. Governo de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um lugar para degredo*<sup>503</sup>.

Esses textos vinham a esclarecer a curiosidade sobre como era visto o Brasil pelos estrangeiros, o que era comum entre o público leitor daquela época<sup>504</sup>. A receptividade e a valorização daquilo que é “estrangeiro” – expressando uma visão eurocêntrica do mundo nos séculos XVIII e XIX – foram observações feitas pelo *Recriador* no artigo *O Estrangeirismo*:

<sup>495</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.7, 01/04/1845. pp. 97-100.

<sup>496</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.9, 01/05/1845. pp.129-131.

<sup>497</sup> Ibidem. Tomo III. n.º.26, 15/01/1846. pp.408-410.

<sup>498</sup> Ibidem. Tomo III. n.º.27, 01/02/1846. p.433.

<sup>499</sup> Ibidem. Tomo III. n.º.28, 15/02/1846. p.449.

<sup>500</sup> Ibidem. Tomo III. n.º.32, 15/04/1846. p.497.

<sup>501</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.1, 01/01/1845. p.13.

<sup>502</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.12, 15/06/1845. pp.177-179.

<sup>503</sup> Ibidem. Tomo III. n.º.30, 15/03/1846. p.453-475.

<sup>504</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem; Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p.56.

“Ordinariamente e em toda parte gostamos mais do que é estrangeiro do que o que é nacional. Ainda que um juízo sólido e amigo das realidades nos mostre uma boa coisa que é nossa, lá vem a imaginação frívola do homem, e por circunstâncias que nada influem essencialmente na coisa, faz-nos achar melhor o que não é nosso.”<sup>505</sup>

Sendo o Brasil um país que na época buscava uma identidade como nação, nada mais importante e relevante para a construção do nacionalismo romântico do que, por exemplo, um relato de um estrangeiro exaltando os valores do país, como fez Auguste de Saint-Hilaire, em sua primeira viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais<sup>506</sup>. Pode-se observar, na obra desse viajante naturalista, uma forte exaltação dos recursos naturais do Brasil, principalmente em relação aos metais e pedras preciosas e às potencialidades de exploração agrícola que, na sua opinião, poderiam resultar em um papel importante no cenário político mundial:

“Raros são os países que fornecem tantos recursos como o Brasil, e sejam como ele destinados a representar na política papel tão importante; as montanhas encerram em seu seio metais preciosos; os rios cobrem com suas águas diamantes e pedrarias; o açúcar e o trigo, a vinha e o café, as árvores frutíferas da Europa e as da Índia são cultivadas indiferentemente em seu fértil território (...).”<sup>507</sup>

Saint-Hilaire transforma-se, então, em figura recorrente no *Recreador Mineiro*. Seus textos, abordando aspectos do relevo, riquezas minerais, vegetação, agricultura, hidrografia e particularidades de determinadas populações indígenas foram publicados na íntegra, a partir de traduções feitas pelos próprios redatores:

“Os Redatores do *Recreador Mineiro* comprazem-se de transmitir por intermédio de sua versão o seguinte extrato dos trabalhos históricos sobre seis anos, e duas mil e quinhentas léguas de viagens

<sup>505</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º. 23, 02/12/1845. p.365.

<sup>506</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

<sup>507</sup> Idem. *Ibidem*. p.3.

no Brasil, efetuadas desde Junho de 1816 até 1822 e descritas pelo próprio viajante Augusto de St. Hilaire.”<sup>508</sup>

Uma matéria muito ilustrativa, que mostra a importância dada pelos redatores do *Recreador* aos estudos feitos por esse naturalista a respeito do país, foi publicada em 1º de Agosto de 1845, intitulada *As Viagens de Mr. Augusto de St. Hilaire pelo Brasil*. O conteúdo desta matéria faz menção, principalmente, a algumas características de sua obra, validando-a como depositária de descrições fidedignas do país. Procura-se despertar os leitores para a importância dessa obra, apresentada como dotada de veracidade, afirmando-se que a mesma relata a “realidade inerente ao Brasil”. No desfecho do texto, afirma-se que os escritos de Saint-Hilaire contribuem para o esclarecimento e conscientização daqueles “(...) cuja existência se conserva uma lacuna, que desejaríamos ver preenchida.”<sup>509</sup>

Dentre os textos de autoria de Auguste de Saint-Hilaire publicados no primeiro e segundo tomos do *Recreador Mineiro*, estão: *Descrição da Vila de Itabira do Mato Dentro*<sup>510</sup>; *Descrição da Vila do Fanado*<sup>511</sup>; *Arraial do Rio Vermelho*<sup>512</sup>; *Serra e Ermitário do Caraça*<sup>513</sup>; *Minas Gerais: causas de sua decadência*<sup>514</sup>; *Vila Rica em 1816*<sup>515</sup>; *Cenografia Mineira*, com descrições de Itambé, Capelinha e Inficionado, hoje, Santa Rita Durão, distrito de Mariana<sup>516</sup>; *Primeiros estabelecimentos nos arredores de Capão do Cleto (Margens de S. Francisco)*<sup>517</sup>, além de vários outros artigos seus, todos sobre Minas Gerais.

<sup>508</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº. 10, 15/05/1845. p.145.

<sup>509</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº. 15, 01/08/1845. p.226.

<sup>510</sup> *Ibidem*. Tomo I. nº.10, 15/05/1845. p.pp.145-149.

<sup>511</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.15, 01/08/1845. pp. 226-229.

<sup>512</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.16, 15/08/1845. pp.241-243.

<sup>513</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.17, 01/09/1845. p.258.

<sup>514</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. pp.276-281.

<sup>515</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.21, 01/11/1845. pp.321-326.

<sup>516</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.22, 15/11/1845. pp.337-339.

<sup>517</sup> *Ibidem*. Tomo II. nº.24, 15/12/1845. pp.369-371.

O texto mais interessante publicado a partir das descrições de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais é, sem dúvida, *Minas Gerais: causas de sua decadência*. O que chama mais atenção é a forma como aquele naturalista critica os métodos pelos quais os portugueses colonizaram o Brasil. De acordo com ele, a decadência da província mineira adveio, sobretudo, da má administração dos portugueses e da forma errônea que os mesmos exploraram os metais preciosos e a terra, métodos que se perpetuaram entre os habitantes dessa província e que ele então considerava profundamente maléficos. Dentre as causas que levaram Minas Gerais à decadência, Saint-Hilaire se detém no que ele chama de “A maneira errônea que os mineiros tem sempre considerado o produto de seu trabalho.”<sup>518</sup> O principal erro dos portugueses e mineiros foi, segundo Hilaire, considerar o ouro como uma renda e não como um capital. Esse pensamento assemelha-se ao apresentado pelos redatores no artigo *Desperdício de capital e trabalho*<sup>519</sup>; o capital conseguido pelos exploradores do ouro não foi investido de forma rentável e independente do sistema minerador, mas sim gasto na simples reprodução daquele sistema, comprando escravos e animais, sem que se importasse com o futuro dos habitantes da província, seus filhos: “Os pais foram opulentos, seus filhos, porém, ficaram pobres.”<sup>520</sup>

Ao longo do texto, Saint-Hilaire enfatiza a questão agrícola, seus problemas e possíveis soluções para o crescimento da província como um todo. Na sua opinião, a forma como a atividade agrícola era realizada em Minas é profundamente condenável porque baseava-se numa prática predatória. O sistema de coivara adotado pelos mineiros enfraqueceu o solo e diminuiu sua produtividade.

---

<sup>518</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.18, 15/09/1845. p.276.

<sup>519</sup> Ibidem. Tomo II. n.º16, 15/08/1845. pp243-247.

<sup>520</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.18, 15/09/1845. p.276.

A ênfase dada por Saint-Hilaire sobre essa questão está de acordo com o programa do *Recreador Mineiro*, o qual sempre procurou elevar e louvar as atividades agrícolas como formas de enriquecimento e de melhorias para o homem e para a sociedade. Nesse texto, Hilaire orienta os caminhos que deveriam ser seguidos e quais os benefícios os mineiros teriam com uma utilização mais racional do solo:

“Mudando o sistema da agricultura até hoje admitido, remediar-se-ão tantos males. Adotem pois os mineiros o uso do arado e dos estrumes, e para nunca mais terão a necessidade de destruir as suas matas, e essas terras, que eles dizem irremediavelmente perdidas, subministrar-lhes-ão em todos os anos abundantes colheitas; o filho morrerá no próprio lugar onde repousam as cinzas de seus pais; e a população propagar-se-á somente à medida do seu incremento.”<sup>521</sup>

Entretanto, a parte que mais se destaca no texto revela uma crítica ao elemento português, bem como ao seu modelo de colonização:

“Os homens, que assim dispunham a seu prazer de um território imenso, não tinham necessidade alguma de providenciar sobre a porção de terreno em que acabavam de colher alguns frutos. Por outra parte, eram mui raro, que passando à América, tivessem a intenção de se estabelecer neste país sem voltar jamais à sua pátria; eles só desejavam acumular riquezas, para orientá-las depois aos olhos de seus compatriotas; e apenas na sua existência contavam o tempo, que iam passando longe de seu país. Mas, durante este intervalo, era necessário viver, sem dúvida; e então o expediente, que seguiram em seus costumes, foi aquele que melhor convinha à vida errante, que haviam adotado semelhante ao das povoações as mais bárbaras. A morte, as enfermidades, e uma multidão de circunstâncias frustraram muitas vezes os cálculos destes homens aventureiros: seus filhos não podiam tornar-se saudosos das margens do Tejo, nem dos delicados frutos do Douro; fatigados de ouvir preconizar continuamente um país que não conheciam, ficaram naquele em que haviam nascido, e o Brasil tornou-se então povoado; porém, já se havia contraído o hábito dos costumes defeituosos dos primeiros habitantes que se perpetuaram até os nossos dias.”<sup>522</sup>

<sup>521</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.18, 15/09/1845. p.279.

<sup>522</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.18, 15/09/1845. p.277.

Essa passagem é bem significativa no que diz respeito à postura política do grupo ligado ao *Recreador*, justamente porque revela uma negação das práticas políticas e econômicas oriundas de uma tradição portuguesa, adotada no Brasil Colônia. Assim sendo, diante da valorização por aquele grupo sócio-político de postura liberal, nos moldes vigentes no século XIX, apropriar-se das palavras de Saint-Hilaire, para contestar o modelo político-econômico empregado no Brasil anteriormente, configura adotar uma postura contrária à manutenção de certas práticas que se perpetuaram no país, bem como nega o ranço do atraso que a herança portuguesa nos legou.

Os relatos de viagem adquiriram grande repercussão durante o século XIX, cumpre salientar, a ponto do seu modelo de escrita ser incorporado por muitos intelectuais brasileiros como, por exemplo, Francisco Adolfo de Varnhagen. No capítulo que abre a sua *História Geral do Brasil*<sup>523</sup>, Varnhagen descreve a natureza brasileira assim como faziam os naturalistas: primeiro, apresenta seus aspectos geológicos, depois o clima, a hidrografia, passa pela botânica, para só depois chegar ao homem.

Existem dois artigos no *Recreador Mineiro* que confirmam como a figura do estrangeiro possuía prestígio em se tratando de narrativas de viagem. Intitulados *Alguns Monumentos da Piedade Mineira*<sup>524</sup>, esses textos contam a história dos educandários eclesiásticos da província: o do Caraça e de Macaúbas. Esses textos seriam supostamente escritos por um “estrangeiro ilustrado”:

“A interessante notícia, cuja primeira parte publicamos abaixo, reservando a outra para o número imediato, é (por deferência do seu autor) copiada dos escritos inéditos de um estrangeiro ilustrado que, viajando recentemente nesta província, visitou algumas de nossas

---

<sup>523</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e Independência de Portugal*. Edição revista e anotada pelo Professor Hélio Vianna ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d. 5v.

<sup>524</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, p.291; n.º.20, 15/10/1845, p.304, respectivamente.

fundações religiosas, com este espírito de observação, e são filosofia, favorável à crença católica, e animadora da veneração devida às santas instituições que as sustentam e propagam. Lisongeamo-nos de que serão lidos com prazer os dois artigos, tanto pela parte descritiva, como pelas reflexões.”<sup>525</sup>

O referido artigo é uma narrativa de viagem no seu estilo clássico: descreve a geografia da região, narra as origens do seminário e do convento louvando seus fundadores. Atribuindo o surgimento das povoações ao redor do Seminário do Caraça, assim como a criação do próprio seminário, às atividades mineradoras, o autor do texto diz que aquela região encontrava-se em estado de decadência e confere à agricultura o melhor caminho para o seu progresso:

“Estas povoações floresceram em tempos anteriores pela mineração; e, suposto estejam decadentes neste ramo da indústria, poderiam ter grande melhoramento, empregando na sua continuação e na agricultura, processos mais econômicos e aperfeiçoados. (...) Enquanto às produções alimentares, a julgar-se por algumas gramíneas e leguminosas, árvores frutíferas, e de horticultura européia, ali vantajosamente cultivadas, não duvido de que, adotando-se um sistema rural apropriado, se poderiam cultivar com utilidade grande parte das produções do antigo continente.”<sup>526</sup>

Significativa também é a avaliação negativa da prática da administração portuguesa de impossibilitar a criação das ordens primeiras no país em função da não aceitação de “qualquer dependência do exterior”, o que foi, segundo o autor do texto, extremamente prejudicial: “Esta medida obrigou os congregados a absterem-se da comunicação com o Geral; e esta parte da congregação, como ramo cortado do tronco, ficou em definhamento.”<sup>527</sup> Ou seja, na opinião do autor, o contato com o “Geral”, ou o exterior, é fundamental para o crescimento intelectual do noviciado e, portanto, para o

<sup>525</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, p.291.

<sup>526</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, pp.291-292.

<sup>527</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, p.293.



desenvolvimento da instrução como um todo na província e no Brasil, ao mesmo tempo, tece-se uma crítica à postura isolacionista adotada por Portugal em relação à sua colônia americana. Ao concluir, o autor exalta os benefícios oriundos do contato com a cultura européia: “A querer-se, pois, conservar este meio de moralização e instrução popular, é indispensável, durante este concurso de obstáculos, recorrer à Europa, na renovação do pessoal da congregação.”<sup>528</sup> Ademais, em função do fechamento do Seminário do Caraça, devido as dificuldades criadas pela Revolução Liberal de 1842<sup>529</sup>, lamenta-se profundamente a perda daquela instituição “(...) da qual saiu grande parte das capacidades desta província, que figuram na administração provincial e geral.”<sup>530</sup>

A literatura brasileira também sofreu influência estrangeira desde seus primórdios, tendo como padrão estético inegavelmente o europeu. A produção literária brasileira orientou-se dessa maneira até o ponto diferencial estabelecido pelo romantismo. Apesar de ter passado por vários períodos e perspectivas temáticas, o romantismo constitui a primeira forma de manifestação literária que seguiu um modelo menos dependente, traduzido em uma originalidade influenciada pela cultura incipiente<sup>531</sup>. Contudo, a matriz filosófica e literária do romantismo é européia. A apropriação dos preceitos românticos só foi possível no Brasil através da leitura dos textos originais de seus precursores estrangeiros. *O Recreador Mineiro* se mostra favorável à introdução e difusão de textos traduzidos no país e expressa a importância de se estabelecer um vínculo cultural entre o Brasil e demais países, no sentido de contribuir para a difusão do conhecimento e engrandecimento da

<sup>528</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, p.294.

<sup>529</sup> O seminário do Caraça ficou fechado entre os anos de 1842 a 1853, por ocasião do movimento armado de 1842, só reabrindo as portas em 1853, sob a direção dos franceses – será o Caraça “francês”, que vai até 1911. IGLESIAS, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antônio. Op. cit. p.14.

<sup>530</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n.º.19, 01/10/1845, p.293.

<sup>531</sup> Cândido, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Op. cit. p.112.

nação. No artigo *Traduções – crítica sobre este assunto*<sup>532</sup>, ressalta-se a necessidade da tradução para os povos:

“Bem ponderou a celebre Baronesa de Stael, - que nenhum serviço mais eminente se podia tributar á Literatura do que transferir de uma língua estrangeira para o próprio idioma os Chefes da Obra do engenho humano; por que, sendo tão pouco numerosas as traduções de primeira ordem, e o gênio um fenômeno tão raro, cada uma das nações modernas jamais passaria da indigência se existisse reduzida á sua própria riqueza.”<sup>533</sup>

Ao longo do texto, a tradução é colocada como fator determinante para a difusão do saber. O objetivo de se traduzir algo está atribuído a uma “(...) transcendente utilidade científica, ou literária, religiosa, ou moral (...)” às nações modernas e, portanto, para o Brasil, face ao contexto sócio-político no qual se encontrava.

Para aqueles que se posicionavam contra a tradução, contudo interessados pela aquisição de conhecimento, os redatores solicitavam coerência. A privação intelectual que sofreram ao longo da vida, imposta primeiramente pela censura portuguesa, depois pela pequena produção de obras em sua língua materna, não justificaria destino semelhante aos seus filhos. A tradução foi estabelecida como um instrumento de intercâmbio de valores imprescindíveis, justificados no texto pelo apego espiritual tão particular ao brasileiro:

“Entre os filhos numerosos do Catolicismo, por exemplo, acaso o Livro Celeste, a Divina, e Augusta Bíblia seria o manual consolador do homem cristão, se só não vertera o tenebroso Hebraísmo na expressão vulgar de tantas línguas?”<sup>534</sup>

A tradução transfigurou-se nas páginas do *Recreador Mineiro* em um elemento auxiliar na formação da identidade brasileira, legitimada pela capacidade de dispor de meios pelos quais o leitor pudesse, de forma crítica, estabelecer uma diferenciação daquilo

<sup>532</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. pp.65-66.

<sup>533</sup> *Ibidem*. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. p.65.

<sup>534</sup> *Ibidem*. Tomo I. n.º.5, 01/03/1845. p.66.

que fazia parte da sua cultura e das outras. O tradutor, elevado ao posto de promotor da razão e da utilidade pública é saudado como “(...) um desses benfazejos dignos das bênçãos de seus contemporâneos, e das recordações da posteridade.”<sup>535</sup>

O momento de definição de nacionalidade era também o momento de diferenciação do “outro”, em relação ao Brasil, tanto internamente quanto externamente<sup>536</sup>. No *Recreador Mineiro*, outro é aquele que não é portador da noção de civilização, tanto no plano interno, quanto no plano externo: índios, negros e povos cuja cultura era dominada pela “barbárie”. Tomo como exemplo dois artigos exemplares, ambos incluídos na seção Memória/História: um, sobre o código conjugal dos Indianos – Índios, segundo os redatores –; outro, sobre o modo como os ingleses batem à porta. Na análise desses artigos sobressai a forma como os valores culturais são tratados em perspectivas diferentes.

No *Código conjugal dos Índios*<sup>537</sup>, são apresentadas as regras que regem os matrimônios na Índia com uma finalidade determinada:

“Que sábios são os índios! Dirão os maridos quando lerem o Código conjugal deste povo, que um jornal inglês apresenta às damas cartistas do seu país! Nós o estampamos em nossas colunas, não para modelo, mas para curiosidade.”<sup>538</sup>

Todas as regras são comentadas em nota, geralmente repudiando-as a partir de princípios ocidentais cristãos:

“2º- Ainda que o marido seja velho, aleijado, nojento, brutal e gastador de seus bens com as raparigas; nem por isso a mulher deixará de o considerar como seu soberano e seu Deus!”<sup>539</sup>

<sup>535</sup> Ibidem. Tomo I. nº.5, 01/03/1845. p.66.

<sup>536</sup> DIEHL, Astor Antônio. Op. cit. pp. 25-26.

<sup>537</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo I. nº.7, 01/04/1945. p.108.

<sup>538</sup> Ibidem. Tomo I. nº.7, 01/04/1845. p.108.

<sup>539</sup> Ibidem. Tomo I. nº.7, 01/04/1845. p.108.

Nota explicativa:

“Esta doutrina é antipática, e com licença dos srs. índios a não achamos muito cômoda. Enquanto à velhice do marido, estamos conformes; mas enquanto a ser o marido aleijado, porcalhão, abrutalhado, e de mais a mais dissipador dos bens com as mulheres alheias, e querer que a mulher o adore e goste dele, pra cá vai barrado!”<sup>540</sup>

Por fim, revela-se a real intenção do artigo: oferecer parâmetros que possibilitem a apreensão do que é e do que não é “civilizado”:

“(…) nós o escrevemos não para as afligir: o nosso fim é mostrar-lhes o quanto a nossa civilização está adiantada da tal civilização indiana! Enquanto a nós, o melhor código matrimonial é a graça de Deus.”<sup>541</sup>

Já em *Modo de bater à porta em Inglaterra*<sup>542</sup>, estão explícitos parâmetros de civilidade, ao mesmo tempo em que se transmitem noções de propriedade – os limites entre o público e privado – e hierarquia social. De acordo com o artigo, os ingleses são muito criteriosos em relação à quantidade de batidas que se dá numa porta: “O modo de bater designa a qualidade da pessoa que se apresenta (…).” A forma como os ingleses identificam quem bate à porta é muito simples:

“Uma pancada só anuncia o leiteiro (milkman), o carvoeiro, um doméstico, um mendigo; e significa: permite que entre? Duas, indicam o correio da posta diária, o portador de um bilhete de boas festas, ou de convite, e outros quaisquer mensageiros: exprime a pressa que se traz; que vem para negócio; e quer dizer: preciso entrar. Três pancadas anunciam o dono ou dona da casa, e as pessoas que ordinário freqüentam: como dizendo em tom imperativo: abre. Quatro pancadas fortes indicam pessoa de grande tom, um Barão Alemão ou outra qualquer personagem extraordinária; e é como se dissesse: faço-vos muita honra em vos visitar.”<sup>543</sup>

<sup>540</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.7, 01/04/1845. p.108.

<sup>541</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.7, 01/04/1845. p.109.

<sup>542</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.12, 15/06/1845. p.189.

<sup>543</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.12, 15/06/1845. p.189.

Assim, dependendo da posição social do indivíduo que bate à porta e da maneira como ele realiza essa ação, revela-se o seu grau de civilidade e o respeito dentro de uma hierarquia social. De sorte que, se algum indivíduo não vier cumprir tais formalidades, o mesmo não se enquadra nos padrões socialmente aceitos, podendo até mesmo sofrer penalidades:

“(…) não obstante serem em Londres praticadas por todos, delas se têm seguido muitas vezes gravíssimos incômodos. Qualquer criado que deixasse de dar uma pancada que fosse daquelas que pertencem à hierarquia e orgulho do seu amo, seria imediatamente despedido.”<sup>544</sup>

Valores como estes, assim como tantos outros traços de civilidade e demais valores burgueses apresentados em muitos dos artigos publicados na seção Memória/História, soam como elementos que deveriam ser incorporados pela nascente nação brasileira. Essa necessidade de se estabelecer como uma nação desenvolvida e culta fez com que os redatores do *Recreador* buscassem nos costumes dos franceses e ingleses os modelos que desejavam ver implementados no Brasil, formando uma nação diferente, mais civilizada e menos retrógrada.

A construção da nação brasileira nos moldes da civilidade era, portanto, uma tarefa ainda a ser cumprida. Contudo, essa nação trazia consigo uma forte marca excludente, pois quem não era “letrado” não poderia participar de seus benefícios. Justamente os grupos sociais menos favorecidos seriam os excluídos: os homens livres pobres, os negros – que sequer são citados no periódico – e os índios, sempre vistos como um povo “atrasado” e incapaz de incorporar traços da cultura ocidental.

---

<sup>544</sup> Ibidem. Tomo I. n.º.12, 15/06/1845. p.189.

Por fim, cabe aqui esclarecer que, no *Recreador*, o ponto de vista do estrangeiro era valorizado porém, isso não era uma unanimidade. O já citado artigo *O Estrangeirismo*<sup>545</sup> – correspondência publicada a pedido de um leitor –, ilustra a forte aceitação dos textos estrangeiros pelo público, sobretudo de escritores franceses, em detrimento daquilo que é nacional:

“Ordinariamente e em toda parte gostamos mais do que é estrangeiro, do que é nacional. Ainda que um juízo sólido e amigo das realidades, nos mostre uma cousa que é nossa, lá vem a imaginação frívola do homem, e por circunstancias que nada influem essencialmente na cousa, faz-nos achar melhor o que não é nosso.”<sup>546</sup>

Esse desprezo, diz o artigo, acaba por intimidar os escritores nativos:

“(...) não quer o poeta honrar com sua pena as belezas de nosso solo, narrar os nossos costumes, e reduzir a fatos nossa moral, nossos prejuízos e nossas preocupações, para a emenda de nossos erros e mais fins de importância.”<sup>547</sup>

Tamanho desperdício de talentos influiria negativamente na produção literária nacional e diminuiria as possibilidades de apreensão do conhecimento por parte do público. No desfecho do texto, a literatura nacional e a estrangeira são apresentadas como bens a serem valorizados. “Podemos e devemos admirar o que for bom do estrangeiro, para o imitarmos, e nem por isso ficamos comprometidos a tratar com desprezo o que é nosso quando mesmo inferior.”<sup>548</sup>

Esse alerta para uma “nacionalização da literatura brasileira” revela a identificação de um problema que nossa literatura enfrentou naquele momento. Entretanto, por outro lado, vislumbra a construção de uma identidade, garantida através da originalidade de nossas peculiaridades, através da diferença, por meio do abandono de uma literatura servil

<sup>545</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.23, 02/12/1845. p.365.

<sup>546</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.23, 02/12/1845. p.365.

<sup>547</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.23, 02/12/1845. p.366.

<sup>548</sup> Ibidem. Tomo II. n.º.23, 02/12/1845. p.366.

e submissa aos cânones estrangeiros. Assim sendo, estaria garantido o atestado de nação, estaríamos incluídos no rol de territórios civilizados e progressistas, “(...) o mesmo onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX.”<sup>549</sup> No *Escólio aos 6 volumes do Recreador Mineiro*, os redatores apontam, satisfeitos, para a concretização dessa tarefa:

“Os R.R tem o nobre orgulho de declarar, que entre os artigos comunicados ao *Recreador* apresentam-se peças de poesia, e prosa, padrões duradouros não só do mérito de alguns literatos de países estrangeiros, residentes nesta Província, mas sobretudo do gênio, e ilustração Mineira. Os R.R, tem a singular ufanía de haver transmitido à luz pública tão eminentes produções do espírito, que abrilhantam o solo das ciências, honram, e enriquecem o altar da literatura.”<sup>550</sup>

Não apenas os textos ou o ponto de vista do estrangeiro adquiriram prestígio no *Recreador Mineiro*. Todavia, os textos, os padrões de civilidade e os valores tomados como exemplares foram, na maioria das vezes, apropriados de outras culturas. De uma forma geral, toda a gama de informações e influências foram suscetíveis a uma filtragem, desde que se mostrassem convenientes aos princípios do periódico e pudessem contribuir para a formação de um público leitor, o qual deveria não apenas adquirir o hábito da leitura, mas sobretudo a capacidade de interiorizá-la.

---

<sup>549</sup> ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e identidade nacional.” In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.]

<sup>550</sup> *O Recreador Mineiro*. Tomo II. n°84, 15/06/1848. pp.156-1157.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi objetivado, procurou-se identificar como um determinado grupo social, inserido no contexto político e cultural de sua época, apropriou-se de princípios liberais e Ilustrados e representou a história no sentido de conferir uma nacionalidade para o Brasil e para os brasileiros. Os textos de Karl Friedrich P. von Martius e as análises feitas por Manoel L. Salgado Guimarães foram úteis ao oferecer referências quanto à forma pela qual o IHGB se utilizou da história e da geografia com a mesma finalidade. Na investigação, verifica-se que houve uma certa sintonia na “visão de mundo” daqueles que fizeram parte dos dois grupos – membros da “boa sociedade” – no período de consolidação do Estado nacional brasileiro. Analisando os discursos proferidos pelos redatores do *Recreador* e observando a postura adotada pelos membros do IHGB frente à história, chega-se à conclusão de que ambos constituíram objetos culturais que procuraram legitimar a ordem social tal como a concebiam ou como gostariam que fosse, independentemente de suas vinculações partidárias.

Quanto ao *Recreador Mineiro*, mais particularmente, percebe-se que os membros da elite mineira fizeram parte de seu círculo social. Essa elite apropriou-se de uma herança cultural fortemente influenciada pelo Iluminismo e pelo liberalismo político. Aspectos do Romantismo foram apresentados, nesse periódico, associados ao discurso Iluminista, propondo a construção de uma identidade para a nascente nação brasileira, através da difusão do saber, do conhecimento ou, simplesmente, “das luzes”. Este foi o caminho estabelecido para alcançar um objetivo central: a construção de um Brasil mais evoluído, moral e materialmente, mais preparado para respeitar as relações entre as instituições que regulavam a vida social.



Tanto no *Recreador* quanto no IHGB, a história seguiu sua pragmática e clássica designação de “mestra da vida”, constituindo-se, portanto, como meio privilegiado para se alcançar os objetivos propostos: a história, através de seus exemplos, ensinava e, simultaneamente formava a nação brasileira. Porém, no periódico mineiro, ela sofreu uma reformulação conceptual que a tornou mais abrangente e próxima da literatura. Mais do que isso, o romance foi concebido como o único suporte capaz de alargar as fronteiras até então estabelecidas pela história. O *Recreador* incorporou-o como objeto fundamental para a construção da nacionalidade. Apegada aos valores iluministas, a história (e também o romance) foi ainda considerada um espaço de experiências capaz de fornecer a sabedoria a todos que dela se aproximassem.

A história transmitida pelo *Recreador Mineiro* foi, portanto, manipulada. Os redatores se apropriaram de determinados textos, escritos ou influenciados pelo olhar do estrangeiro, procurando inculcar na memória coletiva uma representação do Brasil como um país cujo passado teve problemas, mas que também foi glorioso, apontando para o futuro o mesmo destino de glórias.

A todos caberia a missão de auxiliar nesse processo, fundando e mantendo uma tradição literária, considerada pelos redatores como o “atestado” de nacionalidade de um povo, estendendo à toda sociedade as luzes do saber, de maneira atrativa e divertida, impulsionada pelos novos parâmetros da vida social moderna. Tudo isso, ainda, sem subverter a ordem social, uma vez que a própria difusão das Luzes e da educação, visavam a reprodução da ordem social vigente, tendo na defesa da propriedade, no louvor aos progressos técnico-científicos e na atribuição de papéis diferenciados a homens e mulheres três de seus pilares mais fundamentais.

## 5- FONTES:

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil.” In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403. Jan. 1845.

*O RECREADOR MINEIRO*. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza: 1845-1848. Tomos I a VII. Arquivos do Centro de Estudos Literários Luso-Brasileiros. ICHS/UFOP. (Microfilmes).

*O ATENEU POPULAR*. Tipografia Itacolomi. 18/11/1843. Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. Código: J.O.P. Vol. 72.

*O ITACOLOMY*. Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza. 23/03/1845. Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. Código: J.O.P. Vol. 75.

*O ITAMONTANO*. Tipografia Social. 29/04/1848. Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. Código: J.O.P. Vol. 72.

*O PUBLICADOR MINEIRO*. [s.n]. 31/01/1846. Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. Código: J.O.P. Vol. 73.

## 6- BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

AZEVEDO, Djalma Alves de. *A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia. *Críticas, Queixumes e Bajulações na Imprensa Brasileira do Século XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. UFRJ: Rio de Janeiro. [s.n.], 2002.

BARRETO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. 7 v. Unidades I e II. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 9ª ed. vol. 1. [s.d].

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento*. De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p.26.

CÂNDIDO, Antônio. *A educação pela noite & outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*. 6ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.I.

CANO, Jefferson. Áticos e beócios na República das Letras: aspectos da opinião pública no rio de Janeiro (1836-1837). pp.11-56. In: *Cadernos AEL*. Literatura e Imprensa no século XIX. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, V.9, n.16/17, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1999.

CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Biográfico*: Imprensa Mineira. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 1994.

CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustracion*. Trad. Eugenio Ímaz. México (D.F.): Fondo de Cultura Econômica, 1972.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Difel/Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cultura Escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v.2, n.3, 1988.

COSTA FILHO, Miguel. *A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro [s.n.], 1955. 62p. (Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas).

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1755-1880*. Tradução Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro (278): 105-170, jan./mar., 1968.

\_\_\_\_\_. Ideologia Liberal e construção do Estado do Brasil. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Ed. da USP, 1980/1981. Tomo XXX.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 90*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 1998.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. *O Recriador Mineiro (1845-48): Rastros do Leitor e da Leitura na Primeira Revista Literária de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1995. 134 p. Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura. Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais.

EISENSTEIN, Elisabeth L. *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FERNANDES, Luciano de Oliveira. *O Recriador Mineiro (1845-1848): liberalismo e romance-folhetim na imprensa mineira do século XIX*. Belo Horizonte, 2005. 137 p. dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. FALE/UFMG.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Cadernos de debates*. São Paulo, n.1, 1976.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Charles Frederick Hartt, um Naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (Humanitas).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

GONÇALVES, João Luis Traverso. *A Geografia da Imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da Província*. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A Política Cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. In: *Estudos Históricos*. n.1, 1988. pp.5-27.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 2. São Paulo: Difel, 1967.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. Ed. Atlas S/A. São Paulo, 1959.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

\_\_\_\_\_. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. tomo II, v.3.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. T.II, v.II, Livro IV, Cap.II. pp.364-412. São Paulo: Difel, 1967.

\_\_\_\_\_. O Cônego Marinho e a Revolução de 1842. In: MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? (1784). In: \_\_\_\_\_. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995. p.13. Apud CANO, Jefferson. Apresentação. In: *Cadernos AEL. Literatura e Imprensa no século XIX*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, V.9, n.16/17, 2002.

KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas: Como se deve escrever a história do Brasil? In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.) *Histórias do ensino da História do Brasil*. Rio de Janeiro: ACCES, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem; Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo, Brasiliense. 1984.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.) *Histórias do ensino da História do Brasil*. Rio de Janeiro: ACCES, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª. ed. Trad. Irene Ferreira. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

MARIANI, Betânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso Fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes. 2001.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1977.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império* (Firmino Rodrigues Silva). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Coleção Brasileira. Vol.309, 1961.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Squarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In:

MAXWELL, K. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. Trad. de Irene Hirsh, Lólio Lourenço de Oliveira [et. al.] – São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 157-207.

McLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutemberg: a formação do homem tipográfico*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho e Aluísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1972.

MOREIRA, Luciano da Silva. A formação do acervo de jornais mineiros publicados no Período Regencial sob a guarda da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. In: *Anais*. XIV Encontro Regional de História (2004 jul. 25-30: Juiz de Fora, MG). Caminhos da História: desafios da Historiografia em Minas Gerais. Silvana Mota Barbosa, Alexandre Mansur Barata, Robert Daibert Jr., (orgs.). Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2004.

NEDER, Gislene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NEVES, Guilherme Pereira das & NEVES, Lucia Maria Bastos P. A Biblioteca de Francisco agostinho Gomes: a permanência da Ilustração Luso-Brasileira entre Portugal e o Brasil. In: *2º Colóquio do PPRLB: Relações Luso-Brasileiras: deslocamentos e permanências*, 2004. Disponível:

OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.

OSZLAK, Oscar. *Formacion historica de Estado em America Latina: Elementos Teoricos- Metodologicos para su Estudio*. Buenos Aires: CEDES, 1981.

PAIM, Antônio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarin, 1998.

PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1933.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. 17ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PRIMITIVO, Moacir. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil*. 1834-1889. vol.3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na imprensa mineira (1850-1888). In: *LPH, Revista de História*. v.2, Nº.1. Ouro Preto: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto, 1990.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, 1997. 2 vol. Tese [Doutorado]. Departamento de História – UNICAMP.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado Monárquico do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

RODRIGUES, José Carlos. *Idéias políticas e filosóficas em Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1986.

\_\_\_\_\_. *Idéias Políticas e Filosóficas em Minas Gerais. 1ª metade do século XIX. Uma avaliação*. In: *III Seminário de Cultura Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: SCHWARCZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. Ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

STEIN, Stanley. *A Historiografia do Brasil. 1808-1889*. In: *Revista de História*. São Paulo, 1964. p.84.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império: idéias e lutas do partido conservador brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e Independência de Portugal*. Edição revista e anotada pelo Professor Hélio Vianna ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d. 5v.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, n°.III.

\_\_\_\_\_. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Literatura como espelho da nação”. p.240. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n 2, 1988

VERNEY, Luís Antônio. *O verdadeiro método de estudar*. Vol. I Estudos Lingüísticos. Ed. Org. Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa-Editora, 1949.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. Tese [Doutorado]. São Paulo: FFCH/USP, 1999.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e identidade nacional.” In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.]

#### Sites Consultados:

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist06/hist06b.htm>

<http://www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=42>